

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E GESTÃO INSTITUCIONAL
TURMA ESPECIAL: UNOESC, UNC, UNIPLAC

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO – HABILITAÇÃO EM
COMÉRCIO EXTERIOR, NA PERSPECTIVA DO MERCADO DE
TRABALHO.**

ADILSON LUIZ BULLA

FLORIANÓPOLIS

2001

Adilson Luiz Bulla

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO – HABILITAÇÃO EM
COMÉRCIO EXTERIOR, NA PERSPECTIVA DO MERCADO DE
TRABALHO.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientador: Dilvo Ivo Ristoff

Florianópolis, janeiro de 2001

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO – HABILITAÇÃO EM
COMÉRCIO EXTERIOR, NA PERSPECTIVA DO MERCADO DE
TRABALHO.**

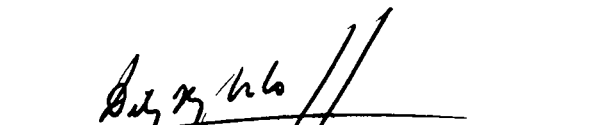
Adilson Luiz Bulla

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de mestre em Administração (área de concentração em Políticas e Gestão Institucional) e aprovada, na sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof. Nelson Colossi, Dr.
Coordenador do Curso

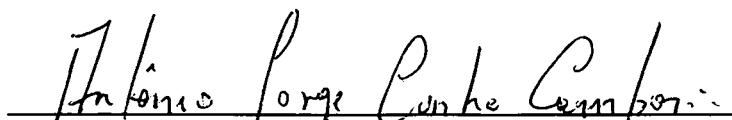
Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos professores:



Dilvo Ilvo Ristoff, Doutor. (Orientador)



Mérciles Thadeu Moretti. Doutor (Membro)



Antônio Jorge Cunha Campos. (Membro)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. DILVO ILVO RISTOFF, pelo empenho na orientação deste trabalho,

Aos Amigos, pela motivação,

Aos colegas de turma, pelo coleguismo e amizade,

E, em especial, à LEILIANY, minha esposa, e à ANA CAROLYNA, minha filha, que estiveram sempre ao meu lado, durante o desenvolvimento desta pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
ABREVIACÕES.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. Problema de Pesquisa.....	02
1.2. Objetivos.....	02
1.2.1. Objetivos Gerais.....	02
1.2.2. Objetivos Específicos.....	03
1.3. Organização do Estudo.....	03
2. METODOLOGIA.....	04
2.1. Delimitação do Estudo.....	04
2.2. Hipótese de Pesquisa.....	04
2.3. Técnicas de Coleta de Dados.....	04
2.4. Características do Estudo.....	06
2.5. Perguntas de Estudo.....	07
2.6. Limitação do Estudo.....	07
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	08
3.1. As Principais Influências do Mercado Internacional.....	08
3.2. O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.....	10
3.3. O Comércio Exterior Brasileiro.....	13
3.4. O Ensino de Administração no Brasil.....	19
3.4.1. A Profissão do Administrador habilitado em Comércio Exterior.....	27
3.5. Avaliação Institucional.....	31
3.5.1. A Relação Universidade x Empresa.....	41

4. RESULTADO DA PESQUISA.....	42
4.1. O Perfil Curricular para o Curso de Administração – habilitação em Comércio Exterior das IES da Região Sul do Brasil.....	42
4.2. As Qualificações que deve ter um habilitado em Comércio Exterior perante o Mercado de Trabalho.....	46
4.3. As expectativas do Mercado de Trabalho com relação aos egressos do curso de Administração – habilitação em Comércio Exterior das IES da Região Sul do Brasil.....	64
4.4. Há adequação entre o Ensino de Administração – Habilitação em Comércio Exterior das IES do sul do Brasil e as expectativas do Mercado de Trabalho?.....	67
5. CONCLUSÕES.....	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....	71
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
7. ANEXOS.....	78
Anexo 1 – Intercâmbio Comercial Brasileiro	
Anexo 2 – Balança Comercial Brasil X Mercosul	
Anexo 3 - Questionário enviado às empresas	
Anexo 4 – Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Administração (proposta)	
Anexo 5 – Os Padrões para Avaliação de Instituições	
Anexo 6 – Parecer 1081/73, de 06/07/73 Resolução 21, de 15/08/73	
Anexo 7 – Parecer 433/93, de 05/08/93	

LISTA DE TABELAS

01 – Exportações Brasileiras ao Mercosul.....	12
02 – Balança Comercial Brasileira – Comparativo 98/99.....	17
03 – Tabulação das Disciplinas dos Cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior das IES da região sul do Brasil.....	43
04 – Perfil Curricular das IES.....	44
05 – Currículo Mínimo para as habilitações em Comércio Exterior conforme Resolução nr. 21, de 15/08/73.....	44
06 – Comparação Perfil Curricular das IES X Currículo Mínimo CFE.....	45
07 – Grau de importância da disciplina de Marketing Internacional.....	47
08 – Grau de importância da disciplina de Sistemática de Com. Exterior.....	48
09 – Grau de importância da disciplina de Economia Internacional.....	49
10 – Grau de importância da disciplina de Direito de Navegação.....	50
11 – Grau de importância da disciplina de Direito Internacional.....	51
12 – Grau de importância da disciplina de Legislação Aduaneira.....	52
13 – Grau de importância da disciplina de Teoria e Prática Cambial.....	53
14 – Grau de importância da disciplina de Transportes e Seguros.....	54
15 – Grau de importância da disciplina de Negociações Internacionais.....	55
16 – Grau de importância da disciplina de Blocos Econômicos.....	56
17 – Grau de importância da disciplina de Logística Internacional.....	57
18 – Grau de Importância da disciplina de Língua Inglesa.....	58
19 – Grau de importância da disciplina de Língua Espanhola.....	59
20 – Perfil Curricular determinado pelo Mercado de Trabalho.....	60
21 – Comparação Perfil Curricular das IES X Perfil Curricular Mercado de Trabalho.....	61
22 – Grau de importância a respeito da Formação Técnica em Com. Exterior.....	64
23 – Grau de importância referente a formação de cunho mais generalista.....	65
24 – Grau de importância referente à formação de egressos empreendedores.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

01 – Exportações Brasileiras – Comparativo 98/99.....	17
02 – Importações Brasileiras – Comparativo 98/99.....	18
03 – Saldo Comercial – Comparativo 98/99.....	18
04 – Grau de importância da disciplina de Marketing Internacional.....	48
05 – Grau de importância da disciplina de Sistemática de Comércio Exterior.....	49
06 - Grau de importância da disciplina de Economia Internacional.....	50
07 - Grau de importância da disciplina de Direito de Navegação.....	51
08 - Grau de importância da disciplina de Direito Internacional.....	52
09 - Grau de importância da disciplina de Legislação Aduaneira.....	53
10 – Grau de importância da disciplina de Teoria e Prática Cambial.....	54
11 - Grau de importância da disciplina de Transportes e Seguros.....	55
12 - Grau de importância da disciplina de Negociações Internacionais.....	56
13 - Grau de importância da disciplina de Blocos Econômicos.....	57
14 - Grau de importância da disciplina de Logística Internacional.....	58
15 - Grau de importância da disciplina de Língua Inglesa.....	59
16 - Grau de importância da disciplina de Língua Espanhola.....	60
17 - Grau de importância a respeito da formação técnica em Comércio Exterior.....	64
18 - Grau de importância referente à formação de cunho mais generalista.....	65
19 - Grau de importância referente a formação de egressos empresendedores.....	66

ABREVIACÕES

ABECE - Associação Brasileira de Executivos de Comércio Exterior

DECEX – Departamento de Comércio Exterior, tem por função coordenar as políticas de comércio exterior, pertencente à Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, vinculado ao Ministério da Industria, Comércio e Desenvolvimento.

UE - União Européia – Bloco Econmico-político formado pelos países europeus com a finalidade de fomentar o comércio entre eles e potencializar forças para competir com outros países/blocos econômicos.

NAFTA – “North American Free Trade Agreement”- Bloco comercial formado entre Canadá, Estados Unidos e México.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, Bloco econômico e político formado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com possível adesão de Colmbia e Chile.

ALCSA – Acordo de Livre Comércio Sul Americana – Bloco ainda não consolidado, seria uma União entre todos os países do Continente Sul Americano com o objetivo de unificarem suas forças para competirem com o resto do mundo.

ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas – Tratativas para unificao de todos os países dos três continentes americanos.

OMC – Organizao Mundial do Comércio – rgo criado para regular o comércio mundial.

SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior, foi criado com a finalidade de informatizar as informações entre os organismos que regem o Comércio Exterior brasileiro.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi de verificar se existe adequação entre o ensino de graduação proporcionado pelos Cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior das Instituições de Ensino Superior (IES) da região sul do Brasil, e as expectativas do seu Mercado de Trabalho. Como objetivos específicos, procurou-se estudar a relação entre o perfil que pode ser esperado a partir do currículo oferecido pelas Instituições de Ensino Superior e o Perfil Profissional proposto pelos empresários do setor. O “design” do estudo é do tipo levantamento, e o método utilizado foi o de estudo setorial. A população da pesquisa constitui-se de 30 (trinta) Instituições de Ensino Superior da região sul do Brasil, que oferecem o curso de Administração – habilitação em Comércio Exterior, tendo como amostra pesquisada o número de 15 IES, e de 210 (duzentos e dez) empresas que atuam no mercado externo, dentro desta mesma região, do qual recebemos o número de 28 (vinte e oito) questionários respondidos, sendo definidos com a amostra do Mercado de Trabalho.

A forma de coleta utilizada foi por meio de questionários fechados e quantitativos enviados pelos Correios, com exceção das Grades Curriculares da IES, as quais foram solicitadas por telefone, fax e *e-mail*. Esses dados foram analisados através de tabulações simples, utilizando relações percentuais. Quanto aos resultados, verifica-se que existe uma pequena inadequação entre o Perfil Curricular estabelecido pelo CFE (Conselho Federal de Educação), através da Resolução nr. 2, de 4 de outubro de 1993 e o chamado “Perfil Curricular das IES”, levantado a partir da análise das Grades Curriculares das IES pesquisadas, uma vez que algumas disciplinas daquele não são oferecidas neste, levando-se em conta o grau de “oferecimento” pelas IES, fixado em 90%.

A partir desta confrontação, foi efetuado a tabulação dos questionários que foram enviados às empresas e comparado com o “Perfil Curricular” levantado pelas Grades Curriculares das IES pesquisadas. Face aos resultados, concluiu-se que é grande a inadequação entre o ensino proporcionado pelos Cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior das Instituições de Ensino Superior da região sul do Brasil e as expectativas do Mercado de Trabalho, sendo necessário, por parte das IES, uma revisão/atualização de suas grades curriculares e respectivos ementários, no sentido de tentar se aproximar das exigências/expectativas do mercado de trabalho.

ABSTRACT

The objective of this research was to verify the correlation between undergraduate Business Administration courses (qualification in Foreign trade) of Institutions of Superior Education (ISEs) from the South Region of Brazil and the expectations of its work market. It was intended to study the relationship between the expected profile provided by the curricula offered by the ISEs and the professional profile proposed by the entrepreneurs of that work market. The method of the study was the sector study. The population of this research is comprised of 30 ISEs from the South Region of Brazil, which offer a Business Administration course (qualification in Foreign Trade). The researched sample is composed by fifteen (15) ISEs and by 210 companies that act in the external market.

The data collection was comprised of quantitative closed questions, sent by mail. Twenty – eight (28) questionnaires were received back from the companies, being defined, though, as the sample of the work market. The ISEs' Curricula, on the other hand, were obtained either by telephone, fax and e-mail. These data were analyzed through percentage relations. According to the results, it was verified that there is some inadequacy between the Curricular Profile established by the CFE (Federal Education Council), resolution number 2, from October 4th, 1993 and the namely Curricular Profile of the ISEs. This conclusion was based on the fact that some of the subjects of the former, are not offered in the latter.

From this confrontation, the questionnaires sent to the companies were compared to the Curricular Profile raised by the Curricula of the researched ISEs. As shown in the results, it was concluded that there is a big gap between the education proposed by the Business Administration courses (qualification in Comércio Exterior) in the ISEs in the South Region of Brazil and the expectations of the work market. A review on the curricula proposed by the ISEs is suggested as an attempt to approximate the exigencies and the expectations of the work market.

1- INTRODUÇÃO

O comércio exterior é uma das principais políticas de uma nação, ao lado das políticas monetárias, fiscal e cambial. A competitividade internacional de uma nação depende diretamente de suas empresas e do conjunto de informações, meios e instrumentos legais, comerciais e financeiros disponíveis.

A mundialização dos recursos e dos consumidores ocorre com a crescente dinâmica de interdependência econômica entre as nações com a conseqüente internacionalização de empresas e produtos. Estimula novos desafios para todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente com o comércio exterior.

A Universidade é uma Instituição necessária porque tem por missão apontar os caminhos do desenvolvimento dentro das oportunidades históricas (PEDRO DEMO, 1986). Assim, resgatar o papel da Universidade, evitando o risco de “banalizar-se a ponto de ser sua própria caricatura”, é tarefa urgente e passa, necessariamente, pela reconciliação com a sociedade que lhe dá sustentação e para a qual deve estar voltado o seu compromisso.

Toda instituição que tenha como matéria-prima o conhecimento, em qualquer país, em qualquer circunstância, deve ter o compromisso do retorno social.

Para JULIATTO (1986), como as Universidades existem para servir à sociedade... é do melhor bom senso que elas prestem contas de seu papel à sociedade que as mantém. A seriedade do seu desempenho precisa ficar evidenciada.

Nesta perspectiva, a avaliação do ensino constitui-se em uma tarefa primordial, para que possamos identificar possíveis falhas quanto ao ensino no contexto em que está inserido.

A avaliação torna possível a alguém descrever ou sumarizar padrões de desenvolvimento num determinado tempo. Quando refletimos o processo de avaliação, imediatamente conceituamo-lo como um meio de trabalho, como um meio de pensamento, como uma norma de constante auto-interrogatório. Envolve a determinação de meios de reunir evidências, a fim de verificar se as mudanças previstas ocorrem realmente.

Quanto ao ensino superior brasileiro, algumas questões podem ser feitas:

Será que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm uma compreensão clara de por que as avaliações são necessárias e para que se desenvolve esse tipo de atividade? Tem essas instituições objetivos definidos para as atividades de avaliação? Quais questões poderão ser suscitadas a partir da adoção de procedimentos avaliativos? Em que extensão a questão da avaliação foi realmente incorporada por aqueles que nela estão envolvidos? Que mecanismos

existem, capazes de assegurar que os resultados da avaliação sejam incorporados à vida das instituições? Pelo conhecimento que se tem hoje a respeito dessa matéria, nenhuma das respostas poderá ser esperada como inteiramente satisfatória. Existe um crescimento no volume de críticas e desconfianças com relação à eficiência com que opera o sistema de ensino superior. Portanto, o ensino superior terá que ser avaliado – partam as iniciativas dos dirigentes e professores das instituições ou de segmentos externos a ela. É importante a avaliação, porque a sociedade parece já não suportar mais os custos de manutenção destas atividades, pelo menos sem que disponha do conhecimento correspondente ao retorno social esperado.

Neste contexto geral, torna-se evidente que as Instituições de Ensino Superior devam preocupar-se de forma significativa com a avaliação, não com intuito de auto punição, mas para buscar ferramentas que subsidiem a melhora de seus cursos (*melhoria contínua*). Esta realidade lança, pois, o desafio para as Universidades em avaliar o ensino de Comércio Exterior na perspectiva do mercado de trabalho, no sentido de melhor contribuir nas mudanças no campo social, econômico, cultural e tecnológico.

O presente estudo insere-se no contexto deste desafio avaliativo e buscará avaliar o ensino de Administração – habilitação em Comércio Exterior, à procura de indícios que apontem para a adequação ou não dos currículos das Universidades às exigências do mercado de trabalho.

1.1.- Problema de Pesquisa

A presente pesquisa pretende responder ao seguinte problema:

“Há adequação entre o ensino proporcionado pelos Cursos de Graduação em Administração – habilitação em Comércio Exterior, das Instituições de Ensino Superior (IES) do Sul do Brasil e as expectativas do seu Mercado de Trabalho?”

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivos Gerais:

O objetivo desta pesquisa será o de verificar se existe adequação entre o ensino, a nível de graduação, proporcionado pelos Cursos de Administração – Habilitação em

Comércio Exterior, das Instituições de Ensino Superior (IES) da região sul do Brasil, quanto às expectativas do seu Mercado de Trabalho.

1.2.2. Objetivos Específicos:

1 – Identificar a Grade Curricular dos Cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior das Instituições de Ensino Superior (IES) da Região Sul do Brasil;

2 – Identificar quantitativamente as empresas exportadoras e importadoras da Região Sul do Brasil;

3 – Analisar a relação entre as disciplinas oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e as expectativas do Mercado de Trabalho;

4 – Estudar a compatibilidade entre o perfil profissional que pode ser esperado à partir do Currículo oferecido pelas IES e a valoração do perfil profissional proposto pelos empresários do setor exportador/importador.

5 – Identificar quais as qualificações que um egresso dos cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior são exigidas pelo Mercado de Trabalho.

1.3. Organização do Estudo

O presente trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos, na seguinte ordem: introdução, metodologia utilizada, revisão bibliográfica, resultados da pesquisa, e considerações e recomendações finais.

2. METODOLOGIA

2.1. Delimitação do Estudo

O presente estudo desenvolveu-se no período de novembro de 1999 a setembro de 2000, tendo como problema básico a compatibilidade entre o ensino de Comércio Exterior oferecido pelas Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil, e as expectativas do seu Mercado de trabalho.

2.2. Hipótese de Pesquisa

No questionário enviado às empresas, foram incluídas algumas disciplinas que não constam do Currículo Mínimo exigido (Res. 21, de 15/08/73) com o intuito de verificar qual o grau de importância manifestado pelos empresários para a formação do futuro profissional.

Foi enunciada a seguinte hipótese relativamente ao problema básico da pesquisa:

As disciplinas de “Negociações Internacionais” e “Logística Internacional” deveriam fazer parte dos currículos dos Cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior das IES da região Sul do Brasil.

Segundo LAKATOS (1991, p.126), podemos considerar a hipótese como um enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos) sendo passível de verificação empírica em suas conseqüências.

2.3. Técnicas de Coleta de Dados

Segundo MATTAR (1996, p. 15), a pesquisa é a ***“investigação sistemática, controlada, empírica e crítica de dados com o objetivo de descobrir e/ou descrever fatos e/ou de verificar a existência de relações presumidas entre fatos (ou variáveis)”***.

A pesquisa contemplou três fases distintas.

A primeira fase envolveu o levantamento bibliográfico junto às publicações especializadas.

A Segunda fase envolveu a coleta de dados nas 32 Instituições de Ensino Superior dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de suas Grades Curriculares e Ementas, segundo relação fornecida pelo MEC.

Através de solicitação informal via e-mail e/ou telefone, foram solicitados estes documentos, de onde obteve-se um retorno de 15 IES, número considerado suficiente para os objetivos da pesquisa (amostra).

Para MATTAR (1996, p.99), chama-se genericamente de instrumento de coleta de dados a todos os possíveis formulários utilizados para relacionar dados a serem coletados (ou) registrar os dados coletados, utilizando-se de qualquer das possíveis formas de administração.

A terceira fase envolveu uma “pesquisa de campo”, do tipo “quantitativo-descritiva”, as quais consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. (LAKATOS, 1991, p.187). Utilizou-se de relações de empresas exportadoras/importadoras da região sul do Brasil, fornecidas pelas Federações das Indústrias dos três estados, perfazendo-se um total de 210 empresas selecionadas (população), entre pequenas, médias e grandes empresas exportadoras e/ou importadoras, para onde foram enviados questionários semi-estruturados e quantitativos (Anexo 03), obtendo-se um retorno de 28 questionários auto-preenchidos, número considerado suficiente para amostragem da referida pesquisa.

O “quantitativo” significa quantificar opiniões e dados, nas formas de coleta de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples até as de uso mais complexo. Este método é muito utilizado no desenvolvimento de pesquisas descritivas, na qual se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como na investigação da relação de causalidade entre os fenômenos: causa e efeito. (OLIVEIRA, 1997)

“Questionários auto-preenchidos” consistem em um instrumento de coleta de dados lido e respondido diretamente pelos pesquisados não havendo a figura do entrevistador. (MATTAR, 1996, p.70,71).

A “amostragem” está intimamente relacionada com a essência do processo de pesquisa descritiva por levantamentos: pesquisar uma parte da população para inferir conhecimentos para o todo, em vez de pesquisá-la toda. (MATTAR, 1996, p. 128).

2.4. Características do Estudo

Segundo TRIPODI et alii (1975), a pesquisa tem duas características básicas: a finalidade e o método. Sendo que a escolha do método de pesquisa mais adequado depende da forma de conhecimento buscado, ou seja, dos fins desejados.

A presente pesquisa tem um “design” do tipo levantamento, uma vez que desenvolve um estudo de caráter situacional. Segundo SELTZ (1987), neste tipo de estudo, os dados de uma população são coletados na sua totalidade e divididos em partes a fim de evidenciar as interrelações dos fatos ou fenômenos. O método utilizado foi o de “Estudo Setorial”, uma vez que envolve um tipo de curso (Administração – habilitação em Comércio Exterior) e um setor específico (exportador/importador) do mercado de trabalho. É uma pesquisa exploratória (LAKATOS, 1991, p.188), e tais pesquisas possuem como tipicidade estudos comparativos. A pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. (MATTAR, 1996, p.18).

A cultura geral dos indivíduos que operam no comércio exterior brasileiro é representativa das sub-culturas às quais pertencem, principalmente das sub-culturas organizacionais. No presente trabalho, o pesquisador utilizou-se de sua formação na área para dar a forma na análise dos dados obtidos. Desta maneira, não se deve generalizar os resultados obtidos, uma vez que os mesmos refletem uma determinada região do país, com culturas e hábitos diferenciados.

A determinação do esquema teórico que servirá de guia na coleta e interpretação dos dados é de suma importância neste tipo de pesquisa, tendo em vista que os fatos em si não possuem valor explicativo (LAKATOS, 1982), sendo necessário que o pesquisador busque modos de explicá-los e correlacioná-los a uma teoria já existente ou a uma nova teoria. A intenção é avaliar de que forma estes fatos, que foram coletados, têm ligação significativa com a teoria já existente (Perfil Curricular das IES).

Para efeitos de pesquisa, somente serão consideradas as disciplinas do grupo denominado “Profissionalizantes” constantes do Currículo Mínimo para a habilitação em Comércio Exterior, definidas pela Resolução nr. 21, de 15/08/73.

2.5. Perguntas de Estudo

A hipótese enunciada exigiu, através do seu desdobramento, a investigação em quatro perguntas norteadoras da pesquisa, que seguem:

a) Qual o Perfil Curricular dos cursos de Administração com Habilitação em Comércio Exterior das IES da Região Sul do Brasil?

b) Quais as qualificações que deve ter um habilitado em Comércio Exterior perante o Mercado de Trabalho?

c) Quais as expectativas do Mercado de Trabalho com relação aos egressos do curso de Administração – Habilitação em Comércio Exterior?

d) Há adequação entre o Ensino de Administração – Habilitação em Comércio Exterior das IES da região sul do Brasil e as expectativas do Mercado de Trabalho?

2.6. Limitação do Estudo

O estudo Setorial apresenta vários problemas teóricos e práticos quando se deseja alcançar um maior nível de profundidade. Isto pode ser comprovado pelo pesquisador, nos seguintes pontos:

- A dificuldade de trabalhar este tema é conseguir as informações das empresas;
- Alerta do secretário da ABECE da dificuldade de obter respostas das empresas quando da solicitação de qualquer informação;
- Retorno muito pequeno de questionários enviados via correio para as empresas.
- Dependência de informações estatísticas do DECEX.
- O próprio pesquisador, pela sua formação na área.

Para BRUYNE et al (1982), as limitações estão na dificuldade de alcançar a totalidade, mesmo sendo um estudo particular, motivo pelo qual as conclusões não podem ser generalizadas além do universo pesquisado.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. As Principais Influências do Mercado Internacional

O comércio mundial, através do dinamismo de suas variáveis econômicas, políticas, sociais, etc., está em constante mutação. A queda do muro de Berlim e suas conseqüências para o mundo foram um importante marco internacional. Na seqüência, muitas economias de importantes nações foram abertas para a inserção competitiva internacional, mudando muitos regimes de Governos.(fonte: Minervini, 1991).

Do campo ideológico bipolar do capitalismo e socialismo, onde cada governo nacional regulava suas economias, fechadas ou não, passamos para o campo ideológico do livre mercado regional e/ou global.

A globalização dos mercados, a mundialização de usos e costumes e a planetarização do poder transnacional hoje são realidades. Dos blocos ideológicos passamos com maior ênfase aos blocos comerciais regionais. Surgiram ou fortaleceram-se os blocos da UE, NAFTA, MERCOSUL, ALCSA, ALCA, e vários outros. Com os Tratados e Acordos Internacionais, o comércio exterior ganha novos impulsos e cresce a níveis consideráveis, principalmente intra-blocos econômicos.

E para regular a todos os países no campo do comércio internacional, criou-se a OMC – Organização Mundial do Comércio, com status de foro máximo para a solução de controvérsias comerciais. Acatar suas decisões acaba sendo uma questão de disciplina de cada país sócio da entidade. O Brasil é sócio-fundador da OMC, criada em janeiro de 1995.

A política comercial internacional e suas linhas estratégicas para a expansão dos mercados mundiais é orientada pelos organismos internacionais. Cabe a cada nação se alinhar ou não a essas políticas, beneficiando-se ou isolando-se frente a outras nações.

A política de comércio exterior do Brasil entre 1990 e 1998, estimulava, por um lado, a importação de tecnologias mais apropriadas para o Brasil, através do estímulo de importação de máquinas e equipamentos industriais modernos. Estas máquinas aumentariam a produção e o valor agregado dos produtos brasileiros e em conseqüência, aumentariam as exportações. Por outro lado, ocorreu uma gradual liberalização do comércio exterior brasileiro, com a redução tarifária gradual para importações e simplificação dos procedimentos administrativos da importação e exportação, culminando com a implantação do sistema SISCOMEX. Durante a vigência dessa política, a Balança Comercial brasileira tornou-se deficitária à partir de 1995 (vide Anexo 1).

As recentes crises financeiras da Ásia e da Rússia, de 1997 e 1998, respectivamente, levaram o governo brasileiro a uma revisão da política de comércio exterior. Agora, a política é de ampliação da base de empresas exportadoras.

O novo cenário mundial revela tendências que afetam sobremaneira a estruturação dos cursos de administração do país e a carência na formação e aperfeiçoamento de pessoal habilitado são razões suficientes para a preocupação em se estruturar os cursos de Administração – Habilitação em Comércio Exterior do Brasil frente a esta nova conjuntura político-econômica.

3.2. O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL

É um mercado regional de 200 milhões de pessoas, onde se combina a mais ampla variedade climática, geográfica e de recursos. Este mercado teve sua origem na Ata de Integração Argentino-Brasileira, assinada no ano de 1986, criando o Programa de Integração e Cooperação Econômica.

Seguiu-se, então, uma série de tratados, protocolos e cartas de intenção para que esse mercado bi-lateral pudesse tomar forma. Estabeleciam-se as bases para uma aliança duradoura e segura para o Brasil e Argentina. Em 1990 os presidentes Menem da Argentina e Collor do Brasil assinaram a Ata de Buenos Aires que fixava o prazo de 31 de dezembro de 1994 para que esse mercado bi-lateral estivesse operando.

Ainda em 1990, Paraguai e Uruguai foram convidados a fazerem parte desse processo e, no dia 26 de março de 1991, os presidentes Collor (Brasil), Menem (Argentina), Lacalle (Uruguai) e Rodrigues (Paraguai) assinaram o Tratado de Assunção, que tratava da constituição do Mercado comum do Sul - Mercosul.

O país Mercosul já faz parte do Clube do US\$ 1 trilhão. A somatória do PIB dos países da região já superou esse número.

Como país, essa marca nos colocaria pelo menos num quarto lugar no ranking mundial. Sem medo de fazer futurologia, com a entrada dos novos parceiros no Mercosul (Bolívia e Chile), em 2006 estaremos beirando os US\$ 2 trilhões.

O comércio entre Argentina e Brasil, há dez anos, envolvia menos de mil empresas. Hoje mais de 4,5 mil empresas argentinas estão vendendo no Brasil e mais de 5 mil empresas brasileira vendem na Argentina. O comércio, que multiplicou oito vezes o número de operações, multiplicou por doze vezes o de empresa participantes das operações.

São as médias e pequenas empresas que começam a participar do Mercosul, e esse ponto tem significado importante porque são essas empresas que colaboram na consolidação do Mercosul. São as pequenas e médias empresas (Pymes) argentinas e as pequenas e médias empresas (Pmes) brasileiras que amarraram os laços, que provocam a integração sólida comercial e fundamentalmente humana.

Se considerarmos o número de pessoas envolvidas nessas operações, de empregos gerados nesse intercâmbio e fizermos uma rápida projeção para os próximos dez anos, concluiremos que as empresas que optaram pelo Mercosul acertaram. Essa opção é válida para todas as áreas desde a de produtos até o setor financeiro de seguro e serviços. Empresas do ramo de restaurantes já estão analisando investimentos em ambos mercados.

São poucas as regiões no mundo que se complementam mais que o Mercosul. Nenhuma região vai da linha do Equador até o Pólo, com todas as suas vantagens de climas e terras. Temos praticamente todos os alimentos, todos os tipos de combustíveis e minerais para intercambiar, ou seja, temos as matérias primas básicas, a mão de obra e o mercado consumidor com necessidades insatisfeitas para serem atendidas.

E felizmente, estamos vivendo um período de democracia política, com tendência a melhorar no que se refere aos direitos humanos e ao meio ambiente, e de forte empenho político com os problemas de educação e saúde.

Temos problemas, claro que temos, mas que região no mundo oferece um quadro mais atraente para investimento e qualidade de vida? Sofremos sustos com a crise asiática e com o problema russo. Porém foram sustos inventados, sem base coerente que sustentasse um debate sério, por um modismo que agora chamamos de globalização, que deveria provocar reações inversas, de incremento de confiança e investimento na região.

A crise asiática provocou desvalorização das moedas nos países daquela região que, teoricamente, estariam ameaçando nossas exportações e deixando sem competitividade nossos produtos, atrelados a um sistema rígido de câmbio. Verificando bem, esses países asiáticos não têm matérias-primas abundantes. Lá, um componente barato e abundante é a mão de obra. Os demais têm de ser importados e, obviamente, ser pagos em moedas fortes (dólar, marco, etc.), e esse filme já o vimos, e, além do mais, somos Doutores nessa matéria que se chama inflação.

Os países asiáticos e russo não sofreram vários planos econômicos e monetários que eliminariam o " tigre da inflação" (com um só tiro) e alguns deles vivem em regimes não democráticos dificultando o desenvolvimento harmônico e justo. Essas crises na realidade, só fortalecem e consolidam nossa realidade.

Uma prova: as reservas brasileiras, que antes da crise asiática eram de US\$ 62 bilhões, caíram US\$ 10 bilhões nos meses de novembro e dezembro de 1999 e agora atingiram US\$ 75 bilhões! – cresceram 50% em quatro meses.

Outra prova: os investimentos previstos para a nossa região até o ano 2000 superam US\$ 150 bilhões. Outra: os maiores bancos do mundo estão na fila de entrada para participar desse mercado. Poderíamos enumerar algumas evidências de que esses sustos são inventados para evitar que nossas moedas sejam desvalorizadas e que tenhamos que pagar ágios desmedidos.

Se analisarmos o número de problemas e conflitos que ainda persistem, concluiremos que é muito baixo em relação às divergências entre outros blocos e países mas

não devemos achar que está tudo bem. Temos de trabalhar seriamente e muito, muito mesmo para que a região seja mais atraente. Por enquanto temos a certeza de que nossos ativos são muito bons !!

Tabela 01: Exportações Brasileiras ao Mercosul (US\$ FOB – Jan – Dez)

Bloco	1999	*Part	1998	*Part	Var.
Mercosul	6.777.871.670	14,12%	8.878.233.843	17,36%	-23,66%

Fonte: <http://www.aduaneiras.com.br>

* Part.: Percentual da participação do Brasil no comércio entre os parceiros do Mercosul.

3.3. O Comércio Exterior Brasileiro

As exportações brasileiras somaram US\$ 198,3 bilhões no período de 1995-98, atingindo um pico em 1997: US\$ 53 bilhões. Por seu turno, no mesmo período, o total acumulado das importações alcançou US\$ 222 bilhões, também chegando a seu ponto máximo em 1997: US\$ 61,4 bilhões. (Fonte: <http://www.aduaneiras.com.br>).

O déficit comercial acumulado, US\$ 23,7 bilhões nos quatro anos, passou a mostrar sinais de reversão em 1998. As estimativas do saldo comercial para 1999, após a flexibilização do regime cambial em janeiro, seguida de desvalorização do real em relação ao dólar americano, variam entre 2 bilhões e 6 bilhões de dólares. Com tais mudanças cambiais, a expectativa é de que se tenha encerrado o recente ciclo de déficits comerciais, durante o qual a expansão das exportações foi superada pelo crescimento das importações.

O período de 1980 a 1998 compreendeu fases distintas no tocante ao volume e ao perfil do comércio exterior brasileiro, durante as quais houve uma crescente integração internacional.

Na evolução do comércio exterior brasileiro, observa-se que, a despeito do período de 1990 a 1997, com ligeiro declínio em 1998, os significativos saldos comerciais positivos (superávits) encolheram a partir de 1992, até mudarem de sinal em 1995, passando a serem deficitários.

Esta evolução das exportações e das importações refletiu em grande parte as direções assumidas ao longo do período pela política cambial e comercial, bem como por outros instrumentos de política econômica que afetam o comércio exterior. Durante a maior parte dos anos 80, superávits comerciais foram priorizados em decorrência dos problemas com a dívida externa, o que se traduziu em cuidados para que as taxas de câmbio não ficassem para trás em relação ao ritmo inflacionário. Ao mesmo tempo, as políticas protecionistas - tarifária e não tarifária - do período de industrialização foram preservadas.

Nos anos 90, a abertura econômica resultou em crescentes importações. A renegociação da dívida externa e um novo e intenso fluxo de ingresso de capital de curto prazo retiraram os megasuperávits comerciais da agenda de prioridades dos formuladores de política econômica. A partir de meados de 1994, a âncora cambial instituída pelo Plano Real passou a cumprir papel importante na política de combate à inflação, pressionando para baixo os preços dos bens comercializáveis.

Grande parte dos economistas considera ter ocorrido grande valorização cambial, em termos reais, no início da operação da âncora cambial. A conseqüente explosão

nas importações brasileiras a partir de 1995, bem como a crise cambial no México no final de 1994 (caso até então considerado como modelo de estabilização com base em ingresso de capital de curto prazo e valorização cambial), acendeu um debate sobre a sustentabilidade da política cambial e comercial então vigente.

De um lado, estavam economistas apontando uma incompatibilidade entre o crescimento econômico e a política cambial e comercial. O governo, obrigado a manter taxas de juros extremamente elevadas para manter a economia e as importações em baixa e/ou para continuar atraindo capitais, estaria assistindo a uma insustentável expansão na dívida líquida do setor público. Esta cresceu de US\$ 153 bilhões ao final de 94 para US\$ 211 bilhões em dezembro de 95, e as despesas com juros saltaram de 3,8% do PIB em 94 para 5,4% em 95. Os encargos com juros assumiram uma trajetória explosiva, somando-se a outros itens orçamentários com tendência de déficits crescentes (previdência, particularmente). Em dezembro de 1998, a dívida interna líquida do Tesouro Nacional (exclusive a dívida mobiliária interna em poder do Banco Central) alcançou R\$ 360 bilhões.

Já outros especialistas do setor argumentavam que reformas estruturais reduzindo o custo Brasil, em conjunto com taxas de juros locais menores, seriam suficientes para manter saldos comerciais em patamares adequados, sem a necessidade de fazer grandes modificações nos níveis cambiais ou na política comercial então vigente. Além disso, após a crise mexicana, o regime cambial havia sido parcialmente flexibilizado com a introdução de bandas cambiais e com o prévio anúncio de gradual desvalorização cambial (de 5% a 7% ao ano). A crise financeira asiática em 1997, seguida da moratória russa em meados de 1998 e dos efeitos de contágio dessa última, acelerou contudo a mudança de regime cambial para sua flexibilização completa, ao provocar grande saída de capital entre agosto e dezembro de 1998.

Os fluxos de exportações e importações totais durante o período de 1980 a 1998 também sofreram mudanças significativas em sua composição. Os produtos básicos (minério de ferro, farelo de soja, soja em grão, café em grão, fumo em folhas, carne de frango, açúcar de merara, carne bovina etc.), que constituíam 42% da pauta de exportações em 1980, responderam por apenas 25,4% em 1998. Já os produtos manufaturados (automobilístico, suco de laranja, motores de pistão, bombas e compressores, pneumáticos, café solúvel, papel, motores e geradores, açúcar refinado, cigarros, móveis, produtos químicos, laminados planos de ferro e aço, têxteis e calçados etc.) passaram de 45% para 57,5% no mesmo período. Por seu turno, os semimanufaturados (celulose, produtos de ferro e aço, alumínio bruto, açúcar cristal, óleo de soja bruto, couros e peles, ferro gusa, ferro-ligas, ouro para uso não monetário, ligas de alumínio etc.) cresceram de 12% em 1980 para 15,9% em 1998. (Fonte: SECEX)

Nas importações, o petróleo caiu de US\$ 10,6 bilhões em 1981 para US\$ 2,6 bilhões em 1995. O total de combustíveis e lubrificantes importados foi de US\$ 4,1 bilhões em 1998, declinando em relação aos US\$ 5,8 bilhões do ano anterior, em decorrência parcialmente da queda em seus preços internacionais.

O destaque é a crescente importação de produtos metal-mecânicos e eletroeletrônicos nos anos 90, correspondentes a bens de consumo durável e bens de capital. Em 1998 as aquisições externas de automóveis foram do valor de US\$ 2,7 bilhões. A importação de bens de capital somou US\$ 16 bilhões em 1998, correspondentes a 27,9% da pauta, enquanto a aquisição externa de bens duráveis de consumo (exclusive automóveis) foi de US\$ 2,5 bilhões (4,4% da pauta). Matérias-primas e produtos intermediários constituem, por seu turno, o maior grupo de importações: US\$ 26,7 bilhões em 1998, ou seja, 46,4% da pauta de importações. (Fonte: SECEX)

A economia brasileira apresenta hoje um padrão geral de comércio onde, pelo lado das exportações, nos segmentos de manufaturados e semimanufaturados intensivos em recursos naturais e energia, apresentam forte competitividade e expansão. Reduziu-se a dependência em relação a produtos básicos, embora houve uma crescente especialização, no conjunto, de produtos industrializados com conteúdo tecnológico relativamente simplificado e pequeno valor agregado.

A abertura comercial, por outro lado, provocou a adoção de programas de racionalização pelas empresas no Brasil, levando a um aumento de produtividade expresso em índices de valor agregado por trabalhador empregado. A especialização em linhas de produto ou em segmentos da produção resultou em uma estrutura produtiva mais enxuta e competitiva. Contudo, ampliou-se o coeficiente de importação de produtos, componentes ou insumos com maior conteúdo tecnológico, reforçando a tendência de especialização revelada nas exportações. A timidez dos investimentos em capital fixo para modernização, expansão ou construção de novas plantas reflete-se nos resultados da abertura comercial (em termos de emprego, balanço de pagamentos e densidade tecnológica do aparelho produtivo remanescente), que ainda não chegaram perto do desejado.

O comércio exterior brasileiro também vem evoluindo de modo diferenciado por regiões da economia internacional. Em cada um dos casos, o padrão de comércio se apresenta acentuado ou suavizado. Por exemplo, a União Européia, o maior cliente regional do Brasil, ampliou recentemente suas compras de produtos básicos (farelo de soja). Nos Estados Unidos, individualmente os calçados são o maior produto de exportação brasileira, concorrendo com fornecedores asiáticos (particularmente, China). A Ásia-Pacífico e a Europa

Oriental têm-se apresentado como mercados crescentes para óleo de soja, açúcar cristal, couros e peles, além dos já tradicionais de sucos de laranja e semimanufaturados de ferro e aço. Já no caso do Mercosul (considerando Argentina, Paraguai e Uruguai), sobressaem as vendas brasileiras de veículos, autopeças e motores.

A importância crescente do comércio com a Argentina pode ser notada pelas posições deste país nas exportações e importações brasileiras: as exportações brasileiras para a Argentina saltaram de US\$ 645 milhões em 1990 para US\$ 1,5 bilhão em 1998, passando de 2% do total de exportações no início da década para um patamar de 13,2% em 1998; por sua vez, a compra de produtos argentinos passou a atingir proporções acima de 13,9% das importações brasileiras em 1998. A América Latina e o Caribe quase dobraram sua participação como escoadouro das exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que suas vendas ao Brasil também apresentaram um forte dinamismo no período, acompanhando a tendência geral das importações.

Cabe observar que a recente expansão das importações se dirigiu fortemente aos Estados Unidos e à Europa, enquanto as exportações para estes mercados decresceu em termos relativos como destino. A redução da proteção comercial brasileira ao parque industrial metal-mecânico local e a demanda por bens de consumo durável importáveis traduziram-se naquela tendência quanto às importações.

Destaque também deve ser dado ao comércio com os países em desenvolvimento da Ásia: as exportações do Brasil para estes países cresceram em 70%, enquanto as importações se ampliaram em 400%, entre 1990 e 1994. A proporção dessas economias asiáticas no volume do comércio brasileiro correspondeu a pouco mais de 10% em 1994, mas o ritmo de expansão revela sua provável significância no futuro, com a retomada do crescimento na região após a crise financeira. Em 1998, durante o curso da crise asiática, as exportações brasileiras para a região corresponderam a 6,7% do total, enquanto 9,7% das importações tiveram aquela região como origem.

A radiografia do comércio exterior brasileiro revela uma crescente integração do País aos circuitos mundiais de comércio. Estes últimos colocam oportunidades e desafios: por um lado, oferecem oportunidades de ampliação das escalas de produção para bens exportáveis, bem como possibilidades de aquisição de equipamentos e tecnologias que estejam acompanhando a renovação tecnológica no exterior; por outro, estabelecem fortes desafios concorrenciais e, em vários casos, desestimuladores da produção local.

O balanço final entre os estímulos e as restrições que o comércio colocará para o crescimento econômico dependerá das respostas em termos de investimento local pelos

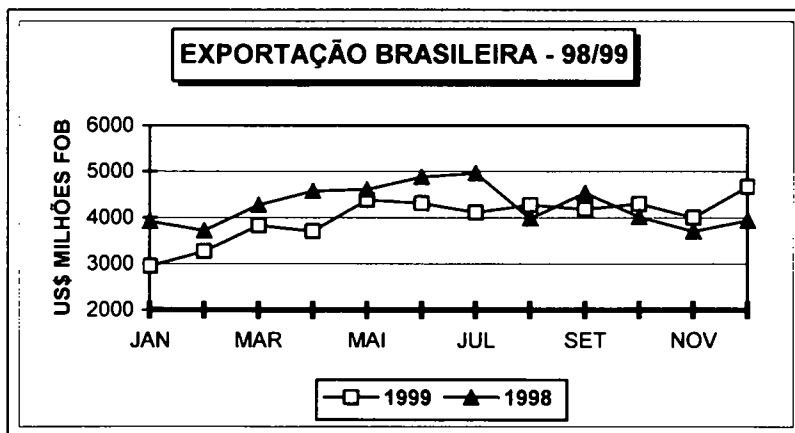
agentes privados e, conseqüentemente, da maior ou menor capacidade que demonstrarem as políticas macroeconômicas e a política industrial para maximizar o usufruto das oportunidades oferecidas pelo comércio exterior.

Tabela 02: Balança Comercial Brasileira: Comparativo 1998 e 1999

Mês	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO	
	1998	1999	1998	1999	1998	1999
JAN	3.917,00	2.949,00	4.647,00	3.645,00	-730	-696
FEV	3.716,00	3.267,00	3.943,00	3.164,00	-227	103
MAR	4.274,00	3.829,00	5.166,00	4.052,00	-892	-223
ABR	4.576,00	3.707,00	4.629,00	3.669,00	-53	38
MAI	4.612,00	4.386,00	4.734,00	4.078,00	-122	308
JUN	4.886,00	4.313,00	4.702,00	4.459,00	184	-146
JUL	4.970,00	4.117,00	5.395,00	4.027,00	-425	90
AGO	3.986,00	4.277,00	4.153,00	4.461,00	-167	-184
SET	4.538,00	4.187,00	5.724,00	4.243,00	-1.186,00	-56
OUT	4.017,00	4.304,00	5.453,00	4.458,00	-1.436,00	-154
NOV	3.704,00	4.002,00	4.726,00	4.530,00	-1.022,00	-528
DEZ	3.944,00	4.673,00	4.458,00	4.424,00	-514	249
TOTAL	51.140,00	48.011,00	57.730,00	49.210,00	-6.590,00	-1.199,00

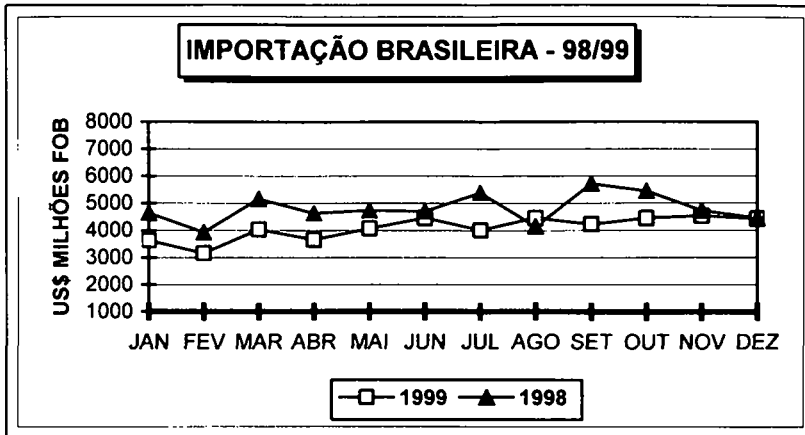
Fonte: <http://www.aduaneiras.com.br>

Gráfico 01 – Exportações Brasileira 98/99



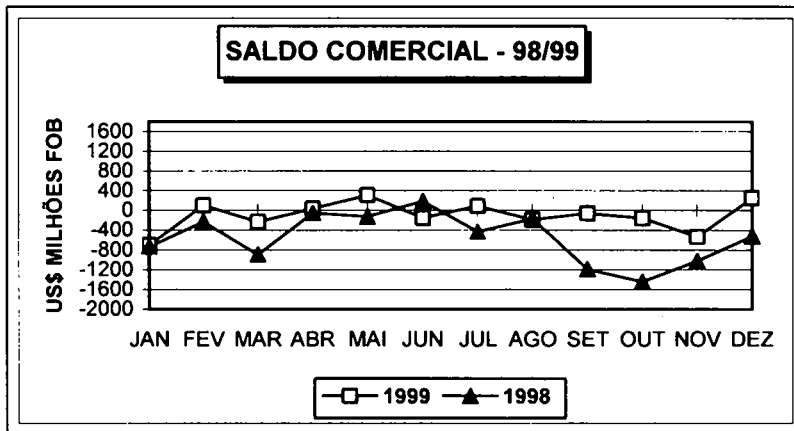
Fonte: <http://www.aduaneiras.com.br>

Gráfico 02 – Importações Brasileiras 98/99



Fonte: <http://www.aduaneiras.com.br>

Gráfico 03 – Saldo Comercial 98/99



Fonte: <http://www.aduaneiras.com.br>

3.4. O Ensino de Administração no Brasil

A implantação e evolução dos cursos de administração na sociedade brasileira possuem uma estreita relação com as transformações ocorridas no campo da produção econômica a partir da década de 30. Foi a partir deste período que surgiu uma preocupação com os assuntos econômicos, derivados principalmente da depressão de 1929 e, posteriormente, da participação do Estado no processo de industrialização do país (MARTINS, 1989).

Isso mostra que tais cursos estão intimamente relacionados com o processo de industrialização do país. Portanto, nos leva a crer que sua implantação possui como principal objetivo, qualificar os recursos humanos para atender às demandas oriundas do acelerado processo industrial.

COUVRE (1990) reforça esse pensamento, afirmando que a evolução de tais cursos se apresenta como uma faceta do desenvolvimento do espírito modernizante. É neste sentido, isto é, na mudança e desenvolvimento da formação social brasileira, que devemos buscar condições e as motivações para a criação desses cursos. Para a autora, tais motivações estão relacionadas com o caráter de especialização e uso crescente da técnica, tornando imprescindível a necessidade de profissionais para as diferentes funções de controlar, analisar e planejar as atividades empresariais.

Segundo MARTINS (1989), o contexto para a formação do administrador no Brasil começou a ganhar contornos mais claros na década de 40. A partir deste período, acentua-se a necessidade de mão de obra qualificada e, conseqüentemente, novas demandas desse ensino. O autor afirma:

“o desenvolvimento de uma sociedade, até então basicamente agrária, que passava gradativamente a ter seu polo dinâmico na industrialização, colocou como problema a formação de pessoal especializado para analisar e planificar as mudanças econômicas que estavam ocorrendo, assim como incentivar a criação de centros de investigação vinculados à análise de temas econômicos e administrativos”.

Segundo esta visão, tratava-se de formar, a partir do sistema escolar, um administrador profissional, apto para atender ao processo de industrialização. Tal processo foi se desenvolvendo de forma gradativa, desde a década de 30. Porém, ficou acentuado no momento da regulamentação da profissão, ocorrida na metade da década de 60, através da Lei

no. 4.769 de 09 de setembro de 1965. Após esta Lei, o acesso ao mercado profissional seria privativos dos portadores de títulos expedidos pelo sistema universitário.

Observa-se que o crescimento deste ensino esteve relacionado com as transformações que se manifestavam no plano econômico. Portanto, tal ensino veio privilegiar a participação das grandes unidades produtivas, que passaram a constituir um elemento fundamental na economia do país, principalmente à partir de 1964.

Para MARTINS (1989), a grande preocupação com assuntos econômicos tem seu marco em 1943. Neste ano, realizou-se no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Brasileiro de Economia, onde se manifestava grande interesse pela industrialização do país, postulando-se iniciativas concretas por parte do Estado para motivar a pesquisa em assuntos econômicos. Porém, tais estudos vinham sendo realizados basicamente nos cursos de Direito na disciplina de economia, vista como “formação geral”.

Somente em 1945, surgiram os primeiros resultados quanto à implantação desse ensino. Neste ano, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, encaminhou à Presidência da República um documento que propunha a criação de dois cursos universitários, o de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. O documento afirmava que as atividades de direção e orientação, tanto nos negócios públicos como empresariais, atingiram um nível de maior complexidade, exigindo de seus administradores e técnicos conhecimentos especializados. Isto permitiu que os cursos de economia passassem a ter um caráter de especialização não mais de natureza genérica.

A criação desses cursos assumiu um papel relevante, uma vez que passou a ampliar a organização escolar do país que, até então, se constituía apenas de engenheiros, médicos e advogados.

Para MARTINS (1989), o surgimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) marcou o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil, contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país.

Tais instituições ocuparam uma posição dominante no campo das instituições de ensino de administração, assim como de referência do posterior desenvolvimento desses cursos.

Fruto destas relações, em 1952 tivemos a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), pela Fundação Getúlio Vargas, com o apoio da ONU e da UNESCO para a manutenção inicial. O convênio com tais organismos internacionais previa a

manutenção de professores estrangeiros na escola e bolsas de estudo para o aperfeiçoamento dos futuros docentes.

MARTINS (1989) afirma que, com a criação da EBAP no Rio de Janeiro, a FGV começa a preocupar-se em criar uma escola destinada especificamente à preparação de administradores de empresa, vinculada ao mundo empresarial, com o objetivo de produzir especialistas em técnicas modernas de administração empresarial.

Esta situação permitiu, em 1954, a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). É importante considerar que a FGV escolheu esta cidade por ser considerada a capital econômica do país, “coração e cérebro da iniciativa privada”, com intuito de atender às expectativas do empresariado. Para a implantação de tal escola, a FGV buscou apoio do governo federal, do estado de São Paulo e da iniciativa privada.

Neste contexto, observa-se que a criação de tais escolas está intimamente ligada ao crescimento econômico do país. Isto nos leva a afirmar que tal ensino se instituiu, primordialmente, como instrumento que vem a atender as demandas do sistema produtivo.

Para iniciar as atividades nesta nova instituição, a FGV firmou um acordo com a USAID (Desenvolvimento Internacional do governo do Estados Unidos). Neste convênio, o governo norte-americano se comprometia a manter junto a esta escola uma missão universitária de especialistas em administração de empresas, recrutados junto à Universidade Estadual de Michigan. Por outro lado, a FGV enviaria docentes para estudos de pós-graduação nos Estados Unidos com intuito de preencher os quadros do corpo docente da EAESP. Tal convênio nos releva a influência do ensino de administração norte-americano na realidade brasileira, evidenciado sobretudo através dos currículos e bibliografias.

Segundo MARTINS (1989), a missão universitária norte-americana atuou nesta instituição até 1965, fornecendo uma forte estrutura acadêmica, permitindo-lhe ocupar uma posição dominante no funcionamento dos cursos de administração na sociedade brasileira.

É importante considerar que a EBAP e a EAESP representam o início de tal ensino no Brasil, levando a concluir que o ensino de administração neste país sofreu influência direta do ensino norte-americano.

CASTRO (1981) confirma este pensamento, afirmando que o ano de 1952 marca o início do ensino de administração no Brasil, passando a ter um papel relevante na realidade econômica do país.

Para SCHUCH (1978), com a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), surgiu o primeiro currículo especializado em administração, tendo

influenciado, de alguma forma, o movimento posterior nas instituições de ensino superior do país.

Segundo MARTINS (1989), a partir da década de 60, a Fundação Getúlio Vargas passou a criar cursos de pós-graduação na área de Economia, Administração Pública e de Empresas. Em meados dessa década, iniciou a oferta regular dos cursos de mestrado.

Com a criação dos cursos de mestrado, a FGV passou a ser o centro formador de professores para outras instituições de ensino, num momento em que ocorreu uma enorme expansão dos cursos de administração. Fruto dessa expansão, na metade da década de 60, passou a ministrar um programa de doutorado nestas áreas. Em 1982, já havia formado 53 mestres em economia, 68 em administração pública, 168 em administração de empresas, 160 em educação, 13 doutores em economia e 9 em administração de empresas (MARTINS, 1989).

Desde 1994, o ensino de administração, ministrado por esta instituição, é definido como dos melhores do país, sobretudo pelo seu empenho no campo da pesquisa.

Observa-se também que a criação e evolução dos cursos de Administração na sociedade brasileira, no seu primeiro momento, foram feitas no interior de Instituições Universitárias, fazendo parte de um complexo de ensino e pesquisa. Tais escolas transformaram-se em pólos de referência para a organização e funcionamento deste campo.

No final dos anos 60, a evolução dos cursos de administração ocorreria não mais vinculados a instituições universitárias, mas às faculdades isoladas que proliferaram dentro do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira. Esta expansão, segundo MARTINS (1989), também está relacionada com as transformações ocorridas no plano econômico.

A partir da década de 60, o estilo de desenvolvimento privilegiou as grandes unidades produtivas na economia do país. Ocorre o crescimento acentuado das grandes empresas, principalmente estrangeiras e estatais, permitindo a utilização crescente da técnica. Isso implicou diretamente na necessidade de profissionais com treinamento específico para executar diferentes funções internas das organizações. Em face dessa situação, as grandes empresas passaram a adotar a profissionalização de seus quadros tendo em vista o tamanho e complexidade das estruturas. Isso veio a constituir um espaço potencial para a utilização dos administradores que passaram pelo sistema escolar.

Com as mudanças econômicas, um novo acontecimento viria acentuar a tendência à profissionalização do administrador. Foi a regulamentação dessa atividade, que ocorreu na metade da década de 60, pela Lei no. 4.769 de 09 de setembro de 1965. A presente

Lei, no seu artigo 3º, afirma que o exercício da profissão de Técnico em Administração é privativo dos Bacharéis em Administração Pública ou de Empresa, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei no. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Isso veio ampliar um vasto campo de trabalho para a profissão de administrador. A partir de então, o acesso a esse campo profissional passaria necessariamente pela sanção do sistema escolar. Tal fato também influenciou no crescente aumento desses cursos no país.

A idéia da profissionalização das atividades administrativas, segundo MARTINS (1989), impregnou nossos ambientes acadêmicos, empresariais e serviço público.

Segundo SCHUCH (1976), no ano seguinte à regulamentação da profissão, através do parecer no. 307/66, aprovado em 08 de julho de 1966, o Conselho Federal de Educação fixou o currículo mínimo do curso de administração nas suas duas opções, de administração pública e de empresas. Ficavam assim, institucionalizadas, no Brasil, a profissão e a formação de Técnico em Administração.

A partir dessa regulamentação, procurou-se instituir organismos que controlassem o exercício da profissão. Criavam-se os Conselhos Regionais.

Segundo MARTINS (1989), a função de tais organismos era de fiscalizar o desempenho da profissão e expedir as carteiras profissionais. Só poderiam exercer a profissão aqueles registrados no Conselho regional de Administração – CRA. Este organismo passaria a ter um forte controle sobre as condições de acesso à profissão.

Isso nos mostra que a regulamentação da profissão de administrador, ao institucionalizar que o seu exercício seria privativo daqueles que possuíam o título de bacharel em administração, contribuiria de forma acentuada para a expansão desses cursos.

Segundo SOUSA (1980), outro fator que contribuiu significativamente neste processo de profissionalização têm sido as leis da Reforma do Ensino Superior. Estas leis estabeleceram claramente níveis de ensino tipicamente voltado para as necessidades empresariais. Assim como permitiu o surgimento de instituições privadas para que, juntamente com as universidades, pudessem corresponder à grande demanda de ensino superior desde a década de 50.

A Lei 5.540, nos seus artigos 18 e 23, afirma:

“os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder a profissões reguladas em Lei. As universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros cursos para atender às exigências de sua programação específica e fazer face à peculiaridade do mercado de trabalho regional”

Segundo CASTRO (1981), tais acontecimentos repercutiram significativamente, uma vez que, num intervalo de trinta anos, o ensino de administração alcançou uma dimensão significativa na sociedade brasileira. Contando apenas com dois cursos em 1954, a EBAP e a EAESP, ambos mantidos pela Fundação Getúlio Vargas, passou-se para 31 em 1967, saltando para 177 cursos no ano de 1973 e 244 em 1978.

Segundo FLEURY (1983), os dados oficiais indicam que em 1980 tínhamos 245 cursos de graduação, atingindo a considerável cifra de 146 mil estudantes inscritos naquele nível de ensino. Durante o período de 1970 a 1979, a média de crescimento do ensino de graduação em administração foi de 15% ao ano, ao passo que para as outras áreas do conhecimento girou em torno de 12%.

Esta relação entre prática profissional e a obtenção de título específico impulsionou aqueles que aspiravam ter acesso a funções econômico-administrativas, em órgãos públicos ou privados, a ingressar em centros de ensino que oferecessem tal habilitação.

Assim, também aqueles que já desenvolviam tais atividades no mercado profissional foram impulsionados a buscar o título universitário para obter promoções.

Neste contexto, um dos aspectos que merece ser destacado na expansão dos cursos de administração é a considerável participação da rede privada neste processo, ocorrido a partir do final dos anos 60. No início da década de 80, o sistema particular era responsável por aproximadamente 79% dos alunos, ficando o sistema público com o restante. O mesmo ocorre nas demais áreas do conhecimento, onde a distribuição é de 61% para a rede privada.

Segundo MARTINS (1989), outro fator importante, que envolve o ensino privado, são os estabelecimentos isolados, isto é, instituições não-universitárias, que absorvem 63% de todos os alunos de administração do país. Segundo o autor, se acrescentarmos a este número os estudantes dos estabelecimentos isolados municipais e estaduais, verificaremos que no início da década de 80, cerca de 70% dos alunos de graduação em administração encontram-se neste tipo de instituições.

Frente a estes dados, observa-se uma inversão em relação ao tipo de ensino ministrado nas primeiras escolas de administração.

Ao contrário das primeiras escolas, que nasceram próximas aos campos do poder econômico e político, as novas escolas, de maneira geral, nasceram equidistantes das expectativas e grupos que ocupam posições dominantes naqueles campos. O aparecimento delas partiu da iniciativa de atores que atuavam no setor educacional, aproveitando-se do momento em que o estado pós-64 abriu um grande espaço para esta iniciativa privada, visando atender à crescente demanda de acesso ao ensino de 3^o grau.

Segundo MARTINS (1989), a abertura de tais cursos apresentava-se vantajosa, uma vez que poderiam ser estruturadas sem muitos dispêndios financeiros. Tais cursos buscavam uma certa rentabilidade acadêmica procurando adaptar suas práticas acadêmicas aos grandes centros que desfrutam de maior legitimidade. Observa-se uma relação assimétrica, em que primeiras escolas de administração têm, enquanto tendência, de produzir para o setor público e privado uma elite administrativa vinculada aos pólos dominantes dos campos do poder político e econômico. Enquanto que, por outro lado, as novas instituições têm produzido os quadros médios para as burocracias públicas e privadas que, em função de sua complexidade, necessitam para suas rotinas, isto é, um pessoal treinado para questões econômico-administrativas.

Outro fator, também fruto da expansão dos cursos de administração na sociedade brasileira, é a concentração desse ensino em determinadas regiões. No início da década de 80, as regiões sudeste e sul respondiam por 80.722 alunos e 81% de todo o ensino de administração do país. Estes dados indicam uma forte prevalência das regiões de maior concentração e diferenciação produtiva, onde se localizam as maiores oportunidades em termos de mercado de trabalho para esta profissão.

Em nível de Estados, quanto à distribuição do número de cursos e alunos, destaca-se a presença de São Paulo, responsável por 40% dos estudantes matriculados e por 35% dos cursos então existentes.

A acentuada expansão do ensino de administração, fruto de inúmeros fatores já mencionados, gerou sérios problemas quanto à sua qualidade.

Para MOTTA (1983), tais cursos revelam uma grande fragilidade, uma vez que não representam a realidade do país. Segundo o autor, lembram os cursos norte-americanos, porém, com um atraso de quinze anos.

Quanto à influência norte-americana é um fato notório, uma vez que todo o sistema de ensino brasileiro, a partir da década de 60, adotou este sistema. Porém, é lamentável que não se tenha mantido atualizado e compatível com a realidade.

SOUSA (1980) afirma que o que ocorre no Brasil, como reflexo da fragilidade dos cursos de administração, é que somente quando a demanda se concretiza, o sistema educacional passa a providenciar a formação de mão-de-obra. A consequência dessa realidade, leva as empresas que demandam esse tipo de profissional a importar ou treinar profissionais por falta de pessoal qualificado. Trata-se de um problema sério em que universidades devem buscar soluções com intuito de aperfeiçoar tal ensino.

Segundo SILVA (1971), as universidades mais respeitadas nesse campo de conhecimento procuram formar administradores para empresas do futuro e não para as empresas de hoje ou ontem.

Por outro lado, SIQUEIRA (1987) afirma que a preocupação não deve estar apenas voltada para a preparação de profissionais para as empresas privadas. Segundo ele, num momento em que o Brasil se encaminha para uma sociedade democrática, parece oportuno defender a formação de um profissional capaz de atuar em outras formas organizacionais, tais como: associações de bairros, cooperativas, pequenas empresas e outros campos novos à espera de formas organizacionais inovadoras, além do seu tradicional campo nas empresas.

RIGGS (1968) critica a postura dos países subdesenvolvidos que, muitas vezes, criam modelos ou soluções que nem sempre são compatíveis com a realidade regional ou local. Surge um mero mimetismo, onde experiências, que dão certo em outros contextos, são adotadas de forma generalizada.

VILLA ALVARES (1982) afirma que se deve questionar até que ponto está havendo coerência na aplicação desta ciência no Brasil, já que seus fundamentos teóricos e sua prática baseiam-se em outra realidade. Segundo o autor, como ciência social aplicada, o seu ensino e sua prática deve ter como base a realidade social, econômica, política e cultural do país, sob pena de não responder adequadamente às exigências da sociedade a que deve servir.

Essa adequação à realidade deve considerar inclusive as diferenças regionais. Neste sentido, RIGGS (1968) observa que um dos problemas dos países em desenvolvimento é idealizar modelos ou soluções que nem sempre encontram apoio na realidade, sócio-econômica e política de seus países ou aplicação de modelos e conceitos importados de países

mais estruturados economicamente, administrativa e politicamente, sem as referidas adaptações, resultando no que denomina mimetismo.

A formação de administrador no Brasil enfrenta diferentes desafios que vão desde o reconhecimento da administração como ciência social aplicada, cujo objetivo do estudo é o fato administrativo até a dificuldade de redefinir a prática social do administrador, conforme as exigências de uma sociedade em mudança.

3.4.1. A Profissão de Administrador habilitado em Comércio Exterior.

A habilitação em Comércio exterior no Brasil foi regulamentada a partir da Resolução nr. 2, de 04/10/93, que fixou os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em administração. Esta mesma Resolução, em seu Art. 3º, cita: “Além da habilitação geral, prescrita em lei, as instituições poderão criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas nesta Resolução e em outras que venham a ser indicadas para serem trabalhadas no currículo pleno”. A habilitação em Comércio Exterior no curso de Administração foi criada através do Parecer no. 1.081/73, aprovado em 06/06/73, onde a Comissão Especial elaborou o currículo mínimo para a nova habilitação, e de acordo com a Resolução no. 21, de 15 /08/73, a qual fixa os mínimos de conteúdo e duração da habilitação em Comércio Exterior do curso de Administração.

O campo de atuação dos profissionais da área de comércio exterior encontra-se em franca expansão. A abertura do mercado brasileiro à concorrência internacional, promovida a partir do início da década, assim como as iniciativas para a inserção do país no processo de integração econômica mundial, através dos diversos tratados e acordos comerciais firmados pelo Brasil com diferentes países ou blocos econômicos externos e a perspectiva do avanço contínuo deste processo, justifica a crescente demanda pelas organizações públicas e privadas, bem como pelos organismos internacionais e universidades, por administradores capacitados a atuar em um mercado globalizado e altamente competitivo. A atual conjuntura demanda profissionais aptos a conviver e prosperar na diversidade do mundo globalizado e oferece ao Administrador de Comércio Exterior inúmeras opções de atuação com possibilidades reais e crescentes de sucesso.

Salienta-se que o papel da Universidade não se restringe a adequar o ensino às exigências do mercado de trabalho, porém a própria literatura e a prática da administração revelam que um curso nesta área deve ser dinâmico e ajustado ao ambiente em que ensina. O administrador habilitado em comércio exterior, além de analisar as mudanças ambientais e de identificar novas tendências, deve atuar como agente de transformação. É necessário, portanto, que os cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior constantemente interajam com o mercado de trabalho procurando descobrir o que ocorre na sociedade, tentando, com isto, uma maior adaptação.

O papel do comércio internacional em nossa vida econômica é crescente. O comércio mundial aumentou nas últimas décadas em volume absoluto, valor e importância relativamente ao PNB ou a outros indicadores da vida econômica, configurando um dos elementos-chave das políticas anti-inflacionárias mais modernas.

“Na realidade, mais do que nunca, hoje em dia considera-se o comércio internacional como fator preponderante de harmonia no nosso mundo, e mais do que as guerras e principalmente por causa delas tem ele contribuído para as descobertas de caráter tecnológico, de novos recursos de cunho econômico, enfim, de todos os fatos que colaboraram para o progresso universal” (CAMPOS, 1990).

Mediante processo de importação e exportação insere-se uma economia no mercado mundial, abrindo-se, como consequência, uma série de perspectivas comerciais, tecnológicas, políticas e sociais.

“Na verdade, o comércio externo se constitui numa etapa de evolução conjuntural das mais importantes para a existência real e eficaz de um programa de desenvolvimento de qualquer país do nosso mundo atual, atendidas as suas prioridades e os seus objetivos econômicos e sociais” (CAMPOS, 1990).

Na esteira desse entendimento, no Seminário sobre Exportações, Livre-Comércio e Desenvolvimento, promovido pelo Jornal do Brasil e pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex), na cidade de São Paulo em 1984, o então Ministro da Fazenda do Brasil, Ernani Galveas, salientou “ser o comércio internacional uma força propulsora das mais importantes para criar o desenvolvimento econômico, acelerar o crescimento e mantê-lo em uma taxa elevada e sustentá-la”; acrescentando, ainda: “Em teoria econômica, diz-se que a única teoria que se pode provar, matematicamente, é que algum comércio é melhor que

nenhum comércio e que a experiência mundial ensinou-nos, na prática, a verdade da teoria”. E, para comprovar a força do comércio internacional no desenvolvimento das nações, disse, finalmente:

“Desde a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir de 1950, o mundo todo experimentou uma extraordinária fase de progresso, crescimento econômico, emprego, ampliação de indústrias tradicionais, criação de novas indústrias, abertura de novas experiências no campo econômico, movidos fundamentalmente pelos estímulos do comércio internacional, alcançando praticamente todas as regiões do mundo, os países industrializados, os países em desenvolvimento, os países socialistas, uns mais do que outros, desenvolvendo-se mais os que souberam tirar maior vantagem do comércio internacional”.

A razão deste atributo desenvolvimentista do comércio internacional está em que uma operação desta natureza representa muito mais que uma transação comercial, uma compra e venda. O comércio internacional tem estimulado a especialização das economias, a concorrência em qualidade e preço, sendo, até mesmo, contrapartida obrigatória do país que pretende exportar.

Os recursos advindos da exportação são utilizados também no incremento das importações, indispensáveis ao progresso social e à elevação dos padrões de vida das populações de um modo em geral, no aspecto de que as mercadorias trazem consigo a cultura dos povos de origem. Importam-se bens de capital, produtos intermediários, matérias-primas, serviços e bens de consumo. Quanto mais sofisticadas forem as importações, mais evolução técnica recebe o país importador.

O Administrador de Comércio Exterior é apto para atuar em:

1- Organizações Privadas:

- Industriais, Comerciais e Prestadoras de Serviço; Comerciais Exportadoras e Importadoras; Trading Companies nas áreas de produção, finanças, recursos humanos, marketing, sistemas de informação e das atividades específicas de comércio internacional, sistemática operacional de importação e exportação e logística internacional.
- Instituições financeiras em atividades administrativas e gerenciais, nas áreas de câmbio, seguros, sistemática e demais serviços da área internacional.

- Empresas de Logística e Transporte nas áreas de planejamento logístico, armazenagem e transporte internacional, desenvolvendo atividades administrativas e gerenciais.
- Seguradoras em empresas de seguro no transporte internacional.
- Despachantes Aduaneiros como prestador de serviços a empresas importadoras ou exportadoras na área de sistemática operacional para desembarço e liberação de mercadorias importadas ou destinadas à exportação em portos, aeroportos e pontos de fronteira.
- Consultoria e Assessoria na prestação de serviços de assessoria e consultoria nas áreas de desenvolvimento de mercados e negócios internacionais, legislação, sistemática de comércio exterior e logística para empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços.

2- Organizações Públicas, de Fomento, Controle e Fiscalização:

- Em unidades do Ministério das relações Exteriores (consulados, setores comerciais e embaixadas), no Brasil ou no exterior.
- Em órgãos do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior (Secretaria de Comércio Exterior).
- Em órgãos da Secretaria da Receita Federal, do Banco Central do Brasil e demais órgãos do Ministério da Fazenda, na qualidade de fiscais.
- Em outros órgãos governamentais intervenientes no comércio internacional.

3- Organismos Internacionais – Câmaras de Comércio:

- Associações Empresariais, Comerciais e Industriais.
- Organismos Internacionais como FMI, OMC, ALADI, MERCOSUL em atividades de fomento e intermediação de negócios internacionais.

4- Universidades:

- Atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.5. A Avaliação Institucional

Não se pode mais tratar a avaliação de partes de um todo orgânico complexo como o é a Universidade, sem a preocupação de avaliá-la em sua totalidade.

Segundo JULIATTO, a avaliação institucional “tem a finalidade de evidenciar o exato estado das coisas em determinada situação”, sugerindo os necessários ajustamentos ou mudanças.

A avaliação institucional consiste na análise valorativa da organização, seu funcionamento e os resultados dos processos acadêmicos e administrativos a nível de cada uma das Instituições de Ensino Superior, tomando em consideração os resultados das avaliações de todas as atividades nela desenvolvidas. Objetiva, principalmente:

- A tomada de decisões Institucionais para o melhoramento, fortalecimento ou, se for o caso, a reforma da instituição;
- A proposição de programas especiais aos órgãos competentes para a solução de problemas e a atenção a necessidades importantes e urgentes, assim como para o desenvolvimento de projetos prioritários;
- A formulação de ações institucionais concretas para lograr o reordenamento de áreas específicas da instituição educacional (México, 1991).

NEIVA (1989) entende que a condução do processo de avaliação institucional nas Instituições de Ensino e Pesquisa deve ser focalizada sobre processos, circunstâncias e conseqüências e não sobre as contribuições individuais de alunos, professores e administradores.

Segundo o autor, a avaliação institucional, quando bem conduzida, pode assegurar, dentre outros:

- a) Aumento expressivo da credibilidade da Instituição junto à sociedade;
- b) Aprimoramento da gestão das atividades desenvolvidas nas Instituições de Ensino e Pesquisa;
- c) Melhoria no processo de tomada de decisões, principalmente sobre alocação de recursos e racionalização dos dispêndios;
- d) Mais rapidez na identificação de problemas e na verificação dos resultados de suas atividades.

MILLER (apud JULIATO, 1991, p.134) sugeriu aos avaliadores examinar 10 aspectos da Instituição Acadêmica:

- Objetivos e metas institucionais;
- Formação e aprendizagem de alunos;
- Performance dos professores;
- Programas acadêmicos (cursos e atividades de pesquisa);
- Adequação dos serviços de apoio institucional;
- Liderança administrativa;
- Gestão econômico-financeira;
- Desempenho dos conselhos acadêmicos;
- Relações da Instituição com a comunidade;
- Auto-aperfeiçoamento institucional.

Na implementação de processos de avaliação institucional têm, comumente, sido utilizados métodos de natureza quantitativa. As abordagens qualitativas, no entanto, são também bastante usadas, sobretudo em estudos de casos, onde predominam entrevistas e observações. Os especialistas, porém, concordam que nenhum dos métodos, usados isoladamente, são adequados e suficientemente precisos para avaliar padrões de qualidade institucional.

VALLE (1986) entende ser “necessária a presença do processo avaliativo em todas as instâncias e níveis da universidade”. Para ele, a avaliação institucional deve analisar situações e alternativas de possíveis decisões de política institucional, relacionadas com a admissão de estudantes; vagas por cursos e carreiras; valor de matrícula; bolsas de estudos; contratação de docentes e pesquisadores; aquisição de livros, equipamentos e demais materiais destinados às atividades de ensino e pesquisa; construção de novas instalações ou reforma das existentes; oferta de novos cursos e eliminação de alguns já existentes; fontes e condições de financiamento.

Ademais, deve estar centrada no funcionamento curricular da organização universitária. O currículo se entrelaça com a avaliação institucional na provisão da informação para realizar ações corretivas na operacionalização do processo curricular e na estrutura institucional e administrativa que o fazem possível.

Para NEIVA (1989), a administração universitária, independentemente dos recursos que a mantém, deve enfrentar o desafio de buscar melhores índices de desempenho, bem como de melhores níveis de qualidade dos serviços que presta. Deve se empenhar na

melhoria dos indicadores de performance acadêmica e administrativa, em função de objetivos institucionais e pessoais.

JULIATTO, por sua vez, salienta que importantes resultados da avaliação institucional foram alcançados no domínio dos “indicadores de gestão”, que servem tanto para aperfeiçoar o sistema de gestão, quanto para fornecer informação à comunidade universitária e subsidiar a decisão.

Diferentes estudos de autores americanos e europeus têm abordado a questão do uso de indicadores de performance da Educação Superior.

COLMENAREZ (1991) enfatizou que, atualmente, se concebe a gerência universitária junto com o domínio técnico-científico sobre o desenvolvimento organizacional, que possa dar soluções efetivas a problemas institucionais como qualidade do produto final (discente), expansão e produtividade da investigação, atualização de bibliotecas, uso de novas tecnologias educativas, adequação do espaço físico, geração de metodologias de ensino-aprendizagem menos onerosas, desenvolvimento de modernos sistemas de informações científicas e tecnológicas, revisão curricular e reciclagem de pessoal docente. Isto requer um tratamento administrativo mais criativo e audaz e uma liderança eficaz.

A gerência universitária se apóia sobre um sistema de informações – de preferência automatizado, para fornecer dados confiáveis para os processos de tomada de decisões. Todo o processo operacional da programação institucional exige a aplicação de critérios de eficiência, que objetivem o uso integral da capacidade instalada.

BALL e HALWACHI salientaram, no entanto, que tais indicadores não devem ser usados de forma significativa sem a definição clara dos objetivos/metast institucionais.

A este respeito, LEFRANÇOIS (1983) afirmou que a escolha dos objetivos deve ser feita tendo em mente a noção de produtividade, apesar de, no meio universitário, a produtividade ser um assunto delicado que se tenta evitar.

A produtividade é um amálgama de eficiência e de eficácia, que resulta da interação de vários fatores independentes. Quando se fala em produtividade, há uma tendência a se fazer referência aos fatores mais facilmente quantificáveis, como os métodos e processos, a tecnologia e o equipamento, as normas e os custos. Estes fatores não constituem senão um aspecto da situação; existe outro conjunto de fatores essenciais que, apesar de menos tangíveis, não são menos importantes. São a motivação, as competências do pessoal, o clima do trabalho, as aspirações e as aptidões individuais. A produtividade aumentará quando todos estes fatores estiverem combinados e coordenados da melhor forma possível, para atingirem o mais alto grau de desempenho com o mínimo de dispêndios.

BALL e HALWACHI apresentaram vários estudos sobre esta questão, com indicadores propostos por diversos autores, sendo que um destes estudos divide tais indicadores em três categorias:

- Indicadores internos de performance (qualidade docente, número de diplomados, capacidade de atrair alunos para a Pós-graduação, etc.);
- Indicadores externos de performance (nível de emprego dos egressos, conceito em periódicos estrangeiros, patentes e invenções, número de publicações, etc.);
- Indicadores operacionais de performance (custo unitário por aluno, relação alunos/servidores, tamanho das turmas, recursos bibliográficos, recursos computacionais, etc.).

FRACKMANN (1987), por sua vez, salientou que, para uma Universidade poder concorrer com as demais, necessita de informações relativas à produção docente e científica (Ensino/Pesquisa) de seus colaboradores, o que, no meio universitário americano, é conhecido com “Faculty Evaluation”.

Quando as Instituições de Ensino Superior atuam num mercado educacional competitivo, como o sugerido por SCHWARTZMAN (1987), a exemplo do que ocorre com as universidades americanas e algumas européias, a instituição tem interesse no aprimoramento constante da produção acadêmica e científica de seus docentes, porque a maior produção no campo da pesquisa significa atrair mais recursos financeiros para a pesquisa.

Nas instituições americanas e alemãs existe um ambiente competitivo, saudável, que exige maior qualidade acadêmica.

A avaliação é um processo inerente a qualquer atividade humana. A partir dela, obtém-se a informação que permite conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliativos.

Enquanto objeto do conhecimento, a avaliação tem interessado diferentes áreas, como a da Educação, Psicologia e Sociologia, segundo vários enfoques, metodologias e abrangências do fenômeno. A esse respeito, vem a ser decisivo o grande impulso verificado nas teorias sobre as organizações complexas.

Assim, vale ressaltar os progressos no campo da Psicologia Organizacional e da Sociologia das Organizações, bem como os estudos aplicados da administração, especialmente no que se refere à chamada Gestão da Qualidade e ao Direcionamento Estratégico.

No caso específico de uma instituição universitária, soma-se aos estudos anteriores a importante contribuição da Educação, não só no que diz respeito aos processos de ensino-aprendizagem, mas, também, à área da Administração Universitária.

Entendendo a universidade como uma organização complexa multifinalista – responsável pela formação de recursos humanos, bem como pelas atividades artísticas, e as de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e de extensão -, defende-se a idéia de que o tratamento e a condução da Avaliação Institucional nesse tipo de organização seja feito mediante um enfoque interdisciplinar, cuja abrangência não se volte, exclusivamente, ao ensino, à relação professor-aluno ou ao currículo, mas, também, a todo um conjunto de processos psicológicos e sociais, que perpassam a instituição em foco, seja no seu âmbito acadêmico ou no administrativo, propriamente dito.

A grande diversidade conceitual da avaliação resulta do emprego de diferentes enfoques teóricos e da grande variedade de situações práticas em que ela se inseriu; considerando, tanto os vários tipos de organizações envolvidas em processos de avaliação, quanto, para uma mesma organização, os vários modelos e procedimentos utilizados, às vezes desconectados uns dos outros e nem sempre precedidos por um trabalho conceitual mais sistemático. Além desses fatos, alguns autores apontam que o esforço de formalização conceitual da Avaliação Institucional é recente, sendo, ainda, um dos processos menos analisados e discutidos, no âmbito em que esta se desenvolve – por exemplo, FLORES et al (1993), GRANGER et al (1993) e VELHO (1985).

A par dessas considerações, pode-se fazer referência a dois tipos de problemas com os quais se depara o trabalho de Avaliação Institucional: o primeiro, diz respeito ao próprio conceito de avaliação a ser adotado pela instituição; o segundo, ao procedimento que se deve seguir para realizar a avaliação. Uma vez que a avaliação se define segundo diversos pontos de vista, não existe uma noção unicamente aceita para sua conceitualização, e, menos ainda, dos componentes ou etapas que configuram todo o processo de avaliação em uma determinada organização.

Em relação ao aspecto propriamente conceitual da avaliação, a despeito dessa grande diversidade de definições, é muito freqüente a sua associação com questões de medição. Contudo, a quantificação não esgota essa problemática.

De um modo geral, as concepções de avaliação utilizadas com maior freqüência são as seguintes:

- a) Avaliação como julgamentos de especialistas – consistindo na emissão de juízos de valor formulados por especialistas, acerca de um determinado objeto (GALLI, 1979).

- b) Avaliação como medição – tendo a Psicologia Experimental, e o seu trabalho de desenvolvimento de instrumentos e aplicação de métodos de medição, como um dos principais campos de influência.
- c) Avaliação como consecução de objetivos – considerando que através da avaliação se possa estabelecer valores quanto ao êxito ou fracasso na busca de objetivos previamente definidos.
- d) Avaliação como subsídio para o processo de tomada de decisões, ou como retroalimentação contínua dos sistemas organizacionais, com vistas às eventuais correções de rumos (WEISS, 1983; ZUÑIGA, 1985).

Não obstante, parece haver um núcleo central, que destaca a avaliação como um processo de indagação, de comparação e de obtenção de informação, que permite a emissão de juízos e que contribui à tomada de decisões.

Em suma, para este trabalho, a Avaliação Institucional é o processo sistemático e permanente que permite captar informações sobre o objeto avaliado, para contrastá-lo com um marco de referência, e, a partir desta comparação, emitir juízos de valor e propor alternativas para tomar decisões com vistas à melhoria desse objeto.

Nesse sentido, a avaliação é um processo fundamental, que:

- Proporciona informações úteis sobre o objeto avaliado;
- Conduz à emissão de juízos sobre o avaliado;
- Permite determinar a qualidade do objeto avaliado;
- Oferece informação que possibilita retroalimentar os processos de tomada de decisão;
- Permite propor alternativas para melhorar ou transformar o objeto de avaliação;
- Proporciona elementos para o planejamento de ações.

Isto posto, entende-se que:

- a) A avaliação não é um fim em si mesma, já que adquire sentido na medida em que apóia o desenvolvimento do objeto avaliado.
- b) A avaliação deve ser parte integral do processo de planejamento de qualquer atividade, e não apenas um processo superposto, para cumprir necessidades administrativas rotineiras.
- c) A avaliação deve ser parte de um processo permanente, que permita melhorar a qualidade do objeto avaliado, destacar avanços e acertos, identificar

obstáculos e promover ações em direção às oportunidades reveladas àquele objeto.

Considerando que a Avaliação Institucional envolve a análise dos diversos elementos que configuram um processo, visando a promover ações que contribuam para elevar o nível global de qualidade na organização, pode-se identificar algumas importantes aplicações desse trabalho na universidade, a saber:

- Definição de novas necessidades de serviços educativos e de apoio à atividade docente e à condução das disciplinas.
- Especificação e adequação dos objetivos a serem atingidos em cada produto institucional, relativamente às necessidades da sociedade e do próprio sistema interno.
- Determinação e delimitação de políticas de desenvolvimento e funcionamento interno.
- Formulação e atualização de planos e programas de ensino.
- Melhoria na seleção, formação e atualização de recursos humanos, nas áreas acadêmica e administrativa da organização.
- Formulação, experimentação e implantação de procedimentos para conduzir a aprendizagem.
- Seleção e melhoria dos recursos didáticos auxiliares.
- Análise dos investimentos nos serviços educativos, na pesquisa e na extensão, em relação a seus benefícios e impactos sociais.
- Melhoria no processo de alocação de recursos orçamentários, entre os vários setores da organização, bem como no processo de planejamento orçamentário, em seu conjunto.
- Identificação e desenvolvimento de ações, visando à superação de bloqueios de comunicação entre os diferentes níveis e grupos de indivíduos na instituição.
- Determinação da eficiência do sistema administrativo e a melhoria dos fluxos internos de comunicação e de rotinas.
- Formulação e discussão do projeto institucional, mediante a definição dos seus grandes objetivos, diretrizes e metas, para o médio e longo prazos, em consonância com o novo contexto mundial e do País.

Assim, a Avaliação Institucional consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades da universidade, durante todo o seu desenvolvimento.

A avaliação, entendida como um insumo do processo mais amplo de planejamento da organização, permite, enfim, obter o diagnóstico de necessidades e identificar as ações a serem contempladas na gestão da organização.

No cotidiano das sociedades, sempre mais integradas no plano mundial, mediante sobretudo o papel das modernas tecnologias de comunicação, percebe-se um grande conjunto de novas e agudas preocupações que atingem antigas crenças e convicções há muito arraigadas, a respeito, por exemplo, da vida e do seu controle, da criação de novos seres em laboratório, das alterações de hábitos de consumo, lazer e educação, através, por exemplo, das novidades introduzidas pela informática e a micro-eletrônica. Muitas dessas preocupações referem-se ao questionamento a respeito de qual deve ser a conduta e a atitude adequada a tomar diante de novos fatos; pouco se conhece, ainda, sobre as conseqüências dessas novidades, num mundo em rápida e vertiginosa mutação: não há tempo suficiente para os ambientes sociais realizarem adequadamente a assimilação às mudanças, ajustando-as satisfatoriamente em seus sistemas e padrões culturais. Nesse sentido, junto com o encantamento vivenciado com os contínuos e revolucionários avanços do conhecimento, na medida em que favorecem e tendem a melhorar a qualidade de vida, a eficiência e a eficácia nas ações diárias, em inúmeros setores, verifica-se também, o receio quanto aos rumos seguidos por esse desenvolvimento, traduzindo-se em amplas discussões nos fóruns políticos e nos órgãos normativos e deliberativos da sociedade, e seguidos conflitos e reações contrárias a muitas descobertas e inovações.

Além disso, o Ensino Superior vem ganhando em importância e participação. Cada vez mais jovens e indivíduos buscam as universidades, visando à promoção social e a novas oportunidades de inserção e atuação profissional.

Porém, também se verifica uma mudança nos padrões de antigas profissões e perfis de atuação, demandando maior capacidade inovadora e empreendedora por parte desses indivíduos. De um lado, a sociedade aponta para a valorização do conhecimento e para a possibilidade de ampliação de novos serviços e, de outro lado, antigas visões de estabilidade no emprego e crescente “terceirização” de inúmeras atividades antes desenvolvidas pelas próprias empresas ou órgãos públicos, forçam os indivíduos a buscarem o aprimoramento pessoal, a atualização de conhecimentos e a realização de novas idéias, para aumentar suas chances de sucesso, num ambiente crescentemente competitivo. Tudo isso aponta para o

reforço do papel das universidades na formação de novos recursos humanos, adaptados aos recentes desafios.

Em suma, o conhecimento é a mola mestra, o dinamismo dos processos de transformação por que passam as sociedades contemporâneas. Se a sua importância sempre foi destacada, no contexto moderno, dada a sua intensa ligação com os setores produtivos, hoje esta importância é elevada exponencialmente, na medida em que se torna o elemento central para as novas e crescentes oportunidades abertas com os serviços e o comércio, em geral.

Grandes conglomerados passam a dividir espaços com pequenas empresas; pesadas indústrias são apoiadas por vastas redes de micro-empresendedores e serviços profissionais inéditos; grandes mudanças nos processos produtivos, nas fábricas e nas empresas agrícolas, diminuem o tempo de trabalho, e favorecem a proliferação das atividades ligadas ao lazer, ao turismo e a outras do gênero, ampliando, por outro caminho, as possibilidades de contratação de pessoal e de atuação autônoma.

Entretanto, num momento como o presente, a transição traz também problemas de toda a ordem, com o agravamento do desemprego e a potencialização da violência.

De qualquer modo, seja para preparar novos profissionais para esse cenário, seja para desenvolver importantes conhecimentos científicos e tecnológicos, em sua relação com os processos econômicos, e para responder a novas demandas sociais por qualidade, bem como a um conjunto grande de problemas e preocupações que passam a fazer parte do cotidiano das sociedades, o papel das universidades é consideravelmente destacado.

Antigas formas de gestão universitária passam a ser confrontadas com a necessidade de agilidade e flexibilidade, principalmente do ponto de vista acadêmico, para poder enfrentar a realidade presente. As pressões sociais se fazem sentir mais firmes e decisivas nos seus setores representativos e na instância política e decisória da sociedade. Os governos passam a questionar mais a qualidade dos resultados provenientes das universidades e a cobrar sobre o desempenho desse setor da sociedade.

O contexto universitário é instado a mudar processos, rotinas, currículos e a sua própria forma tradicional de inserção e relacionamento com a sociedade. Este é o cenário no qual se apresenta a Avaliação Institucional.

Deste modo, a avaliação curricular é apenas um dos instrumentos para se chegar ao conjunto da Avaliação Institucional, mas possui um papel importante, pois é o currículo o principal determinante do perfil do egresso, e conseqüentemente, afeta de sobremaneira o setor produtivo.

São poucas as experiências que envolvem egressos e menos ainda as que procuraram atuar junto aos mercados profissionais. No todo, prevalece uma visão internalista da avaliação. E quando se identifica um esforço de vencer essa perspectiva, não se verifica como relacionar esse trabalho ao processo interno de tomada de decisão. Ou seja, acaba ficando, em geral, solto o trabalho sobre a avaliação externa.

A avaliação, assim, não se insere, de maneira planejada e efetiva, no planejamento macro da universidade, sendo um dos seus grandes problemas implementar medidas corretivas. Estas ficam na dependência da disposição dos setores atingidos pela avaliação. Caso não desejem implementar as mudanças, tudo ficaria do modo como está.

O processo corretivo não está garantido por nenhum mecanismo. Exceção se faz, no caso das instituições particulares, que, inteiramente diversa dessa perspectiva, têm implementado grandes mudanças e mesmo executado seu planejamento e projeto acadêmico como base nos resultados da avaliação.

As mudanças que ocorrem na sociedade e no setor produtivo exercem uma pressão sobre as universidades, no sentido destas se adaptarem as suas necessidades, uma vez que estas possuem um caráter um pouco mais estático, o que faz com que as alterações efetuadas nos currículos demorem a surtir efeitos concretos no mercado de trabalho.

Entendemos que a Universidade não deve se deixar levar pelas intempéries do mercado, visto que aquilo que é visto como importante hoje para a boa formação do acadêmico, amanhã poderá não ser mais, o que prejudicaria o desempenho desta.

3.5.1. A Relação Universidade X Empresa

Nos últimos anos, novas demandas econômicas e sociais têm sido colocadas para a Universidade, gerando discussões e exigindo transformações no seu modo de atuação; ou seja, uma revisão dos vários papéis que ela exerce nos sistemas de produção de Ciência e Tecnologia (C&T), de ensino, de qualificação para o trabalho, entre outros. A vinculação com o setor produtivo é um dos aspectos mais destacados deste processo. A literatura sobre o tema aponta o crescimento de novas formas e mecanismos de interação entre Universidades e Empresas (UxE), além de alterações no comportamento dos pesquisadores. Para muitos autores, tais transformações estariam conduzindo a mudanças no modo de produção do conhecimento.

Ao mesmo tempo, acentua-se o desafio de assegurar a excelência acadêmica e melhorar as condições de desenvolvimento das atividades exercidas pelas Instituições de

Ensino Superior (IES), fazendo com que a qualidade seja uma das questões centrais da discussões sobre mudanças. A Avaliação Institucional tem sido utilizada como ferramenta para mensurar a qualidade acadêmica e científica, permitindo o planejamento e definição de políticas institucionais e, também, a prestação de contas à sociedade sobre o desempenho da Universidade. Ela pode contribuir para que as IES repensem, de forma crítica, práticas administrativas, acadêmicas, curriculares, de relacionamento com a sociedade, auxiliando a identificar potenciais e limites quanto à forma de atuação e, também, soluções e novas metas a serem alcançadas.

4. RESULTADO DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a coleta de dados através dos questionários trazem subsídios que visam responder às questões de pesquisa do presente trabalho, com vistas a constatar se há adequação entre o ensino de Administração – habilitação em Comércio Exterior, das Universidades do Sul do Brasil e as expectativas do Mercado de Trabalho.

Para tanto, os dados estão sendo apresentados e analisados seguindo a mesma ordem de formulação das questões de pesquisa:

4.1. O perfil curricular para o curso de Administração - habilitação em Comércio Exterior das IES da Região Sul do Brasil

No Brasil, durante os últimos anos, houve um aumento significativo na oferta de cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior, ocasionado pela proliferação de IES particulares, as quais verificaram que este tipo de curso possui uma demanda considerada, tornando-se a “menina dos olhos” de várias instituições.

Para verificarmos estes dados, solicitamos ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, uma relação das IES da Região Sul do país que oferecessem a habilitação de Comércio Exterior. Estas instituições selecionadas foram contatadas por e-mail, carta e telefone, com o intuito de obter-se delas as Grades Curriculares e Ementários da referida habilitação. Obtivemos resposta de 15 instituições das 32 contatadas preliminarmente, número considerado válido para o objetivo da pesquisa.

Diante destas Grades Curriculares, identificou-se e tabulou-se as diversas disciplinas, com o intuito de verificar quais disciplinas estes cursos estão oferecendo aos seus discentes e qual o grau de prioridade destas no somatório total, tendo como parâmetros o seguinte:

Disciplinas com grau de oferta:

Igual ou superior a 90%	- Alta prioridade
Igual ou superior a 80%	- Média prioridade
Abaixo de 80%	- Baixa prioridade

Tabela 03: Tabulação das Disciplinas dos Cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior das IES da Região Sul do Brasil: (% de IES que oferecem a disciplina)

Disciplinas de Formação Básica

Disciplinas	% IES	Disciplinas	% IES
Português	60,00	Filosofia e Ética	86,66
Matemática	93,33	Contabilidade	93,33
Estatística	100,00	Inst. Direito Púb/Priv	100,00
Sociologia	100,00	Informática	93,33
Psicologia	100,00	Economia Brasileira	86,66
Teoria Econômica	73,33	Metod. Ensino Sup.	60,00
Teoria Geral da Adm.	93,33	Leg. Soc, trab e Prev.	33,33

Disciplinas de Formação Profissionalizante – Comércio Exterior

Disciplinas	% IES	Disciplinas	% IES
Marketing Internac.	60,00	Sist. Com. Exterior	93,33
Economia Internac.	93,33	Direito de Navegação	73,33
Direito Internac.	46,66	Legisl. Aduaneira	93,33
Mercadologia / Marketing	80,00	Direito Comercial	60,00
Inglês	100,00	Espanhol	86,66
Teoria Prát. Cambial	100,00	Transportes e Seg.	100,00

Disciplinas complementares – Administração Pura

Disciplinas	% IES	Disciplinas	% IES
Adm. RH	93,33	Matem. Coml/Financ.	80,00
Planej. Emp.	40,00	Adm. Rec. Mat/Pat.	73,33
Adm. Custos	40,00	Legislação Tribut.	60,00
Org. Sist. Métodos	73,33	Adm. Produção	80,00
Adm. Financ. Orçam.	93,33	Adm. Sist. Inf. Ger.	86,66

Outras Disciplinas

Disciplinas	% IES	Disciplinas	% IES
Cult. Relig./Teolog.	13,33	Educação e Socied.	6,66
Human. & Tecnol.	6,66	Introd. Com. Ext.	26,66
Ger. Trab. Equipe	13,33	Estratég. Adm.	20,00
Política Econômica	6,66	Direito Empresarial	6,66
Planej. Cont. Prod.	6,66	Comunicação Emp.	20,00
Téc. Pesq. Com. Ext.	13,33	Contab. Gerencial	13,33
Adm. Vendas	13,33	Análise Demo. Finan.	26,66
Adm. Aeroportuária	13,33	Gestão Emp. Intern.	13,33
Legisl. Com. Ext.	26,66	Mercado de Capitais	13,33
Gestão da Qualidade	13,33	Integração de Blocos	26,66
Negociações Intern.	33,33	Econ. Catarinense	6,66
Adm. Peq.M. Emp.	6,66	Logística Internac.	6,66
Criativ. Empreend.	13,33	Finanças Internac.	6,66
Vivência Empresarial	6,66	Cidad. Realid. Bras.	6,66
		Jogos de Empresas	6,66

Na Tabela 03, encontram-se listadas todas as disciplinas encontradas nos Currículos pesquisados e ao lado de cada uma, a porcentagem de IES que oferecem esta disciplina. Em decorrência da tabulação efetuada, listamos as disciplinas consideradas “Profissionalizantes”, as quais são oferecidas em, no mínimo, 90% das IES pesquisadas, sendo que esta listagem passa a ser chamada de agora em diante de “**Perfil Curricular das IES**”.

Tabela 04: Perfil Curricular das Instituições de Ensino Superior

Disciplinas de Formação Profissionalizante
Economia Internacional
Teoria e Prática Cambial
Sistemática de Comércio Exterior
Legislação Aduaneira
Transportes e Seguros
Inglês

Na seqüência, citamos o “Parecer no. 433/93”, aprovado em 5/8/93, do Conselho Federal de Administração, que aprovou o novo currículo mínimo do curso de graduação em Administração, onde consta, no seu Artigo 3º: *“Além da habilitação geral, prescrita em lei, as instituições poderão criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas nesta Resolução e em outras que venham a ser indicadas para serem trabalhadas no currículo pleno”*. Este parecer também apresenta o currículo mínimo estabelecido pelo “Parecer no. 1.081/73”, aprovado em 6 de julho de 1973 e a “Resolução no. 21”, de 15 de agosto de 1973, que fixa os mínimos de conteúdo e duração da habilitação em Comércio Exterior do curso de Administração, sendo obrigatório o ensino de, pelo menos, duas línguas estrangeiras modernas:

Tabela 05: Currículo Mínimo para as habilitações em Comércio Exterior conforme Resolução nr. 21, de 15/08/73.

Disciplinas de Formação Profissionalizante
Economia Internacional
Teoria e Prática Cambial
Direito de Navegação
Direito Comercial
Transportes e Seguros
Mercadologia / Marketing
Legislação Aduaneira
Sistemática de Comércio Exterior
2 Línguas Estrangeiras

Comparando o Perfil Curricular levantado a partir das IES pesquisadas e o Currículo Mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, verificamos que algumas disciplinas listadas neste não estão sendo oferecidas pela maioria das IES, tendo como exemplo a disciplina de “Direito de Navegação”, com índice de 73,33% de oferta. Isso nos mostra que as IES estão procurando modificar/estruturar seus Currículos para adequar-se, de certa forma, as exigências do mercado de trabalho.

Tabela 06: Comparação Perfil Curricular das IES X Currículo Mínimo CFE

Perfil Curricular das IES	Currículo Mínimo – CFE
Economia Internacional	Economia Internacional
Teoria e Prática Cambial	Teoria e Prática Cambial
Sistemática de Comércio Exterior	Sistemática de Comércio Exterior
Legislação Aduaneira	Legislação Aduaneira
Transportes e Seguros	Transportes e Seguros
Inglês	2 Línguas Estrangeiras
	<i>Mercadologia / Marketing</i>
	<i>Direito de Navegação</i>
	<i>Direito Comercial</i>

Somente para efeitos de pesquisa, consideramos apenas as disciplinas descritas como “*Disciplinas de Formação Profissionalizante*”.

4.2. As qualificações que deve ter um habilitado em Comércio Exterior perante o Mercado de Trabalho.

De acordo com a nova proposta para as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Administração, elaborada pela Comissão de Especialistas de Ensino de Administração – CEEAD, de fevereiro de 1999 e ainda não aprovada, o Perfil desejado para o egresso dos cursos de Administração e suas habilitações, de responsabilidade das IES, deve estar no âmbito do perfil brasileiro, refletindo as características regionais, a potencialidade das IES e suas escolhas estratégicas.

O perfil deve ser definido a partir do que pensam os Empregadores, Administradores formados (há algum tempo), Coordenadores de Cursos de Administração, outros profissionais relevantes à formação, corroborado em fóruns abertos.

As IES deverão indicar o perfil comum e os específicos admitidos segundo a sua organização curricular. Os mesmos deverão servir de referência para o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso e/ou das habilitações pretendidas. Por exemplo, as práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem como as de avaliação contempladas no Projeto Pedagógico do Curso e/ou Habilitação deverão contribuir para a consolidação do perfil comum como do específico pretendido pelas IES. O perfil a ser definido não deverá compreender só o como fazer, mas o por que fazer. Características tais como capacidade de raciocínio abstrato, de autogerenciamento, de assimilação de novas informações; compreensão das bases gerais, científico-técnicas, sociais e econômicas da produção em seu conjunto; a aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional; o domínio das atividades específicas e conexas; a flexibilidade intelectual no trato de situações cambiantes são requisitos fundamentais na formação do novo profissional.

Em virtude disso, após o estudo dos currículos dos cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior a partir das IES pesquisadas e o conseqüente “Perfil Curricular das IES”, foi remetido um questionário padrão (Anexo 03) destinado aos Diretores e/ou Gerentes das empresas, questionando-os sobre a importância e utilidade das disciplinas oferecidas pelas IES, conforme Tabela 01, e também solicitando sugestões do perfil adequado de um egresso de Comércio Exterior para suas empresas.

Dos 210 questionários (população) enviados na primeira fase, obtivemos um total de 28 respostas, número também considerado válido (amostra) para a presente pesquisa.

As tabulações feitas demonstram a opinião destes empresários em relação ao tipo de perfil considerado necessário.

Na estruturação do questionário, procurou-se primeiramente identificar quantos funcionários trabalhavam diretamente na área de comércio exterior, e destes, quantos possuíam formação superior na área. Após a tabulação dos dados, constatou-se uma média de 1,93 funcionários por empresa trabalhando diretamente com o comércio exterior, e destes, apenas 0,13% possuem formação superior na área.

Destaca-se aqui a quantidade de profissionais (99,87%) sem formação superior trabalhando na área do comércio exterior, ou seja, constata-se uma demanda generalizada de profissionais nesta área no mercado de trabalho.

Perguntou se ainda se o empresário acha necessário que seu funcionário tenha formação superior em comércio exterior para atuar na área. Das 28 empresas pesquisadas, 14 responderam SIM (50%), e 14 responderam NÃO (50%), havendo empate neste quesito.

Estes dados revelam que os empresários ainda sentem dúvidas quanto à importância da formação superior em comércio exterior para trabalhar nesta área. Atualmente, devido a vários fatores situacionais, procuram não contratar funcionários qualificados para determinadas funções, apenas remanejaram funcionários que antes desempenhavam outras funções dentro da empresa para atuarem na área de comércio exterior. Outro ponto a ser destacado é que há ainda um imenso potencial a ser explorado pelas IES na formação de mão-de-obra qualificada para ocupar esses nichos, o que comprova o exposto no primeiro parágrafo do item 4.2.

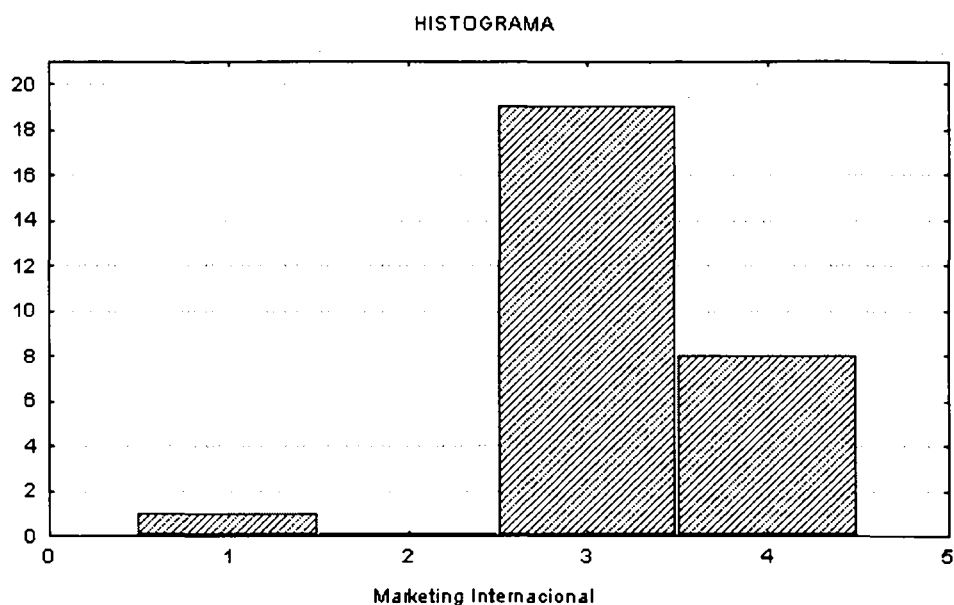
Quanto ao perfil do profissional considerado ótimo para estas empresas, primeiramente questionou-se sobre o tipo de formação que as IES estavam proporcionando, solicitando que os empresários valorassem, numa escala de importância, as disciplinas comuns das grades dos cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior.

A primeira questão solicita a opinião dos empresários a respeito das disciplinas “profissionalizantes” do curso de Comércio Exterior, a partir do “Perfil Curricular das IES”, sendo a primeira disciplina a de “Marketing Internacional”:

Tabela 07: Grau de importância da Disciplina de Marketing Internacional

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	1	3,37
(2) Pouco Necessário	0	0,00
(3) Importante	19	67,86
(4) Muito Importante	8	28,57

Gráfico 04: Histograma do grau de importância da Disciplina de Marketing Internacional



De acordo com a tabela 07 e Gráfico 04, observa-se que esta Disciplina é considerada Importante (19/28) e Muito Importante (8/28) pelos empresários mas, por outro lado, a mesma é considerada de baixa prioridade na Tabela 03, com grau de oferecimento de apenas 60% das IES.

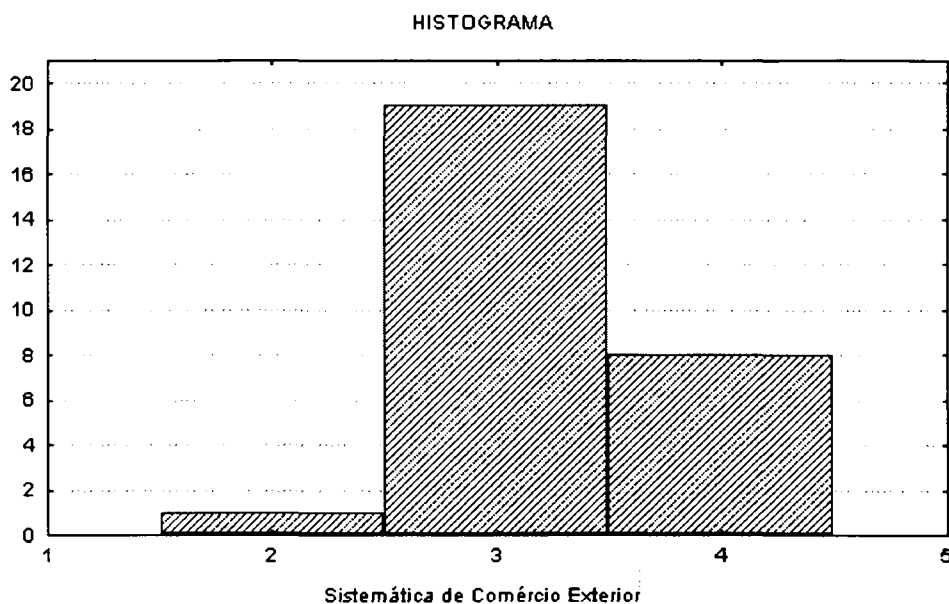
Isto nos mostra que o mercado de trabalho exige profissionais com uma visão voltada para o mercado externo, com domínio de técnicas de Marketing para abrir novos mercados ou potencializar as vendas aos mercados já assistidos pela empresa.

Na continuação, solicitou-se a opinião dos empresários quanto a Disciplina de “Sistemática de Comércio Exterior”, a qual proporciona aos acadêmicos o aprendizado sobre o manuseio de papéis e documentos relacionados às Exportações e Importações, bem como o funcionamento das operações de comércio exterior.

Tabela 08: Grau de importância da Disciplina de Sistemática de Comércio Exterior

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	0	0
(2) Pouco Necessário	1	3,57
(3) Importante	19	67,86
(4) Muito Importante	8	28,57

Gráfico 05: Histograma do grau de importância da Disciplina de Sistemática de Comércio Exterior



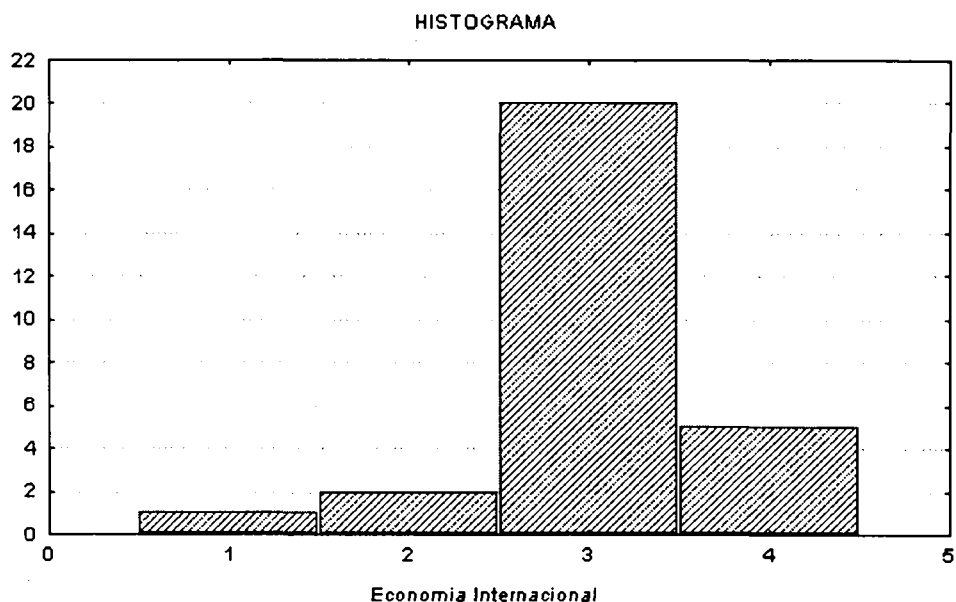
De acordo com a Tabela 08 e Gráfico 05, observa-se que a grande maioria dos entrevistados a julgaram de grande importância para a formação do futuro egresso, havendo, em comparação com a Tabela 03, uma igualdade de grau de importância, uma vez que esta disciplina é oferecida em 100% das IES entrevistadas.

Na seqüência, perguntou-se ao empresário à respeito da Disciplina de “Economia Internacional”, que tem como função proporcionar ao acadêmico o aprendizado sobre os fluxos monetários entres os países, a influência dos organismos internacionais na economia mundial e a situação econômica de nosso país frente aos mercados externos.

Tabela 09: Grau de importância da Disciplina de Economia Internacional

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	1	3,57
(2) Pouco Necessário	2	7,14
(3) Importante	20	71,43
(4) Muito Importante	5	17,86

Gráfico 06: Histograma do grau de importância da Disciplina de Economia Internacional



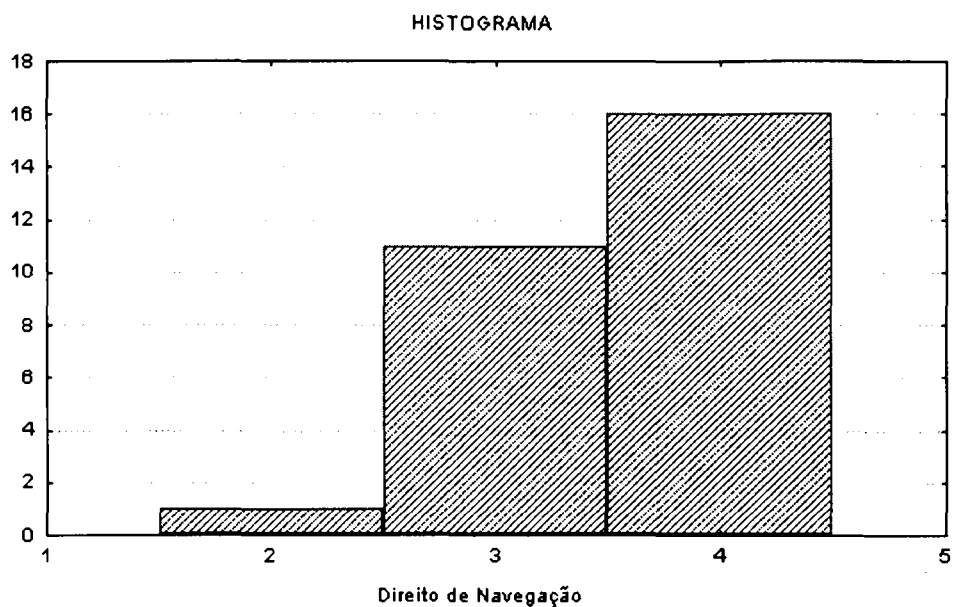
De acordo com a Tabela 09 e o Gráfico 06, verifica-se que ocorre o mesmo que a questão anterior, onde a grande maioria dos entrevistados a julgaram importante para a formação do futuro profissional, igualando-se com o apresentado na Tabela 03, onde a mesma aparece com grau de oferecimento de 93,33%.

Outra questão refere-se ao grau de importância da Disciplina de “Direito de Navegação”, que proporciona ao acadêmico conhecimentos gerais sobre a jurisprudência da navegação, as partes envolvidas, como recorrer, etc.

Tabela 10: Grau de importância da Disciplina de Direito de navegação

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	0	0
(2) Pouco Necessário	1	3,57
(3) Importante	11	39,29
(4) Muito Importante	16	57,14

Gráfico 07: Histograma do grau de importância da Disciplina de Direito de Navegação



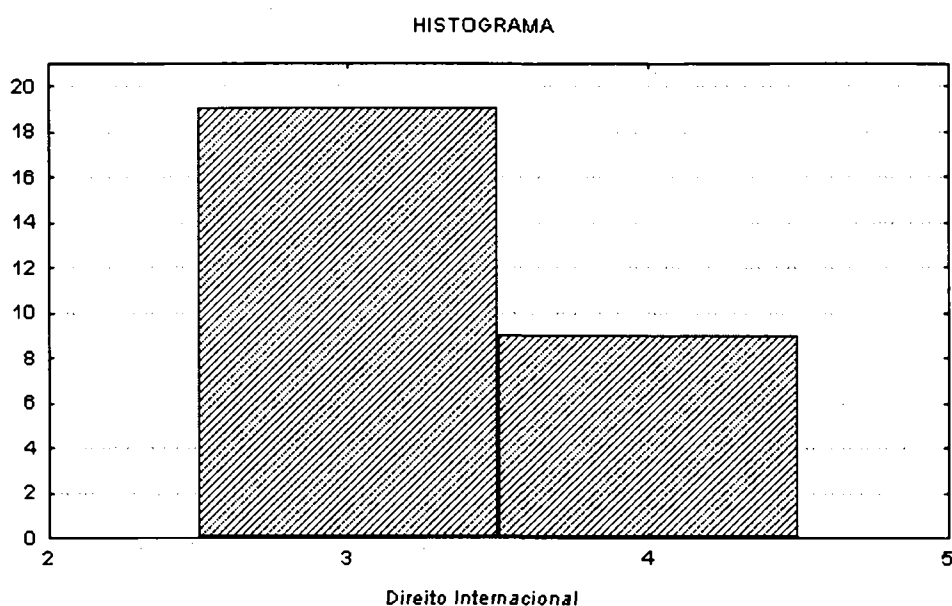
De acordo com a tabela 10 e Gráfico 07, observa-se aqui, que a grande maioria dos empresários a julgaram como Muito Importante para o futuro profissional, sendo que, em relação a Tabela 03, esta disciplina aparece com grau de oferta de 73,33%, ou seja, abaixo do padrão. Neste caso, não há equiparação de opiniões entre o mercado de trabalho e as Instituições de Ensino Superior.

A questão seguinte pergunta ao empresário sobre a importância da Disciplina de “Direito Internacional”, a qual proporciona ao acadêmico conhecimentos gerais sobre Leis, Tratados e Convenções, como também a operacionalização de contratos de venda, representação e outros de cunho internacional.

Tabela 11: Grau de importância da Disciplina de Direito Internacional

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	0	0
(2) Pouco Necessário	0	0
(3) Importante	19	67,86
(4) Muito Importante	9	32,14

Gráfico 08: Histograma do grau de importância da Disciplina de Direito Internacional



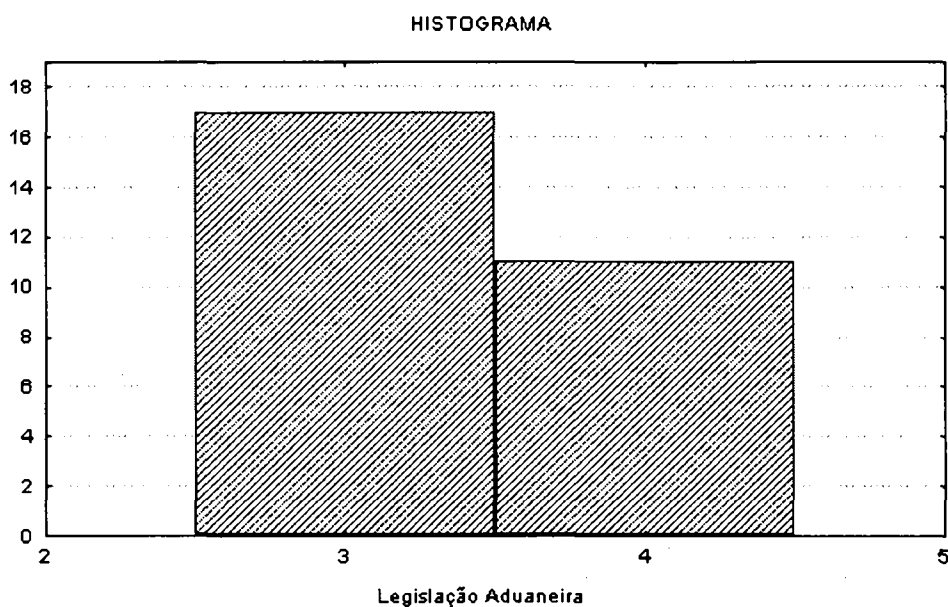
De acordo com a Tabela 11 e Gráfico 08, o mercado de trabalho julga esta Disciplina como importante para a formação do futuro profissional, a qual, em comparação com a Tabela 03, diverge totalmente, tendo como grau de oferta apenas 46,66%, grau este considerado muito abaixo do padrão estabelecido.

Na seqüência, pergunta-se ao empresário quanto à Disciplina de “Legislação Aduaneira”, que tem por função proporcionar ao acadêmico conhecimentos sobre o funcionamento das Aduanas, o seu papel no comércio exterior e quais são as partes intervenientes.

Tabela 12: Grau de importância da Disciplina de Legislação Aduaneira

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	0	0
(2) Pouco Necessário	0	0
(3) Importante	17	60,71
(4) Muito Importante	11	39,29

Gráfico 09: Histograma do grau de importância da Disciplina de Legislação Aduaneira



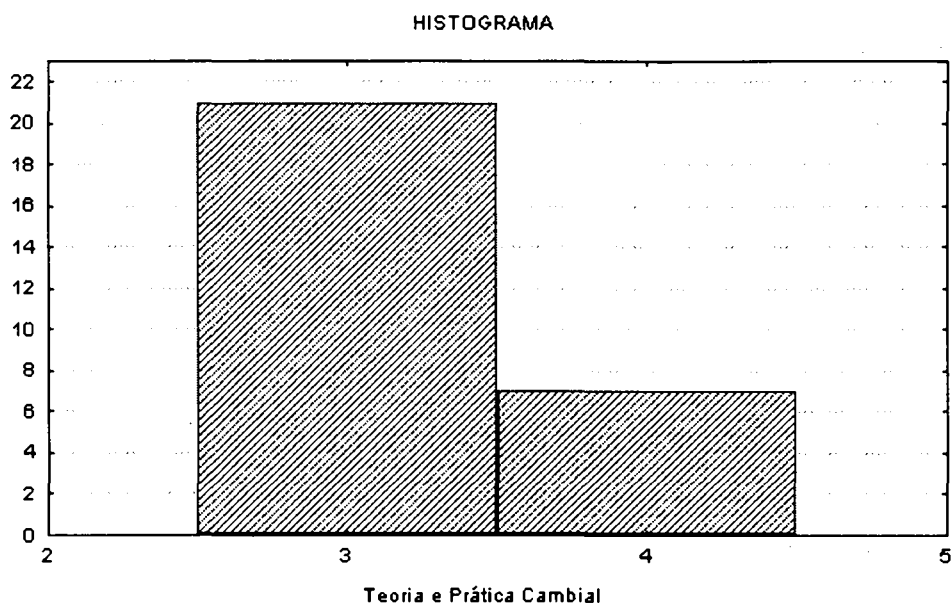
De acordo com a Tabela 12 e gráfico 09, observa-se que a grande maioria dos empresários a julgaram Importante para a formação do futuro profissional, havendo também uma equiparação com a Tabela 03, onde esta Disciplina aparece com grau de oferta de 93,33%.

Outra questão refere-se à Disciplina de “Teoria e Prática Cambial”, que tem como função proporcionar ao acadêmico conhecimentos generalizados sobre o funcionamento do Mercado Cambial, o câmbio das moedas e as trocas monetárias entre os países.

Tabela 13: Grau de importância da Disciplina de Teoria e Prática Cambial

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	0	0
(2) Pouco Necessário	0	0
(3) Importante	21	75,00
(4) Muito Importante	7	25,00

Gráfico 10: Histograma do grau de importância da Disciplina de Teoria e Prática Cambial



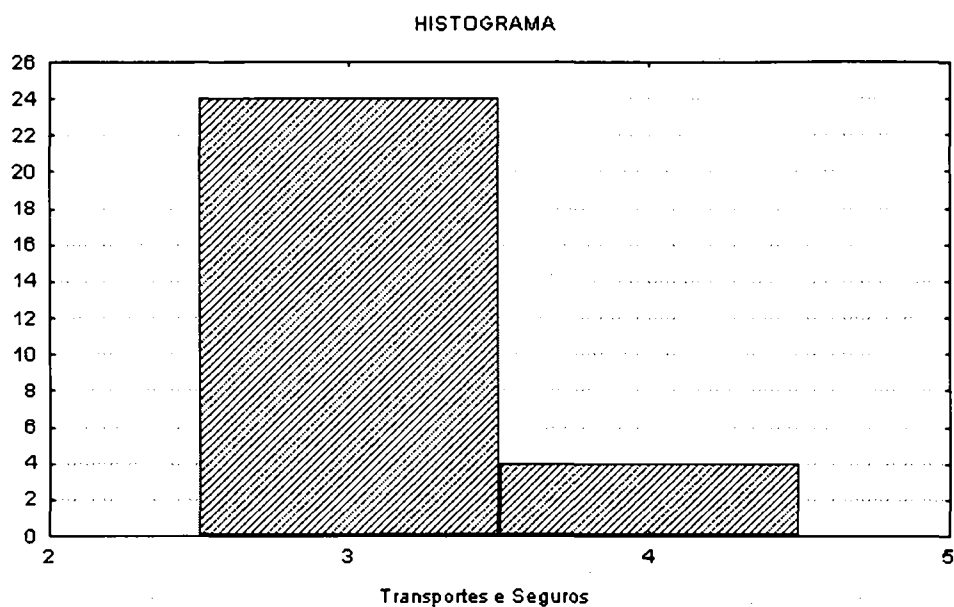
De acordo com a Tabela 13 e Gráfico 10, observamos nesta Disciplina uma convergência de opiniões do segmento empresarial, onde todos a julgaram importante para a formação do futuro profissional. O mesmo acontece com a Tabela 03, onde esta disciplina também possui um grau de oferta de 100%, fechando totalmente com a opinião do mercado de trabalho.

Outra questão fala sobre a importância da Disciplina de “Transportes e Seguros”, que tem por função proporcionar ao acadêmico conhecimentos sobre a área de transportes no comércio exterior, bem como o seguro das cargas.

Tabela 14: Grau de importância da Disciplina de Transportes e Seguros

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	0	0
(2) Pouco Necessário	0	0
(3) Importante	24	85,71
(4) Muito Importante	4	14,29

Gráfico 11: Histograma do grau de importância da Disciplina de Transportes e Seguros



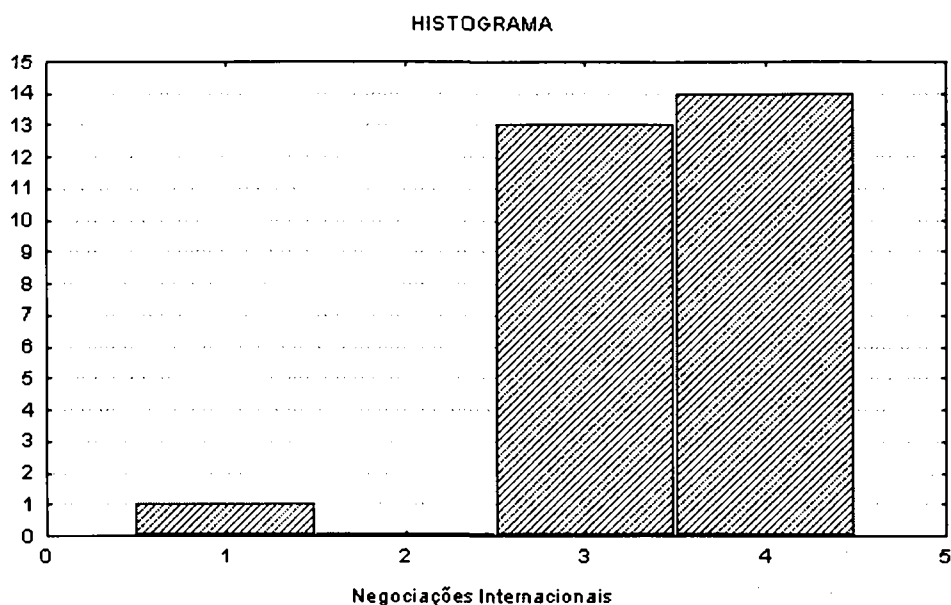
De acordo com a tabela 14 e Gráfico 11, o mercado de trabalho julga esta disciplina importante para a formação do futuro profissional, havendo uma convergência de opiniões com as IES, onde esta disciplina também aparece com grau de oferta de 100% na Tabela 03.

A questão seguinte refere-se à Disciplina de “Negociações Internacionais”, a qual proporciona ao acadêmico conhecimentos sobre as técnicas de negociações nos países, diferenças culturais e temporais, entre outros.

Tabela 15: Grau de importância da Disciplina de Negociações Internacionais

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	1	3,57
(2) Pouco Necessário	0	0
(3) Importante	13	46,43
(4) Muito Importante	14	50,00

Gráfico 12: Histograma do grau de importância da Disciplina de Negociações Internacionais



De acordo com a Tabela 15 e Gráfico 12, observa-se que esta disciplina possui um grau elevado de importância junto ao mercado de trabalho, mas em confrontação com a Tabela 03, esta disciplina possui um grau de oferta de apenas 33,33%, grau considerado extremamente baixo.

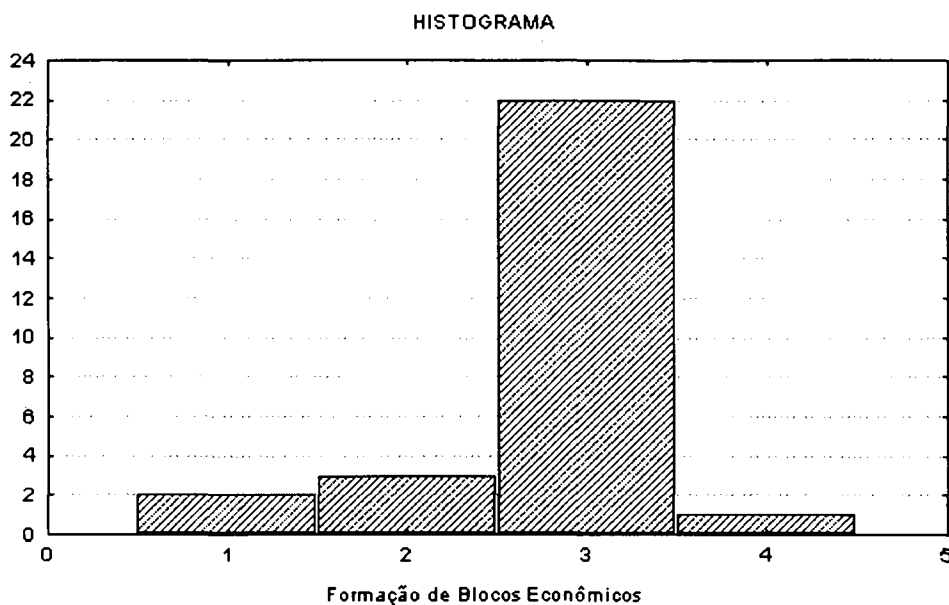
Notamos aqui que esta disciplina não faz parte do Currículo Mínimo instituído pelo Conselho Federal de Administração nem do “Perfil Curricular das IES”. Neste caso, ela foi incluída na pesquisa para confirmar a Hipótese do pesquisador, o que realmente veio a acontecer.

Na continuação, solicitou-se a opinião dos empresários quanto a Disciplina “Blocos Econômicos”, que tem como função proporcionar ao acadêmico conhecimentos de como os países juntam-se em blocos para competirem com maior força perante outros blocos de países.

Tabela 16: Grau de importância da Disciplina sobre Blocos Econômicos

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	2	7,14
(2) Pouco Necessário	3	10,71
(3) Importante	22	78,57
(4) Muito Importante	1	3,57

Gráfico 13: Histograma do grau de importância da Disciplina sobre Blocos Econômicos



De acordo com a Tabela 16 e Gráfico 13, verifica-se que o mercado a julga importante, mas existe uma ligeira ambigüidade de opiniões. Na confrontação com a Tabela 03, verificamos que esta disciplina é considerada insignificante, com grau de oferta de 26,66%. Neste caso, notamos que algumas IES abordam este assunto dentro da Disciplina de “Economia Internacional”.

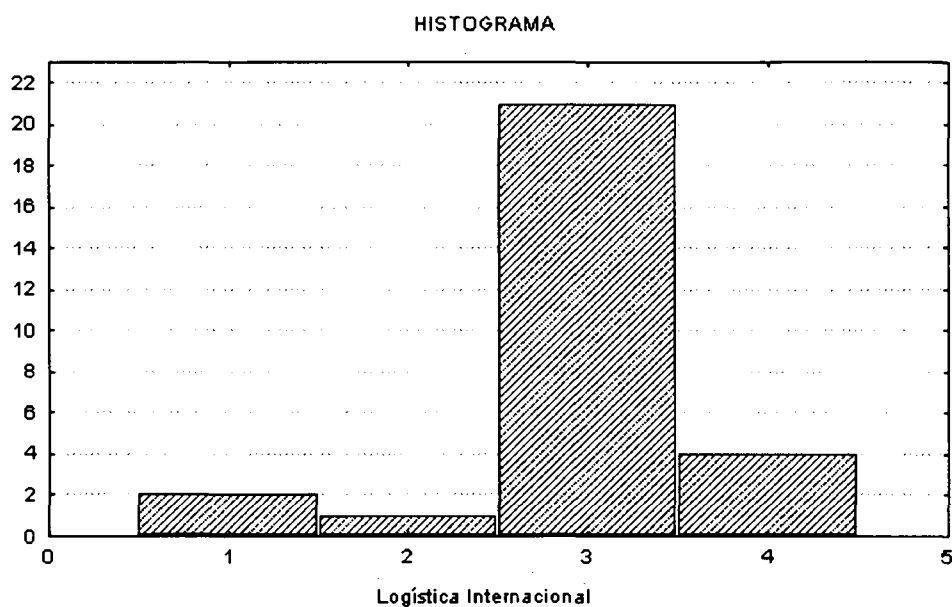
Cabe lembrar que esta Disciplina também faz parte da Hipótese da pesquisa.

Outra questão refere-se sobre a importância da Disciplina “Logística Internacional”, que difere um pouco da disciplina “Transportes e Seguros” por aborda assuntos mais relacionados à estratégia de colocação das mercadorias nos mercados externos com menor custo possível, utilizando todas as modalidades de transportes existentes.

Tabela 17: Grau de importância da Disciplina Logística Internacional

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	2	7,14
(2) Pouco Necessário	1	3,57
(3) Importante	21	75,00
(4) Muito Importante	4	14,29

Gráfico 14: Histograma do grau de importância da Disciplina sobre Logística Internacional



De acordo com a Tabela 17 e Gráfico 14, observa-se que a grande maioria dos entrevistados julgou esta disciplina como importante para a formação do futuro profissional, mas em comparação com a Tabela 03, esta disciplina também é julgada como insignificante, com grau de oferta de apenas 6,66%. Mais uma vez esclarecemos que algumas IES abordam este assunto na Disciplina de "Transportes e Seguros", o que não é o correto.

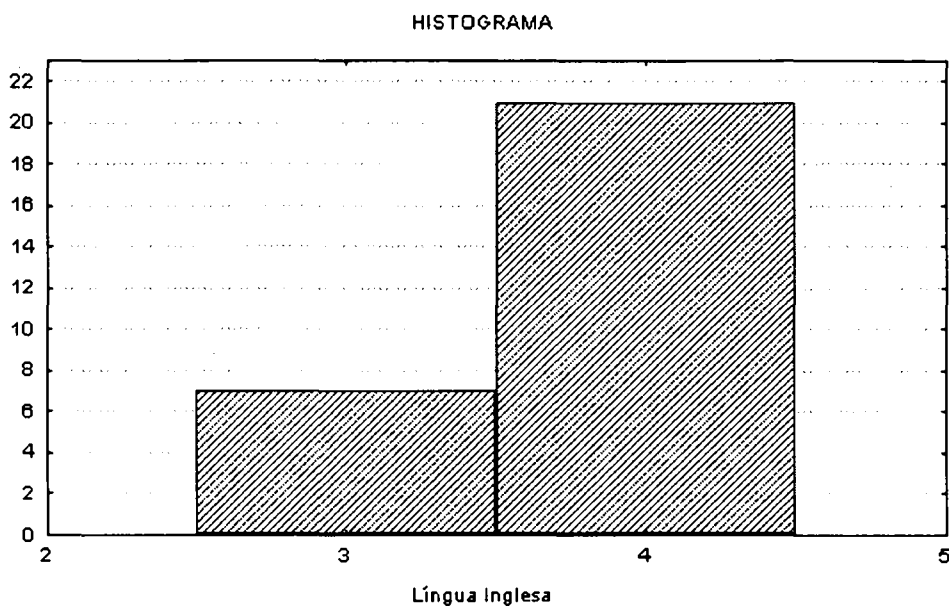
* Esta disciplina também faz parte da Hipótese da pesquisa.

Também perguntou-se aos empresários sobre a importância do domínio de Línguas Estrangeiras, começando pela Língua Inglesa.

Tabela 18: Grau de importância da Disciplina de Língua Inglesa

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	0	0
(2) Pouco Necessário	0	0
(3) Importante	7	25,00
(4) Muito Importante	21	75,00

Gráfico 15: Histograma do grau de importância da Disciplina de Língua Inglesa



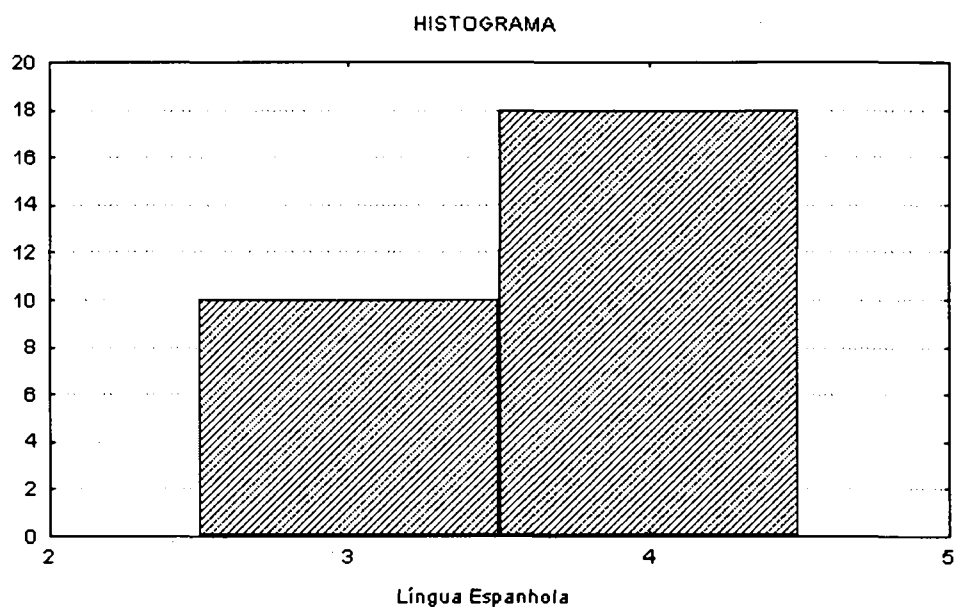
De acordo com a Tabela 18 e Gráfico 15, verifica-se que esta disciplina fecha em 100% tanto para o mercado de trabalho como para a Tabela 03 quanto ao grau de importância, o que não vem a ser nenhuma novidade, em se tratando de um Curso de Comércio Exterior.

Na seqüência, questionou-se também sobre a Disciplina de “Língua Espanhola”, e obtivemos os seguintes dados:

Tabela 19: Grau de importância da Disciplina de Língua Espanhola

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	0	0
(2) Pouco Necessário	0	0
(3) Importante	10	35,71
(4) Muito Importante	18	64,29

Gráfico 16: Histograma do grau de importância da Disciplina de Língua Espanhola



De acordo com a Tabela 19 e gráfico 16, observa-se que o mercado também a julgou de grande importância para a formação do futuro profissional, mas, por outro lado, as IES não convergem da mesma opinião, sendo que esta disciplina possui grau de oferta de 86,66%, um pouco abaixo do padrão do Perfil Curricular.

Na comparação entre a “Língua Inglesa” e “Língua Espanhola”, verificamos que as IES ainda não se deram conta de que estamos ao lado do segundo maior mercado consumidor das exportações brasileiras, o mercado latino-americano, e que a Língua Espanhola torna-se elemento fundamental para o futuro profissional de Comércio Exterior.

A partir dos dados tabulados, listamos as disciplinas julgadas como “Importantes” e “Muito Importantes” pelo Mercado de Trabalho, com índice superior a 90%, chamado de “Perfil Curricular do Mercado de Trabalho”.

Tabela 20: Perfil Curricular determinado pelo Mercado de Trabalho:

Disciplinas	
Marketing Internacional	Teoria e Prática Cambial
Sistemática de Comércio Exterior	Transportes e Seguros
Direito de Navegação	Negociações Internacionais
Direito Internacional	Inglês
Legislação Aduaneira	Espanhol

A partir de uma comparação entre o “Perfil Curricular das IES” e o “Perfil Curricular determinado pelo Mercado”, verificamos que este valora algumas disciplinas que não fazem parte do Currículo das IES como sendo de “Alta prioridade”, tendo, por exemplo, as disciplinas de: Marketing Internacional, Direito de Navegação, Direito Internacional e Negociações Internacionais, conforme tabela comparativa abaixo:

Tabela 21: Comparação Perfil Curricular IES X Perfil Curricular Mercado de Trabalho

Perfil Curricular IES	Perfil Curricular Mercado
<i>Teoria e Prática Cambial</i>	<i>Teoria e Prática Cambial</i>
<i>Sistemática de Comércio Exterior</i>	<i>Sistemática de Comércio Exterior</i>
<i>Legislação Aduaneira</i>	<i>Legislação Aduaneira</i>
<i>Transportes e Seguros</i>	<i>Transportes e Seguros</i>
<i>Inglês</i>	<i>Inglês</i>
Economia Internacional	Espanhol
	Marketing Internacional
	Direito de Navegação
	Direito Internacional
	Negociações Internacionais

Notamos que as disciplinas de “Marketing Internacional”, “Direito de Navegação”, “Direito Internacional”, “Negociações Internacionais” e “Língua Espanhola” foram julgadas de “Alta Prioridade” pelo Mercado de Trabalho para a melhor formação do futuro profissional de Comércio Exterior. Neste caso, as IES deveriam repensar seus Currículos de forma a agregarem tais disciplinas nestes.

Quanto as Disciplinas de “Negociações Internacionais”, “Blocos Econômicos” e “Logística Internacional”, as mesmas foram incluídas no questionário aos empresários para confirmarem a Hipótese da pesquisa, onde apenas a disciplina de “Negociações Internacionais” obteve índice de 96,43% *(Alta Prioridade) pelos empresários, enquanto que as outras duas disciplinas obtiveram 82,14% e 89,29%, respectivamente, índices considerados de “Média Prioridade” pelo mercado de trabalho.

Finalmente, efetuamos um comparativo entre o “Perfil Curricular das IES” e o “Perfil desejado pelo Mercado de Trabalho” para os egressos dos cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior da região Sul do Brasil, de acordo com a metodologia de valoração anteriormente definida (p. 60).

Disciplinas Comuns aos dois Perfis: (Alta Prioridade)

- Teoria e Prática Cambial
- Sistemática de Comércio Exterior
- Legislação Aduaneira
- Transportes e Seguros
- Inglês

Disciplinas consideradas de “Alta Prioridade” pelo Mercado de Trabalho, mas consideradas de “Baixa Prioridade” pelo Currículo:

- Marketing Internacional
- Direito Internacional
- Direito de Navegação
- Negociações Internacionais

Disciplinas consideradas de Baixa Prioridade no Currículo, mas de “Média Prioridade” no Mercado de Trabalho:

- Integração Regional / Blocos
- Logística Internacional

Disciplinas Consideradas de Média Prioridade” em ambos os Perfis:

Currículo:

- Espanhol
- Mercadologia

Mercado de Trabalho

- Economia Internacional
- Integração Regional / Blocos
- Logística Internacional

Não houve comparação entre as Disciplinas consideradas de “Alta Prioridade” no Currículo e de “Baixa Prioridade” no Mercado de Trabalho, uma vez que todas as disciplinas foram consideradas de “Média” ou de “Alta Prioridade” pelo Mercado.

Verificamos que a única disciplina considerada de “Alta Prioridade” pelo Mercado de Trabalho, mas que não faz parte do grupo chamado “Disciplinas de Formação Profissionalizante”, tanto do Currículo Mínimo instituído pelo Conselho Federal de Educação, quanto do Perfil Curricular das IES, foi a de “Negociações Internacionais”.

Constatamos que as respostas dos questionários enviados às empresas pesquisadas foram, na sua grande maioria, uniformes no tipo de resposta indicada (“Importante” e “Muito Importante”), demonstrando que, infelizmente, o Mercado de Trabalho não possui, na sua grande maioria, uma opinião crítica à respeito de suas reais necessidades, fato este que acabou por prejudicar, em pequena escala, os resultados desta pesquisa.

MINERVINI (1997, p.298) define o perfil dos executivos de comércio exterior (em geral) como sendo: possuir alto nível cultural, ter sensibilidade para tratar com diferentes culturas, ser criativo e inovador, ser hábil negociador em várias culturas, ter domínio de idiomas estrangeiros, possuir visão global dos negócios, ter ótima formação acadêmica, estar acostumado ao risco, saber pensar e atuar como empresário e não como funcionário, ter capacidade de liderança, possuir conhecimento do mercado e/ou produto, rigorosa seriedade comercial, alto sentido de controle e da coordenação, flexibilidade, grande conhecedor da comunicação, disponível a aprender durante toda a vida, ser conhecedor de contratos internacionais, ter conhecimento de mecânica de importação / exportação (procedimentos administrativos), possuir muitíssima diplomacia, ser especialista em informática, contar com experiência internacional, ser conhecedor de finanças internacionais e da logística, estar continuamente envolvido em processos de treinamento, ser profundo conhecedor da metodologia de alianças como *joint-ventures*, ser muito motivado, possuir saúde e força de vontade de aço.

Notamos que este seria o perfil considerado como ideal para o profissional de comércio exterior. Infelizmente, as Instituições de Ensino Superior não estão preparadas para proporcionar ao acadêmico este perfil, até porque algumas das habilidades citadas acima são natas nas pessoas, e a IES apenas as potencializam. Já aqueles que pouco se enquadram neste chamado “Perfil Ideal” acabam por pressionar a Instituição no sentido de suprir esta lacuna, o que muitas vezes torna-se impossível a esta atender todas as suas necessidades, o que acaba gerando, futuramente, quando este acadêmico estiver no mercado de trabalho, um certo jogo de empurra, onde o egresso deposita na sua má formação universitária a culpa pelo seu baixo desempenho profissional, e isto faz com que os empresários responsabilizem as IES pela baixa qualidade na mão-de-obra disponível no mercado, tornando-se, desta forma, um círculo vicioso.

4.3. As expectativas do mercado de trabalho com relação aos egressos dos Cursos de administração – habilitação em comércio exterior das IES da região sul do Brasil.

Após a tabulação do Perfil do egresso dos Cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior desejado pelo Mercado de Trabalho, procuramos levantar quais as aptidões que os empresários desejam que os egressos do referido curso possuam para, desta maneira, estarem em condições de assumir cargos de chefia nas suas empresas na área de Comércio Exterior.

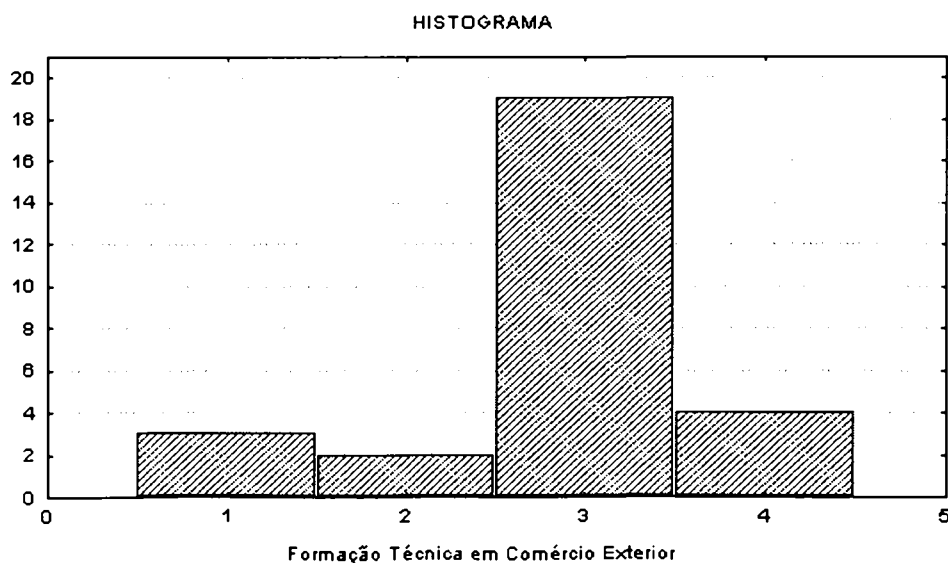
Desta forma, questionamos os empresários à respeito de algumas habilidades que o egresso deveria possuir, dentre elas, o tipo de formação (somente técnica ou generalista) e também o desenvolvimento de um perfil empreendedor.

A primeira questão solicita ao empresário se as IES deveriam proporcionar aos acadêmicos de Comércio Exterior uma formação técnica da área, ou seja, torná-los profundos conhecedores da Legislação, Leis, Normas, Regulamentos e Documentos do Comércio Exterior, e obteve as seguintes respostas, conforme segue:

Tabela 22: Grau de importância a respeito da formação técnica em Comércio Exterior

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	3	10,71
(2) Pouco Necessário	2	7,14
(3) Importante	19	67,86
(4) Muito Importante	4	14,29

Gráfico 17: Histograma do grau de importância a respeito da formação técnica em Comércio Exterior



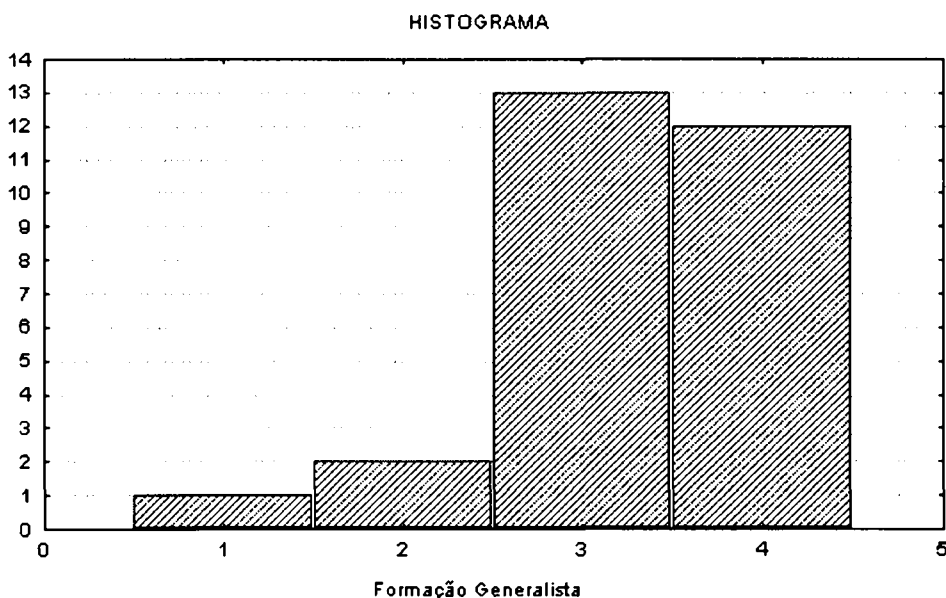
De acordo com a Tabela 22 e Gráfico 17, verificamos que houve uma ambigüidade nas opiniões dos empresários, mas a grande maioria julgou como importante este tipo de formação.

Na próxima questão, perguntou-se aos empresários se as IES deveriam dar uma formação de cunho mais generalista aos acadêmicos de comércio exterior, ou seja, conhecimentos da Administração Pura. As respostas foram tabuladas conforme segue:

Tabela 23: Grau de importância referente à formação de cunho mais generalista

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	1	3,57
(2) Pouco Necessário	2	7,14
(3) Importante	13	46,43
(4) Muito Importante	12	42,86

Gráfico 18: Histograma do grau de importância referente à formação de cunho mais generalista



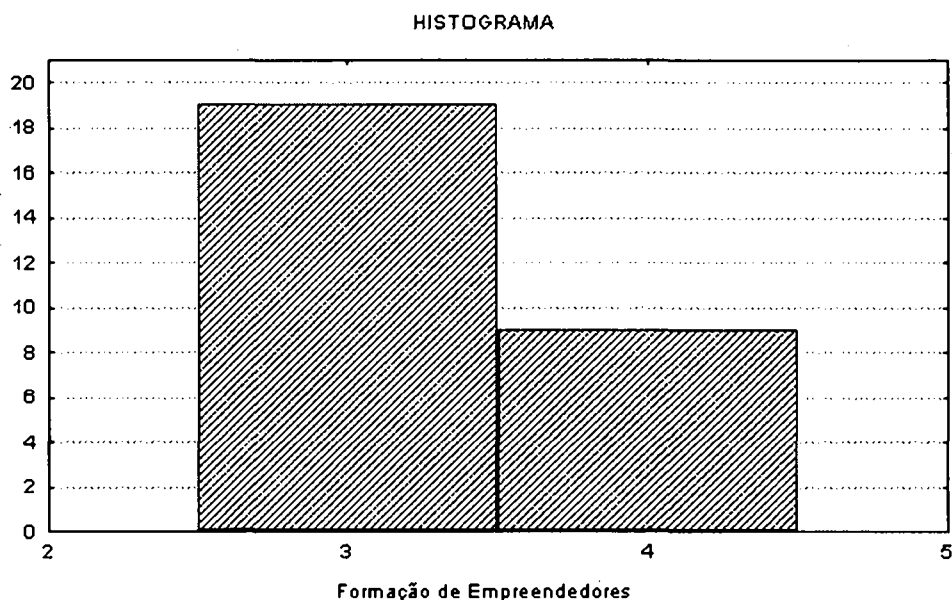
De acordo com a Tabela 23 e Gráfico 18, verificamos que também houve uma pequena ambigüidade nas opiniões dos empresários, mas a grande maioria também julgou como importante este tipo de formação.

Finalmente perguntou-se aos empresários se eles gostariam que as IES proporcionassem aos acadêmicos um perfil empreendedor, e obteve o seguinte:

Tabela 24: Grau de importância referente a formação de egressos empreendedores

CONCEITO	Quant.	%
(1) Indiferente	0	0
(2) Pouco Necessário	0	0
(3) Importante	19	67,86
(4) Muito Importante	9	32,14

Gráfico 19: Histograma do grau de importância referente a formação de egressos empreendedores



De acordo com a Tabela 24 e Gráfico 19, todos os empresários disseram ser importante este tipo de formação para o futuro profissional.

Desta forma, constata-se que o Mercado necessita de profissionais com uma excelente formação técnica, mas que também possuam uma formação mais generalista, ou seja, tenham domínio sobre outras áreas (Administração Pura) e que sejam empreendedores.

Chegamos à conclusão que o Mercado de Trabalho procura pessoas com profundos conhecimentos técnicos de comércio exterior, mas que também possuam uma formação administrativa mais generalista e empreendedora, podendo, desta forma, atuar em várias frentes dentro da empresa, não ficando restrito a área de comércio exterior.

Esta é uma característica básica das empresas da região sul do Brasil, visto que poucas são as que realmente possuem um “Departamento de Comércio Exterior”, com pessoas altamente qualificadas e que trabalham somente com questões relacionadas ao comércio exterior.

4.4. Há adequação entre o ensino de Administração – habilitação em Comércio Exterior das IES da região sul do Brasil e as expectativas do Mercado de Trabalho?

De acordo com os dados coletados e tabulados das Instituições de Ensino Superior da região sul do Brasil e das Empresas exportadoras/importadoras desta mesma região, observa-se que é pequena a adequação entre o ensino de Administração – habilitação em Comércio Exterior, proporcionado por estas instituições e as expectativas do Mercado de Trabalho, conforme comparativo efetuado.

A pesquisa nos revelou que algumas disciplinas não convergem em termos de opiniões entre o que o Mercado de Trabalho espera do egresso e o que as IES estão formando, havendo, de certa forma, a necessidade de uma reformulação em seus Currículos. Não se trata de simplesmente adequá-los às expectativas do Mercado de Trabalho, pois estas mudam, e o que é julgado como importante hoje, pode não sê-lo mais no futuro. Por outro lado, as IES necessitam de um certo lapso de tempo para providenciarem a alteração de seus novos currículos, correndo o risco de, quando da sua aprovação, já estarem novamente defasados, pois as expectativas do mercado mudaram. Portanto, as IES não podem ficar a mercê das flutuações de opiniões do Mercado de trabalho. Elas devem ter como objetivo principal o de se anteciparem a este e, desta forma, poderem planejar suas atividades de maneira a suprir tais necessidades, formando egressos habilitados para assumirem tais funções e que possam rapidamente adequarem-se ao perfil da empresa na qual estão trabalhando e também ao seu mercado.

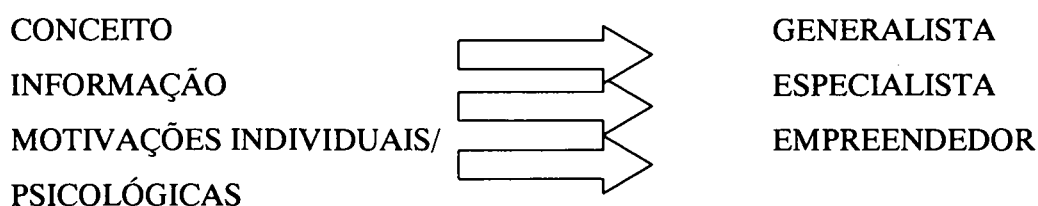
Finalmente, considerando que o mercado de trabalho está em constante mutação e novos produtos e serviços surgem constantemente, o profissional é um eterno aprendiz, nunca sabe tudo, se considerado o mercado global. Daí a importância da formação generalista, além da técnica, proporcionando ferramentas para os egressos terem plenas condições de buscarem as respostas para os questionamentos que vierem a surgir em suas atividades profissionais.

A grande maioria das IES dão ênfase apenas no conceitual, fato este louvável e que, por esta razão, deveria formar egressos mais generalistas, o que na realidade não vem acontecendo em sua plenitude. Esta é uma grande preocupação, pois além das IES não estarem totalmente adaptadas às exigências do mercado de trabalho no que concerne às disciplinas de formação profissional, estas precisariam rever também o ementário de suas disciplinas conceituais, no sentido de adequá-las à realidade profissional.

Quanto a formação profissional (técnica), esta é de grande importância para a profissão, uma vez que ela exige dos profissionais conhecimentos específicos que, de acordo com a legislação brasileira de Comércio Exterior, estão em constante mutação. A IES tem o papel de proporcionar a seu discente uma fundamentação teórica básica acerca de determinados assuntos, cabendo a este a busca constante de aperfeiçoamento, com a penalidade de talvez não conseguir colocação no mercado de trabalho, tal o grau de exigência deste.

Quanto à formação de um egresso empreendedor, a IES podem suprir e desenvolver algumas habilidades aos acadêmicos, mas sabemos que o “perfil empreendedor” tem muito a ver com a natureza individual de cada um. O empreendedor é uma pessoa com grande auto-confiança, tem vontade e coragem de enfrentar novos desafios, possui ambição, cultiva bons relacionamentos, entre outros atributos. Desta forma, podemos afirmar que a formação de um empreendedor depende 80% da pessoa e 20% da formação acadêmica, através de abordagens específicas a este tipo de formação.

Concluimos, então, que é grande a inadequação entre o ensino de Administração – habilitação em Comércio Exterior proporcionado pelas IES da região sul do Brasil e as expectativas do seu Mercado de Trabalho, havendo um grande caminho a ser percorrido pelas Instituições de Ensino Superior para ajustarem-se e suprirem as exigências do Mercado de Trabalho.



5. CONCLUSÕES

Com relação à revisão de literatura efetuada, pode-se concluir que o ensino de administração no Brasil tem demonstrado uma tendência no sentido de preparar um profissional que atenda às necessidades organizacionais das empresas (Couvre, 1982; Martins, 1989; Sousa, 1980; Fleury, 1983; Silva, 1971; Siqueira, 1987). Esta tendência se concretizou a partir do momento em que foi regulamentada esta profissão, através da Lei no. 4.769, de 09 de setembro de 1965. A partir de então, foi definido o espaço da atuação profissional. Portanto, o acesso a esse campo profissional passaria necessariamente pela sanção do sistema escolar (Martins, 1989; Schuch, 1976). A habilitação em Comércio Exterior, por sua vez, foi criada a partir da necessidade imposta pelo mercado de trabalho, sendo aprovada pelo Parecer no. 1.081/73, de 06/07/73, através da Resolução no. 21, de 15/08/73.

Na literatura também se evidencia uma natural adequação do ensino às expectativas do mercado de trabalho. Autores como Oliveira (1991); Lima (1985); e Barbosa (1989), abordam a importância da avaliação curricular para melhor atender às demandas do mercado. Ramos (1992) e Oliveira (1991) evidenciam a relação escola/empresa. A questão teoria/prática é evidenciada por inúmeros autores, tais como: Oliveira (1991); Barbosa (1990); Monteiro (1990); Lima (1992) e Alves (1988).

Através da “Globalização”, o Mercado de Trabalho está em constante aperfeiçoamento, pois estamos na chamada “Era da Informação”, no qual o fluxo de informações é infinito e as pessoas não têm condições de absorver a todas, o que faz com que as empresas passem a selecionar àquelas que, além de todos os atributos inerentes ao cargo, são capazes também de “peneirar” e assimilar o máximo de conhecimentos possível. (Porter, 1999, Walton, 1993, Polloni, 2000, Beuren, 1998, Gates, 1998).

Então, além de proporcionar ferramentas aos acadêmicos para a realização de suas atividades profissionais, o papel das IES passa a ser também o de um “direcionador”, ou seja, de ensinar ao aluno como buscar e interpretar a informação, de modo a aproveitá-la no seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Detectamos também que as IES não estão formando profissionais com uma visão “generalista”, ou seja, que possuam habilidades para atuar em várias frentes da empresa, e não somente na área de comércio exterior. O “empreendedorismo” foi uma habilidade julgada pelos empresários como de grande importância para o futuro profissional, habilidade esta que não está sendo corretamente desenvolvida pela grande maioria das IES. Este mercado também deseja egressos com bom índice técnico, ou seja, profundos conhecedores da

“sistemática” do comércio exterior, das leis, regulamentos, documentos e outras habilidades técnicas inerentes à profissão.

A inserção das disciplinas de “Negociações Internacionais” e de “Logística Internacional” no questionário enviado aos dirigentes de empresas exportadoras/importadoras da região sul do país confirmou em parte a hipótese da presente pesquisa, de que as mesmas deveriam fazer parte do Currículo para a habilitação em Comércio Exterior das Instituições de Ensino Superior, pois somente a disciplina de “Negociações Internacionais” obteve índice acima de 90%, enquanto que a disciplina de “Logística Internacional” obteve índice entre 80% e 90% pela opinião dos dirigentes de empresas.

Obtivemos também alguma discrepância nas disciplinas de “Línguas Estrangeiras”, onde a disciplina de Língua Espanhola obteve índice de oferta pelas IES pesquisadas de apenas 86,66% (Média Prioridade), enquanto que o mercado valorou esta disciplina com índice de 100% (Alta Prioridade). Isto revela que as IES não estão dando a devida importância a esta Língua Estrangeira, em contrapartida, o mercado já adotou-a como uma terceira língua (língua nativa e inglês) e, em alguns casos, como a segunda, visto o rápido crescimento das relações com o Mercosul e outros países latinos, justificando o interesse no domínio desta Língua pelos egressos do curso de Administração – habilitação em Comércio Exterior.

Conforme as análises efetuadas, concluímos que há uma grande inadequação entre o perfil que os Cursos de Administração – habilitação em Comércio Exterior, das Instituições de Ensino Superior da região sul do Brasil estão formando com o perfil desejado pelo seu Mercado de Trabalho.

Diante destas observações, considerando-se os percentuais aplicados na definição do Perfil Curricular das IES (p. 60), constata-se que apenas 6,67% das IES pesquisadas estão efetivamente adaptadas às exigências do Mercado de Trabalho. As outras instituições (93,33%) configuram entre as “Médias Adaptadas” (entre 80% e 90%, cfe. p. 60) e “Pouco Adaptadas” (abaixo de 80%, cfe. p. 60). Esses dados nos revelam que ainda há um longo trabalho a ser desenvolvido pelas IES e posteriormente cobrado pelos órgãos superiores que regulamentam tais currículos, no sentido de exigirem mais qualidade e profissionalismo destes cursos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

O trabalho consistiu numa ampla pesquisa, envolvendo a análise de documentos, grades curriculares, interpretação e tabulação dos questionários enviados às empresas exportadoras e/ou importadoras da região sul do Brasil.

Ao final, algumas respostas, e muitas perguntas, ainda.

É um tema extremamente complexo e não se teve a pretensão de esgotá-lo, sem fugir, no entanto, ao desafio de enfrentar o que parecem ser os grandes entraves constantes em um trabalho sobre a Avaliação.

De um modo ou de outro, muitas dessas perguntas e eventuais respostas não vieram de uma única fonte. São muitos os pesquisadores sérios que vem desenvolvendo trabalhos nesta linha e que se pôde esclarecer muitas dúvidas a esse respeito.

Em primeiro lugar, há que se dizer que se “a universidade é uma só”, pelo menos os seus problemas não os são, tampouco os que dizem respeito à Grade Curricular.

Por outro lado, não parece adequado estabelecer um grau de dificuldade e importância para os problemas que cada instituição enfrenta na formulação de suas grades curriculares: se o problema dessa universidade é maior que o da outra e assim por diante; embora, para cada uma delas, em particular, se possa identificar o que são seus problemas cruciais e até colocá-los numa escala de importância e emergência.

Do mesmo modo que em relação aos problemas, também é difícil estabelecer uma hierarquia do tipo: tal universidade está à frente, ou outra está bastante atrasada, e assim por diante.

É bem verdade que existem instituições que já conseguiram resolver os seus problemas básicos, e outras, ainda não estão nem na fase de reconhecê-los. Talvez, apenas por esse critério, e ainda assim não sem problemas, pois se precisa examinar antes o porquê de cada uma dessas situações, é possível se pensar em experiências mais consolidadas, comparativamente a outras.

A idéia da comparabilidade é inevitável nessa área. Porém, quem ou o que é padrão de referência para outro, neste caso?

Qual o modelo que deve ser adequado? Qual o melhor conjunto de recomendações? É possível, e se for, seria desejável, um modelo único para este tipo de avaliação?

Embora a análise tenha abordado tão somente o Currículo das instituições, enfocando os seus aspectos mais recorrentes, foi possível identificar a linha básica que

norteou a formulação destes, sendo que o que mais chamou a atenção foi o aspecto cultural da região na qual a instituição estava sediada, puxando o “fio condutor” do ensino de acordo com os seus padrões culturais.

É claro que a grande maioria das instituições baseou-se no Currículo Mínimo instituído pelo Conselho Federal de Educação, mas houve alterações entre inclusão e exclusão de disciplinas para adequar o ensino de Comércio Exterior de acordo com os hábitos e costumes da região onde esta instituição estava instalada.

E quanto ao empresariado? Será que suas expectativas levantadas nesta pesquisa são realmente verdadeiras ou apenas “devaneios” de quem julga ser esta ou aquela disciplina importante para a formação de um bom profissional?. E o que dizer do fato de que alguns empresários sequer possuem nível superior?

É sabido além disso que uma ou outra disciplina, isoladamente, não basta para formar um bom profissional. Tal objetivo depende de um conjunto de disciplinas, devidamente articuladas numa linha de ensino amplamente discutida pelo corpo docente e pelos dirigentes das instituições quando da formulação dos “Planos Político-Pedagógicos” de cada curso.

Esta inadequação levantada nesta pesquisa nos leva a refletir até que ponto o ensino de comércio exterior deve estar adaptado às exigências do mercado de trabalho. Será que nossos dirigentes, coordenadores de cursos e colegiados de professores não são capazes de formularem um Currículo que objetive formar egressos capazes de assumirem desafios no mercado de trabalho? Será que é realmente necessário que a instituição esteja totalmente adaptada às demandas do mercado? Será que o mercado de trabalho não está limitando as funções acadêmicas das instituições de ensino ao exigir unicamente mão-de-obra cada vez mais qualificada? Como fica o avanço do saber quando tratamos de questões que extrapolam as demandas imediatas do mercado?

Estes são alguns questionamentos para aqueles que fazem este tipo de trabalho, para que reflitam se é válido alterarem seus currículos para adaptarem-se às exigências do mercado de trabalho e até que ponto devem fazê-lo, sem que se prejudique a qualidade do ensino e principalmente, o foco da instituição.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria A.C.P., OLIVEIRA R. Rodrigues. Dilemas e contradições no ensino de administração. O caso da UFPE. In.: REUNIÃO ANUAL DA ANPAD, 12. 1988, Natal. **Anais...** Natal [ANPAD], 1988. 3v v.2, 588p., p.963-974.
- BARBOSA, Jinny D. & TEIXEIRA, Rivante M. **Formação de administradores: uma análise sob a perspectiva do mercado de trabalho.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 1989, Abras, p. 419-437 v. 01.
- BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial.** São Paulo: Atlas, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Currículos mínimos dos cursos de graduação.** 4. Ed, ver. e atual. Brasília, 1981. 575p., p.41-60.
- BRUYNE P., SCHUTHEETE, Jaques H.M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- CAMPOS, Antonio. **Comércio internacional e importação.** São Paulo: Aduaneiras, 1990.
- CASTRO, Claudio de Moura. O Ensino de Administração e seus Dilemas: notas para debate. **Revista de Administração de Empresas**, rio de Janeiro, v.21, p.58-61, jul./set/ 1981.
- CASTRO, José Augusto de. **Exportação: aspectos práticos e operacionais.** 2. Ed. São Paulo: Aduaneiras. 1999.
- CAVALCANTI, Fernando G. M. **Comércio exterior e contrato de câmbio de exportação.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.
- COLMENAREZ, José Vicente. **Gerência universitária: eficiência institucional.** Universitas 2000, v. 15, n. 1, p. 169-178, 1991.
- COUVRE, Maria de Lurdes Manzini. **A Formação e a ideologia do administrador de empresas,** Canoas, 1990 (n.p). mimeografado
- DEMO, Pedro. **Educação e qualidade.** Campinas: Papyrus, 1994.
- FLEURY, Paulo Fernando. O Ensino de Graduação em Administração no Brasil. Um Estudo de Caso. **Revista de Administração de Empresas**, V.32, n.4, p.29-42, out./dez. 1983.

GATES, Bill. **A empresa na velocidade do pensamento: com um sistema nervoso digital.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GRANGER, A. et alii. **Evaluación de la investigación** (tesis) Inta/Inia/Embrapa/Ica, Cali, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1989.

JULIATTO, Clemente I. **Avaliação de desempenho das instituições universitárias,** Dois Pontos, p.14-17.

_____, **A busca da excelência acadêmica nas Instituições de Ensino Superior por meio da avaliação.** Revista Interamericana de Gestão Universitária, n. 1, p. 128-142, Quebec, Out. 1991.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

LEFRANÇOIS, Roger. O desafio dos anos oitenta na gestão universitária centrada na produtividade. In: Congresso da Organização Universitária Interamericana, 3, 1983. Salvador. **Anais...** Salvador: Gráfica Universitária da UFBA, 1983. v. 1, p. 296-312

LEME, Rui A. da Silva. O ensino de administração: grandes opções. In.: REUNIÃO NACIONAL DA ANPAD, 6, 1982, Salvador, **Anais...** Salvador: [ANPAD], 1982.

LIMA, Zuleica Amaral Alves. Cruz, Genésio F. da Souza, Maria J.B. perfil do graduado na universidade estadual de Londrina e as expectativas do mercado de trabalho. In.: IX REUNIÃO DA ANPAD, 9, 1985. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [ANPAD], 1985. 478p., p.206-224.

LOVINSON, Aída Maria. Preparando administradores para o Século XXI: Um desafio original. In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD., RS. **Anais...** Canela: [ANPAD], 1992, 4v. v.3. 260p., p.19-33.

MARQUIS, Carlos A. Planeamiento y evaluación: instrumentos para la transformación universitária. In: **Aspectos críticos em la construcción de la universidad contemporánea.** Dos ensayos. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba/CEDES, outubro/1990, p. 23-45.

MARTINS, Carlos B. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983). **Ciência e Cultura.** São Paulo, v.41, n.7, p.663-676, jul. 1989.

MATTAR, Fauze Najib, 1944 – **Pesquisa de marketing.** São Paulo: Atlas, 1996

MATTOS, Pedro Lincoln. **Administração e mudança nas universidades federais: questões-chaves.** (mimeo)

MINERVINI, Nicola. **O exportador.** São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

MONTEIRO, A.L. Ribeiro. A situação dos egressos do curso de administração da Faculdade de Ciências da Administração da Pernambuco. In.: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 3., 1992, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte; [ANGRAD], 1992. 177p., p.71-82.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. A Questão da Formação do Administrador. **Revista de Administração de Empresas.** Rio de Janeiro v.32, n.4, p.53-55, out./dez. 1983.

NEIVA, Cláudio C. A avaliação como instrumento de apoio ao planejamento e tomada de decisões: a perspectiva da eficiência institucional e da qualidade do ensino dentro de um enfoque político. In: VAHL, Teodoro Rogério et al. (org) **Desafios da administração universitária.** Florianópolis: UFSC: 1989.

OLIVEIRA, Janete L. PEREIRA, D. de Castro. O aluno formado e o curso de administração da PUC-MG. In.: REUNIÃO DA ANPAD, 1991, 15., Salvador, **Anais...** Salvador: [ANPAD], 1991, 4v, v.3, p.211-221.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

PEREIRA, Denise de C. BERTUCCI, J.L., CORRADI, R.M.R. O perfil do profissional de administração: as organizações com a palavra. In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 17., 1993, Salvador. **Anais...** Bahia: [ANPAD], 1993, 10v. v.7, 225p., p.197-211.

PIZZINATTO, Nádia K. Prática Empresarial dentro de uma Universidade para o curso de administração de empresas. In.: Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. 3, 1992, Belo Horizonte: ANGRAD, 1992, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [ANGRAD], 1992, 177p., p.111-118

POLLONI, Enrico Giulio Franco. **Administrando sistemas de informação.** São Paulo: Futura, 2000.

PORTER, Michael E. **Competição = On Competition: estratégias competitivas essenciais.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RAMOS, Anália Saraiva Martins. MONTERO Jr., Sady. Perfil profissional e formação acadêmica do administrador no Grande Rio: resultados de uma pesquisa exploratória. In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 16., 1991, Canela: **Anais...** [ANPAD], 1992. 4v, v.3, 260p., p.105-117.

- RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.
- RIGGS, Fred. W. **Administração nos países em desenvolvimento**. Rio de Janeiro, FGV, 1968.
- RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.
- SCHUCH, JUNIOR, Vitor F. **Formação de administradores e mercado de trabalho**. Um estudo dos egressos do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. Porto Alegre, UFRGS, PPGA, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Avaliação do ensino superior: da consciência da necessidade à prática**. Dois Pontos. Brasília, n. 37, Edição Especial, set. 1987, p. 7-12.
- SELLTIZ, Clarice. RIBEIRO, I. de Oliveira. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2ª Edição. São Paulo: EPU, 1987
- SILVA, Gustavo de Sá. **Administração de Empresas e Desenvolvimento**. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.05-20, jul./set. 1971.
- SIQUEIRA, Moema Miranda de. **O Papel das disciplinas de embasamento na formação acadêmica de administradores**. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.53-54, jan./mar. 1987.
- SOUSA, Edson Machado de. **Crises e desafios no ensino superior do Brasil**. Fortaleza, UFC, 1980.
- TRIGUEIRO, M. G. S. **“Experiência em avaliação institucional da universidade de Brasília”**. In: Rev. Pró-Posições. Ed. Unicamp, Campinas, 1995.
- TRIPODI, Tony. **Análise de pesquisa social: Diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- VAHL, Teodoro Rogério. **O processo decisório e a gestão das Universidades Federais Brasileiras**. Educação Brasileira, Brasília, v. 12, n. 25, p. 107-127.
- VALLE, Victor M. **La evaluación en las organizaciones universitarias**. In. Liderança e administração na universidade. Florianópolis: OEA-UFSC, 1986, p. 107-120.
- VELHO, L. **Como medir a ciência?** In: Revista Brasileira de Tecnologia. 16(1):35-41, Brasília, 1985.

VILLA-ALVAREZ, Floriano. O ensino de administração no Brasil. In.: REUNIÃO NACIONAL DA ANPAD, 6., 1982, Salvador. **Anais...** Salvador: [ANPAD], 1982.

WALTON, Richard E. **Tecnologia da informação**: o uso de TI pelas empresas que obtêm vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1993.

7. ANEXOS

Anexo 1

Intercâmbio Comercial Brasileiro

TOTAIS GERAIS

ANO	VARIACÃO RELATIVA		PART. % (**)	VARIACÃO RELATIVA		PART. % (**)	S A L D O (A-B)		CORRENTE COMÉRCIO COBERTURA (A/B)	
	EXPORTAÇÃO (A)	(*)		IMPORTAÇÃO (B)	(*)		(A-B)	(A+B)		
1980	20.134.357.261	---	100,00	22.936.618.058	---	100,00	-2.802.250.797	43.070.985.319	0,88	
1981	23.295.356.088	15,70	100,00	22.090.559.296	-3,69	100,00	1.204.796.792	45.385.915.384	1,05	
1982	20.180.966.307	-13,37	100,00	19.395.406.635	-12,20	100,00	785.559.672	39.576.372.942	1,04	
1983	21.903.182.546	8,53	100,00	15.428.904.897	-20,45	100,00	6.474.277.649	37.332.087.443	1,42	
1984	27.006.553.784	23,30	100,00	13.907.303.606	-9,86	100,00	13.099.250.178	40.913.857.390	1,94	
1985	25.639.028.516	-5,06	100,00	13.167.229.268	-5,32	100,00	12.471.799.248	38.806.257.784	1,95	
1986	22.348.713.453	-12,83	100,00	14.042.300.648	6,65	100,00	8.306.412.805	36.391.014.101	1,59	
1987	26.223.956.597	17,34	100,00	15.049.673.308	7,17	100,00	11.174.283.289	41.273.629.905	1,74	
1988	33.789.567.229	28,85	100,00	14.603.132.352	-2,97	100,00	19.186.434.577	48.392.699.581	2,31	
1989	34.382.619.710	1,76	100,00	18.257.010.203	25,02	100,00	16.125.609.507	52.639.629.913	1,88	
1990	31.413.759.742	-8,63	100,00	20.661.362.039	13,17	100,00	10.752.397.703	52.075.121.781	1,52	
1991	31.620.461.387	0,66	100,00	21.041.458.690	1,84	100,00	10.579.002.697	52.661.920.077	1,50	
1992	35.792.985.844	13,20	100,00	20.554.091.051	-2,32	100,00	15.238.894.793	56.347.076.895	1,74	
1993	38.554.712.942	7,72	100,00	25.256.000.927	22,88	100,00	13.298.712.015	63.810.713.869	1,53	
1994	43.545.162.212	12,94	100,00	33.078.690.132	30,97	100,00	10.466.472.080	76.623.852.344	1,32	
1995	46.506.282.414	6,80	100,00	49.971.896.207	51,07	100,00	-3.465.613.793	96.478.178.621	0,93	
1996	47.746.728.444	2,67	100,00	53.345.767.156	6,75	100,00	-5.599.038.712	101.092.495.600	0,90	
1997	52.990.115.039	10,98	100,00	59.747.234.948	12,00	100,00	-6.757.119.909	112.737.349.987	0,89	
1998	51.139.861.545	-3,49	100,00	57.714.365.169	-3,40	100,00	-6.574.503.624	108.854.226.714	0,89	
Janeiro	3.916.861.090	---	100,00	4.640.626.507	---	100,00	-723.765.417	8.557.487.597	0,84	
Fevereiro	3.715.926.053	-5,13	100,00	3.936.000.626	-15,18	100,00	-220.074.573	7.651.926.679	0,94	
Março	4.273.985.367	15,02	100,00	5.167.936.432	31,30	100,00	-893.951.065	9.441.921.799	0,83	
Abril	4.576.580.125	7,08	100,00	4.629.510.878	-10,42	100,00	-52.900.753	9.206.091.003	0,99	
Mai	4.611.933.252	0,77	100,00	4.733.752.307	2,25	100,00	-121.819.055	9.345.685.559	0,97	
Junho	4.886.364.504	5,95	100,00	4.700.882.445	-0,69	100,00	185.482.059	9.587.246.949	1,04	
Julho	4.970.110.086	1,71	100,00	5.392.583.347	14,71	100,00	-422.473.261	10.362.693.433	0,92	
Agosto	3.985.621.684	-19,81	100,00	4.153.525.946	-22,98	100,00	-167.904.262	8.139.147.630	0,96	
Setembro	4.538.094.015	13,86	100,00	5.723.203.214	37,79	100,00	-1.185.109.199	10.261.297.229	0,79	
Outubro	4.016.893.914	-11,49	100,00	5.455.022.491	-4,69	100,00	-1.438.128.577	9.471.916.405	0,74	
Novembro	3.703.504.560	-7,80	100,00	4.729.761.262	-13,30	100,00	-1.026.256.702	8.433.265.822	0,78	
Dezembro	3.943.986.895	6,49	100,00	4.451.559.714	-5,88	100,00	-507.572.819	8.395.546.609	0,89	
1999	48.011.381.043	-6,12	100,00	49.210.313.539	-14,73	100,00	-1.198.932.496	97.221.694.582	0,98	
Janeiro	2.949.154.776	---	100,00	3.645.484.437	---	100,00	-696.329.661	6.594.639.213	0,81	
Fevereiro	3.266.867.013	10,77	100,00	3.163.990.953	-13,21	100,00	102.876.060	6.430.857.966	1,03	
Março	3.829.412.981	17,22	100,00	4.051.460.913	28,05	100,00	-222.047.932	7.880.873.894	0,95	
Abril	3.706.750.870	-3,20	100,00	3.668.868.141	-9,44	100,00	37.882.729	7.375.619.011	1,01	
Mai	4.386.410.537	18,34	100,00	4.078.132.878	11,16	100,00	308.277.659	8.464.543.415	1,08	
Junho	4.312.612.911	-1,68	100,00	4.459.147.507	9,34	100,00	-146.534.596	8.771.760.418	0,97	
Julho	4.117.096.889	-4,53	100,00	4.026.686.994	-9,70	100,00	90.409.895	8.143.783.883	1,02	
Agosto	4.277.082.243	3,89	100,00	4.461.468.352	10,80	100,00	-184.386.109	8.738.550.595	0,96	
Setembro	4.187.087.694	-2,10	100,00	4.243.240.458	-4,89	100,00	-56.152.764	8.430.328.152	0,99	
Outubro	4.304.132.509	2,80	100,00	4.457.608.531	5,05	100,00	-153.476.022	8.761.741.040	0,97	
Novembro	4.001.797.406	-7,02	100,00	4.530.109.291	1,63	100,00	-528.311.885	8.531.906.697	0,88	
Dezembro	4.672.975.214	16,77	100,00	4.424.115.084	-2,34	100,00	248.860.130	9.097.090.298	1,06	

Anexo 2

Balança Comercial Brasil X Mercosul

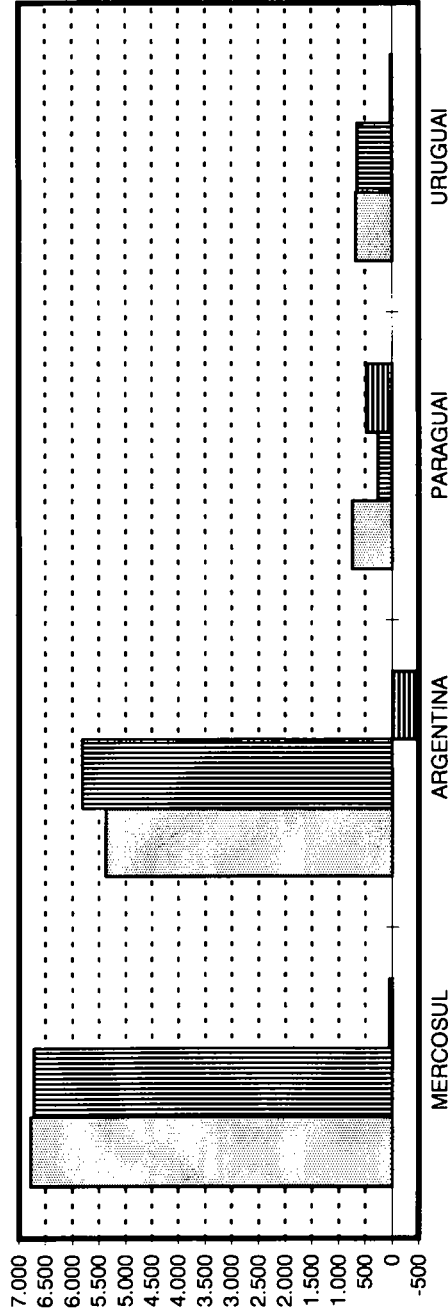


BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

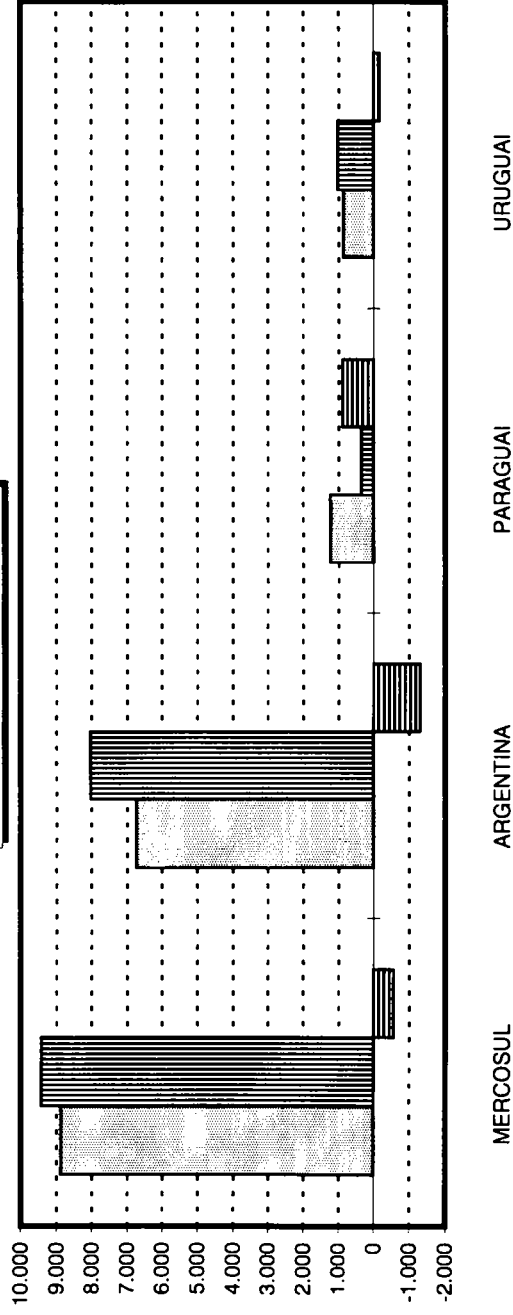
- US\$ MILHÕES FOB -

JANEIRO/DEZEMBRO-1999

DECEX/GEREST



JANEIRO/DEZEMBRO -1998



■ EXPORTAÇÃO ■ IMPORTAÇÃO ■ SALDO

Anexo 3

Questionário Enviado às Empresas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Programa de Pós-Graduação em
Administração
PROJETO MULTI-INSTITUCIONAL UFSC UNOESC UnC
UNIPLAC
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSITÁRIA



Joaçaba, 01 de junho de 2000

Prezados Senhores,

O questionário anexo tem por finalidade subsidiar a Dissertação de Mestrado com o tema: "Avaliação do Ensino de Administração – Habilitação em Comércio Exterior em perspectiva com o Mercado de Trabalho". Destacamos abaixo algumas informações pertinentes:

- Trata-se de um trabalho acadêmico. O êxito do mesmo irá trazer importantes benefícios/contribuições para o aperfeiçoamento dos cursos de comércio exterior desta região.
- As informações serão analisadas em bloco, e não individualmente por empresa.
- O questionário de sua empresa terá sigilo assegurado.
- O preenchimento deve ser realizado, preferencialmente, pelo(s) principal(ais) executivo(s) da empresa.
- Utilize o envelope selado em anexo para a devolução do questionário devidamente preenchido.
- Caso haja interesse no resultado da pesquisa, informe a maneira pela qual deseja receber as informações, se por e-mail ou carta.
- Maiores esclarecimentos, utilize o endereço abaixo.

Contamos com sua colaboração. Participe!

Atenciosamente,

Prof. MSc. Adilson Luiz Bulla
UNOESC – Campus Joaçaba

Endereço para contato:
Rua Vilibaldo Vier, 162 – Vila Alemanha – 89609-000 – Luzerna – SC
Fone/Fax: (49) 523-1740 – E-mail: bulla@unoescjba.rct-sc.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Programa de Pós-Graduação em
Administração
PROJETO MULTI-INSTITUCIONAL UFSC UNOESC UnC
UNIPLAC
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSITÁRIA



Empresa: _____ Estado: _____
Endereço Eletrônico: _____ Fone/fax: _____
Contato: _____ Cargo: _____

- a) Em que ano sua empresa iniciou as atividades de comércio exterior com os países integrantes do Mercosul? _____
- b) Qual o principal produto negociado no Mercosul? Mencione apenas o Capítulo da NCM. (Exemplo: se comercializa máquinas, indique o capítulo 84).

- c) Operou com comércio exterior em 1999
 Sim Não
- d) Qual o faturamento total em 1999? _____
- e) Qual o total de Exportações em 1999? US\$ _____
- f) Qual o total de Importações em 1999? US\$ _____
- g) Quantos funcionários trabalham diretamente na área de comércio exterior?

- h) Dos funcionários citados acima, quantos possuem formação superior em Comércio Exterior? _____
- i) O Sr. Acha necessário que o funcionário tenha formação superior em comércio exterior para atuar nesta área?
 Sim Não

As questões relacionadas a seguir referem à formação curricular proporcionada pelas IES (Instituições de Ensino Superior) da região sul do Brasil para o curso de Administração – Habilitação em Comércio Exterior.

- 1) Na sua opinião, as disciplinas relacionadas à Administração pura e simples, como: Adm. de Recursos Humanos, Organização, Sistemas e Métodos, Direito Comercial, Adm. de Custos, Adm. Financeira e Orçamentária, etc., são consideradas importantes para o profissional de comércio exterior?
- Muito Importante Importante Necessárias
 Indiferente Pouco Necessárias



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Programa de Pós-Graduação em
Administração
PROJETO MULTI-INSTITUCIONAL UFSC UNOESC UnC
UNIPLAC
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSITÁRIA



2) Quanto às Disciplinas Profissionalizantes, qual a sua opinião?

a) Marketing Internacional?

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário

3) Sistemática de Comércio Exterior (Preencher papéis, contratar fretes, câmbio, etc)

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário

4) Economia Internacional (Mercados Financeiros, Movimento de Capitais, etc)

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário

5) Direito de Navegação (Direitos/obrigações dos transportadores)

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário

6) Direito Internacional (Contratos, cobranças, etc)

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário

7) Legislação Aduaneira (Normas Aduaneiras, Trânsito Aduaneiro)

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário

8) Teoria e Prática Cambial (Câmbio e suas funções)

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário

9) Transportes e Seguros

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário

10) Negociações Internacionais (estratégias, táticas, diferenças culturais, etc)

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário

11) Integração –Formação de Blocos Econômicos (Mercosul, UE, ALCA, etc)

() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Programa de Pós-Graduação em
Administração
PROJETO MULTI-INSTITUCIONAL UFSC UNOESC UnC
UNIPLAC
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSITÁRIA



- 12) Logística Internacional (armazenamento, distribuição, transp. Multimodal)
() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário
- 13) Empreendedorismo (Percepção de oportunidades, iniciativa, tomada de decisão, comunicação pessoal, etc).
() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário
- 14) Língua Estrangeira (Inglês)
() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário
- 15) Língua Estrangeira (Espanhol)
() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário
- 15) As IES (Instituições de Ensino Superior), na sua grande maioria, estão formando técnicos em comércio exterior. Qual a sua opinião?
() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário
- 16) O Sr. Acha que as IES (Instituições de Ensino Superior) deveriam proporcionar aos acadêmicos uma formação mais generalista?
() Muito Importante () Importante () Necessário
() Indiferente () Pouco Necessário
- 17) Descreva abaixo algumas habilidades que o profissional de comércio exterior deveria possuir e que não foram contempladas acima.

Muito Obrigado

Anexo 4

Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Administração (proposta)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO: MEC
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR – SESU
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR
DEPES**

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE
ADMINISTRAÇÃO – CEEAD**

**DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

(proposta)

Síntese elaborada pelos Professores

Prof. Dr. Rui Otávio Bernardes de Andrade

Prof. Dr. Nério Amboni

Brasília, fevereiro de 1999

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO: MEC
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR – SESU
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR
DEPES**

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE
ADMINISTRAÇÃO – CEEAD**

**DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

(proposta)

Prof. Rui Otávio Bernardes de Andrade – Coordenador

Prof. Nério Amboni

Prof. Almir Ferreira de Sousa

Prof. Dryden Castro de Arezzo

Prof. Marília Gomes dos Reis Ansarah

Prof. Míria Miranda de Freitas Oleto

Brasília, fevereiro de 1999

ÍNDICE

1 APRESENTAÇÃO.....	4
2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	6
3 DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO.....	10
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29

1 APRESENTAÇÃO

A Comissão de Especialistas de Ensino de Administração da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, realizou em Florianópolis/SC, nos dias 23 e 24 de abril de 1998, o SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, promoção do Conselho Federal de Administração e da Comissão de Especialistas de Ensino de Administração, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade do Estado de Santa Catarina, da Associação das Fundações Educacionais de Santa Catarina, da Fundação ESAG e do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina.

Precedendo o SEMINÁRIO NACIONAL, foram promovidos em 1996 o Encontro Nacional de Avaliação do Estágio Supervisionado do Curso de Administração, em Natal/RN e, em 1997 o II Encontro Nacional sobre Qualidade e Avaliação dos Cursos de Administração, em Vitória/ES, além dos Seminários Regionais realizados ao longo do ano de 1998.

Os objetivos dos mesmos foram oportunizar o intercâmbio de informações e experiências sobre o futuro dos cursos de graduação em Administração, bem como dos fundamentos que devem delinear o Projeto Pedagógico como do verdadeiro papel dos Coordenadores de Curso; instrumentalizar os participantes sobre as recomendações do Conselho Nacional acerca das Diretrizes Curriculares, com o intuito de se coletar subsídios para a sistematização, síntese e elaboração de Proposta sobre as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Administração.

Os eventos contaram com a participação de reitores, diretores de cursos, coordenadores, chefes de departamento, professores, autoridades governamentais, especialistas de ensino de Administração, administradores e alunos.

Além dos subsídios coletados nos eventos anteriores e posteriores ao Seminário Nacional, também foram sistematizadas e priorizadas as informações mais relevantes constantes nos documentos encaminhados pelas Instituições de Ensino Superior para a Comissão de Especialistas de Ensino de Administração.

O SEMINÁRIO NACIONAL realizado em Florianópolis/SC, analisou e discutiu a proposta de diretrizes curriculares para os Cursos de Graduação em Administração e/ou habilitações elaborada pelos Professores Rui Otávio Bernardes de Andrade e Nério

Amboni, reunindo e formalizando sugestões/recomendações dos Grupos de Trabalho relativos aos seguintes assuntos: a) perfil, competências e habilidades; b) campos de conhecimento (conteúdos básicos e específicos); habilitações; duração do curso; estágio supervisionado (articulação teoria versus prática); reconhecimento de habilidades e competências extra-curriculares – estudos independentes; estrutura geral do curso: organização curricular; práticas pedagógicas/métodos de ensino-aprendizagem; sistemática de avaliação docente e discente e interface do curso com a pós-graduação.

O presente trabalho é o resultado do que foi discutido, proposto e sistematizado e é com entusiasmo e satisfação que apresentamos, esperando seja ele uma contribuição efetiva para o incremento dos níveis de eficiência, eficácia e de efetividade dos Cursos de Administração em nosso país.

No referido trabalho além da apresentação, observa-se uma breve contextualização, os fundamentos básicos relativos as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Administração, bem como as considerações finais.

Adm. Rui Otávio Bernardes de Andrade

**Presidente do Conselho Federal de Administração e da
Comissão de Especialistas de Ensino de Administração**

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da década de 70, relações de poder e política, relações econômicas e culturais passam a experimentar mudanças radicais. Transformações no campo da tecnologia e do processo de trabalho, redefinição das modalidades do regime de acumulação revelam radicais reorganizações na dinâmica social. Interessa perceber, por exemplo, que as alterações nos padrões de competitividade capitalista articulam-se a uma reorientação do mercado consumidor. Este passa a caracterizar-se pela instabilidade e diferenciação não mais passível de configurar uma demanda homogênea mas, ao contrário, variável em quantidade e qualidade.

Novas normas de consumo aliam-se às novas formas de concorrência. As empresas passam a buscar, ininterruptamente, novos padrões produtivos em decorrência da necessidade de inserção competitiva num mercado extremamente heterogêneo onde qualidade e produtividade são fatores de competitividade.

As mudanças tecnológicas respondem às exigências de qualidade em face do novo contexto econômico. Evidentemente, é a lógica capitalista - fenômeno universal que demanda - e estimula - a passagem do antigo modelo taylorista-fordista para o denominado paradigma de produção flexível.

O novo regime de acumulação capitalista reivindica mudanças na filosofia organizativa e administrativa como condição de sobrevivência empresarial.

A produção flexível, ao reunificar tarefas - antes parceladas - numa única máquina, convive com o enfraquecimento da divisão técnica do trabalho. A base científica comum dos equipamentos utilizados é um "instrumento" de trabalho que, como tal, não deve ser inacessível ao trabalhador. Constata-se, nesse sentido, a necessidade, inexistente no paradigma anterior, da fusão teoria e prática. Precisamente, esta capacidade de centralização requerida do trabalhador é ela mesma a condição de garantia de produtividade.

A atual revolução tecnológica, distintamente da primeira revolução industrial, que teve o mérito de substituir a força física do homem pela energia mecânica, caracteriza-se por ampliar a capacidade intelectual humana na produção. A nova forma de organização exigirá do trabalhador qualidades de natureza não apenas operacional como também conceptual.

A integração com a contemporaneidade do mundo implica maior desenvolvimento e apropriação da ciência e da tecnologia enquanto principais instrumentos da dinâmica do sistema produtivo.

A dinâmica dos desenvolvimentos técnico-organizacionais, verificada no setor produtivo de bens, há de se fazer presente no setor de produção de serviços dada a interpenetração crescente dos setores.

Observa-se uma crescente integração entre indústria e serviços, à medida em que se expandem as atividades terciárias no interior de empresas industriais - fenômeno da terceirização. Trata-se do crescimento daquelas atividades realizadas no bojo e como parte das organizações produtivas. Tais atividades têm uma função de "acompanhamento" do processo de produção, abrangendo o nível técnico-gerencial, direção, administração de pessoal, manutenção, estoque, reparos, limpeza, vigilância. Ainda que as empresas estejam, tendencialmente, concentrando-se em sua atividade-fim, delegando a terceiros - terceirização - a gerência e execução das atividades de "acompanhamento", não há como negar a crescente vinculação dos diferentes processos de trabalho.

Em que pesem os novos requisitos de qualificação, importa salientar a especificidade das atividades de serviços. Dada sua natureza, essas atividades já se caracterizam pelo maior espaço de manobra por parte de seus empregados, ao mesmo tempo em que requerem, dos mesmos, respostas a situações específicas. A estandardização completa nunca foi benéfica num contexto de relações mais ou menos indefinidas, onde cada caso deve ser decidido através de interpretações nem sempre possíveis. Em se tratando de serviços, Offe (1985) diz que por sua própria natureza a produção de serviços é menos suscetível à racionalização do que à produção de bens (...) se aceitarmos que a industrialização levou a uma despersonalização do trabalho, então a expansão dos serviços proporciona a oportunidade de inverter essa tendência, pois o contato direto com o cliente para quem o serviço é realizado, assim como a necessidade de atender às demandas individuais do cliente, são características muito mais comuns nas indústrias de serviços do que em outros setores da economia.

De qualquer modo, a economia como um todo vem reivindicando, no atual contexto, mudanças até então inéditas no perfil do futuro administrador. Características tais como capacidade de raciocínio abstrato, de autogerenciamento, de assimilação de novas informações; compreensão das bases gerais, científico-técnicas, sociais e econômicas da produção em seu conjunto; a aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional; o domínio das atividades específicas e conexas; a flexibilidade intelectual no trato de situações cambiantes tornam-se requisitos do novo profissional.

A formação para o posto de trabalho, traduzida no treinamento restrito às tarefas exigidas em uma dada ocupação, deve ser revista em face da realidade que se configura, a qual exige do administrador, veterano ou novato, uma noção ampla de como opera a

sua empresa; do mercado onde trabalha; do que pensa o consumidor final sobre o produto que está comprando. Verifica-se que a qualidade intelectual mais valorizada nas novas organizações empresariais é a capacidade de entender e se comunicar com o mundo que está a sua volta.

Nos dias atuais, assegurar a qualidade da formação relaciona-se à preparação dos indivíduos para qualificações úteis, não apenas a curto prazo como também a longo prazo. Tal preocupação vale não só para os ocupantes de empregos fixos. Observe-se, a propósito, a atual tendência em reduzir o número de trabalhos regulares, o que implica, em muitos casos, o esforço do administrador em gerar sua própria renda mediante a prestação autônoma de serviços. Tal reestruturação do mercado de trabalho, perversa às vezes, exige do administrador autônomo a qualificação necessária para conquistar e preservar seu espaço de trabalho.

Ainda que a nova economia não tenha nascido totalmente, ou pelo menos não esteja forte e segura, caminhando com as próprias pernas, é possível advinhar os seus passos. Pode-se começar olhando a avassaladora proliferação do trabalho autônomo e do auto-empresariamento: todo mundo conhece alguém que deixou ou perdeu o emprego e agora faz trabalhos de micro, abriu um pequeno comércio, é representante comercial ou consultor. Começam a se criar redes de trabalho, entre diferentes especialidades e fornecedores entre si, destes com empresas grandes e com consumidores finais, criando seus próprios canais de distribuição.

O conceito de formação reavaliado supõe sua compreensão como fluxo de conhecimentos e habilidades que embasam práticas de trabalho. A par dos fundamentos de sua práxis profissional, torna-se o administrador mais apto a interagir com as freqüentes mudanças técnicas, uma vez dotado dos subsídios de um agir mais crítico e criativo.

O curso de Administração não pode perder de vista, pois, a convivência de ambos os paradigmas no contexto brasileiro; contudo, assume uma visão prospectiva, com base na constatação de uma tendência que é mundial: a incorporação das tecnologias inovadoras, o estímulo à flexibilização da produção, a interação entre os setores.

Vive-se uma época marcada pela vigência dos princípios democráticos, pelos fenômenos de descentralização, pela redefinição dos papéis dos atores sociais, inclusive no marco das realces trabalhistas, onde se difunde o investimento no diálogo. Tempo, portanto, mais do que propício à revitalização do "sujeito-cidadão" nos mais diversos fóruns educacionais e empresariais.

É neste sentido que a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que tange ao ensino em geral e ao ensino superior em especial, procura assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, para atender à crescente heterogeneidade da formação prévia e as expectativas de todos os interessados neste nível de ensino. A Nova LDB ressalta a necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos, dificultando o acompanhamento das tendências contemporâneas para que os cursos possam colocar no mercado profissionais com boa formação, ao nível de graduação, como uma etapa inicial da formação continuada.

Segundo o Parecer nº 776/97 do CNE “as diretrizes curriculares devem contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área de conhecimento, campo do saber ou profissão, visando desenvolver no estudante a capacidade de aprender a aprender, a fim de que o futuro graduado periodicamente venha a atualizar-se através da educação continuada; devem pautar-se pela qualidade de formação a ser oferecida e também pela tendência internacionalmente registrada quanto da formação a ser oferecida e também pela tendência internacionalmente registradas quanto ao tempo de permanência na graduação, que não é de sua ampliação – sendo em alguns casos o de sua redução; devem promover formas de aprendizagem que contribuam para reduzir a evasão, como mediante sistemas de módulos; devem induzir a implementação de programas de iniciação científica nos quais o aluno desenvolva sua criatividade e análise crítica; devem incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania”.

Os cursos de Administração devem, assim, abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimentos e informações, passando a orientar-se, de um lado, para formar sólidas competências na medida deste nível de ensino e, por outro, na medida da educação permanente, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional.

3 DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Na sequência, apresenta-se os fundamentos básicos que delineiam as diretrizes curriculares (parâmetros orientadores) para os Cursos de Graduação em Administração.

A proposta de diretrizes curriculares, em pauta, procurou assegurar as recomendações do Conselho Nacional de Educação, a partir da discussão dos seguintes aspectos:

- a) perfil do egresso
- b) competências e habilidades
- c) campos de estudos – conteúdos básicos
- d) tópicos de estudos – conteúdos específicos
- e) duração do curso
- f) estágios e atividades complementares (articulação teoria versus prática)
- g) reconhecimento de habilidades e competências extra-escolares – estudos independentes
- h) estrutura geral do curso: organização curricular
- i) práticas pedagógicas/métodos de ensino-aprendizagem
- j) sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem
- k) sistema de avaliação docente e discente
- l) interface do curso com a pós-graduação.

PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso desejado do curso de Administração, de responsabilidade das IES, deve estar no âmbito do perfil brasileiro, refletindo as características regionais, a potencialidade das IES e suas escolhas estratégicas.

O perfil deve ser definido a partir do que pensam os Empregadores, Administradores formados (há algum tempo), Coordenadores de Cursos de Administração, Outros profissionais relevantes à formação, corroborado em fóruns abertos.

As IES deverão indicar o perfil comum e os específicos admitidos segundo a sua organização curricular. Os mesmos deverão servir de referência para o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso e/ou das habilitações pretendidas. Por exemplo, as práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem como as de avaliação contempladas no Projeto Pedagógico do Curso e/ou Habilitação deverão contribuir para a consolidação do perfil comum como do específico pretendido pelas IES. O perfil a ser definido não deverá compreender só o **como fazer**, mas o **por que fazer**. Características tais como capacidade de raciocínio abstrato, de autogerenciamento, de assimilação de novas informações; compreensão das bases gerais, científico-técnicas, sociais e econômicas da produção em seu conjunto; a aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional; o domínio das atividades específicas e conexas; a flexibilidade intelectual no trato de situações cambiantes são requisitos fundamentais na formação do novo profissional.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As competências e as habilidades demonstram um conjunto de saberes e conhecimentos provenientes de várias instâncias, tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (Qualificações tácitas).

A qualificação real constitui-se mais no "saber-ser" do que no "saber-fazer". Esta pode ser conquistada pelas IES através da articulação dos vários saberes oriundos de diferentes esferas, como por exemplo, formais, informais, teóricos, práticos e tácitos para ajudar o egresso a resolver problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade, incerteza e instabilidade.

Por meio do desenvolvimento do conjunto de saberes e conhecimentos

ministrados no Curso e/ou nas Habilitações, as IES deverão desenvolver, no mínimo, as habilidades de:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo de trabalho, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos;
- Auto-planejar-se, auto-organizar-se, estabelecer métodos próprios, gerenciar seu tempo e espaço de trabalho;
- expressão e comunicação com seu grupo, superiores hierárquicos ou subordinados, de cooperação, trabalho em equipe, diálogo, exercício da negociação e de comunicação interpessoal;
- utilizar todos os conhecimentos – obtidos através de fontes, meios e recursos diferenciados - nas diversas situações encontradas no mundo do trabalho, isto é, da capacidade de transferir conhecimentos da vida cotidiana para o ambiente de trabalho e vice-versa;
- iniciativa, criatividade, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho;
- refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção (compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva, seus direitos e deveres.
- raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores, formulações matemáticas para estabelecer relações formais e causais entre fenômenos e para expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais.

Compete as IES a escolha estratégica das competências específicas que deverão ser desenvolvidas com o intuito de consolidar o perfil de egresso pretendido pelo curso e/ou habilitação. As competências e habilidades específicas depende da vocação regional em que se encontra localizado o curso. A escolha das competências e habilidades específicas pode ser resultantes do perfil, da vocação regional e, ainda, da organização diferenciada do currículo do curso e/ou habilitação que engloba o projeto pedagógico.

Compete a IES em dar condições para o discente optar por habilitações e competências específicas. Estas podem ser 3 grandes áreas de formação: formação de bacharéis; formação aplicada profissional e formação de docentes pesquisadores, dependendo do projeto pedagógico de cada curso.

CAMPOS DE ESTUDO – CONTEÚDOS BÁSICOS (50% da carga horária total do curso)

A base nacional engloba quatro campos de conhecimento. O primeiro de Estudos Humanos, Comunicativos, Simbólicos, Artísticos e de Investigação Científica e suas Tecnologias. O segundo compreende os Estudos Administrativos, Gerenciais, Organizacionais, estratégicos e suas Tecnologias. O terceiro envolve Estudos Econômicos, Financeiros, de Mercado e de Relações Internacionais e suas Tecnologias. O quarto compreende os Estudos Quantitativos e suas Tecnologias.

Estes campos de conhecimento (50% da carga horária total do curso e/ou habilitação) deverão estar presentes em todas as grades curriculares do Curso, bem como das Habilitações pretendidas pelas IES.

Em relação à presença das Tecnologias em todos os campos de conhecimento, deve-se explicitar que a opção por integrar os campos ou atividades de aplicação, isto é, os processos tecnológicos próprios de cada área do conhecimento, resulta da importância que ela adquire nos cursos de Administração. Observe-se, no entanto, que não se tratará apenas de apreciar ou dar significado ao uso da tecnologia, mas de conectar os inúmeros conhecimentos com suas implicações tecnológicas.

Ainda, a mera adoção de tecnologia não supõe uma nova gestão empresarial. A revisão, entretanto, dos perfis empresariais, a partir da incorporação das tecnologias inovadoras, torna-se pré-requisito de fortalecimento do chamado potencial competitivo a ser assegurado pela qualidade do produto que supõe a qualidade do processo.

Importa ressaltar a especificidade da incorporação do novo modelo em nossa realidade. A introdução, assimilação e disseminação de tecnologias inovadoras não se dão de forma homogênea, em razão do caráter diferenciado do desenvolvimento econômico que inviabiliza a adoção das tecnologias por parte de muitas empresas, ou, mesmo, admite esta adoção sem as adequadas mudanças na organização do trabalho.

CAMPO 01 - ESTUDOS HUMANOS, COMUNICATIVOS, SIMBÓLICOS, ARTÍSTICOS, DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS TECNOLOGIAS

Compreende estudos filosóficos, antropológicos, psicológicos e éticos, políticos, sociais, comportamentais, de cultura geral e conhecimentos conexos. Inclui estudos de linguagem, tecnologia de comunicação/informação e de investigação científica, tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa. Ao estudar este campo de conhecimento o aluno

deverá ser capaz de compreender e usar os sistemas simbólicos das mais variadas linguagens; confrontar opiniões e pontos de vista; analisar e interpretar textos e resultados de pesquisa científica e empresarial, assim como suas inter-relações com as tecnologias.

CAMPO 02 – ESTUDOS ADMINISTRATIVOS, GERENCIAIS, ORGANIZACIONAIS, ESTRATÉGICOS E SUAS TECNOLOGIAS.

Compreende estudos das teorias de administração e das organizações e suas respectivas funções, dos fenômenos empresariais, gerenciais, organizacionais, estratégicos e ambientais; suas interrelações com realidade social objetivando uma visão crítica da validade de suas dimensões, bem como os aspectos legais e contábeis, objetivando a construção de competências e habilidades que permitam ao graduando compreender os métodos gerenciais como construções humanas; entender a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento tecnológico, bem como associar as várias tecnologias aos problemas administrativos, gerenciais, organizacionais e estratégicos.

CAMPO 03 – ESTUDOS ECONÔMICOS, FINANCEIROS, DE MERCADO, DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS TECNOLOGIAS

Compreende estudos de fenômenos econômicos, financeiros e de mercado por meio de suas interrelações com a realidade nacional e internacional. O aluno deverá compreender a sociedade, sua formação e transformações numa perspectiva histórica para que possa compreender, contextualizar a utilidade e aplicabilidade dos conteúdos relativos a este campo de conhecimento frente as novas tecnologias. Isto porque a globalização vem redefinindo os fatores determinantes da competitividade, fazendo emergirem novas organizações de sucesso e tornando obsoletas as incapazes de se adaptar ao novo ambiente. Por exemplo, ao estudar Economia, o aluno deve compreender conceitos, procedimentos e estratégias econômicas e mercadológicas para aplicá-las em situações diversas no contexto das ciências das tecnologias e das atividades cotidianas.

CAMPO 04 – ESTUDOS QUANTITATIVOS E SUAS TECNOLOGIAS

Compreende estudos de métodos quantitativos direcionados a resolução de problemas de tomada de decisão. Inclui estudos sobre o uso e o gerenciamento de recursos tecnológicos e do processo produtivo.

Por meio deste campo de conhecimento o aluno deverá entender o impacto das tecnologias em sua vida pessoal, nos processos de produção e no desenvolvimento de conhecimento. Por exemplo, ao estudar Matemática, o aluno deve compreender conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas para aplicá-las em situações diversas no contexto das ciências das tecnologias e das atividades cotidianas.

Além da base comum de conhecimentos, as IES terão uma parte diversificada que poderá preencher até em 50% da carga horária total do curso e/ou habilitação. Esta parte diversificada será definida pela IES a partir das características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia. Os próprios alunos também poderão escolher, sempre que possível, disciplinas de que gostem ou que tenham a ver com o seu futuro profissional. Qualquer que seja a parte diversificada, ela terá que ser organicamente integrada à base nacional – Campos de Conhecimentos – para que o currículo faça sentido. É essa parte diversificada que dará, em grande parte, uma IDENTIDADE a cada Curso de Administração. A questão da IDENTIDADE torna-se fundamental para que os cursos busquem um FOCO para dar credibilidade e legitimidade para seus públicos internos e externos. As IES deverão formular Projetos Pedagógicos diferenciados para atender as necessidades vocacionais da região. Cada curso de graduação em Administração deverá ter a sua própria identidade. Projetos Pedagógicos não podem ser transpostos de um curso para outro. Eles precisam refletir os valores que os sustentam para manter a IDENTIDADE.

TÓPICOS DE ESTUDO: CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

As IES deverão definir os tópicos de estudos, bem como os conteúdos específicos. Como exemplo, tem-se os Cursos Sequenciais em paralelo a graduação. Definidos por conteúdos próprios a uma especialização a ser certificada no diploma de graduação. Os mesmos podem ser de dois tipos, conforme Resolução nº 1 de 27/01/99 da SESU/MEC: a) cursos superiores de formação específica, com destinação coletiva, conduzindo a diploma e; b) cursos superiores de complementação de estudos, com destinação coletiva ou individual, conduzindo a certificado.

HABILITAÇÕES

As IES poderão oferecer cursos de Administração com habilitações para atender de modo mais efetivo as necessidades de mercado e/ou da região. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Administração com habilitações deverão respeitar a base comum dos quatro campos de conhecimento definidos para os cursos de Administração. Todos os Projetos Pedagógicos dos cursos de Administração com habilitações deverão contemplar os campos de conhecimentos já descritos, ou seja, o de Estudos Humanos, Comunicativos, Simbólicos, Artísticos e de Investigação Científica e suas Tecnologias; os Estudos Administrativos, Gerenciais, Organizacionais, estratégicos e suas Tecnologias; os Estudos Econômicos, Financeiros, de Mercado e de Relações Internacionais e suas Tecnologias e os Estudos Quantitativos e suas Tecnologias.

Os conteúdos específicos relativos as Habilitações não poderão ficar concentrados apenas nas fases terminais do curso. Os mesmos deverão permear a grade curricular desde o primeiro ano do curso em paralelo a base comum de conhecimentos para consolidar o perfil desejado.

Vale ressaltar que todos os Cursos são de Administração, já que os mesmos conferem grau de Bacharel em Administração com o título de Administrador.

As Habilitações, a critério das IES, deverão estar apostiladas no anverso do diploma e explicitadas como justificadas e estruturadas no Projeto Pedagógico.

PRINCIPAIS HABILITAÇÕES:

1. Administração
2. Administração Bancária
3. Administração da Produção
4. Administração de Cidades
5. Administração de Cooperativas
6. Administração de Empresas
7. Administração de Micro e Pequena Empresa
8. Administração de Negócios
9. Administração de Recursos Humanos
10. Administração de Serviços
11. Administração de Sistemas de Informação
12. Administração de Sistemas de Saúde
13. Administração de Transportes
14. Administração Financeira
15. Administração Geral
16. Administração Hospitalar
17. Administração Hoteleira
18. Administração Industrial
19. Administração Mercadológica
20. Administração Patrimonial
21. Administração Pública
22. Administração Rural
23. Análise de Sistemas
24. Auditoria
25. Ciências Gerenciais
26. Comércio Exterior
27. Comportamento Organizacional
28. Controladoria
29. Gestão Ambiental
30. Marketing
31. Negócios Agroindustriais
32. Relações Internacionais
33. Tecnologia da Informação

OUTRAS HABILITAÇÕES:

Poderão ser apresentadas, desde que plenamente justificadas no Projeto Pedagógico.

DURAÇÃO DO CURSO

A carga horária do curso e/ou da habilitação não será inferior a 2.400 horas nem poderá ser integralizada em prazo inferior a 700 dias letivos. Fica a cargo das IES o estabelecimento do limite máximo de carga horária, bem como do prazo máximo de sua integralização, conforme Projeto Pedagógico do Curso/Habilitação com o intuito de favorecer as diferentes possibilidades de formação específica.

A carga horária de estágio supervisionado do curso e/ou habilitação não poderá ser inferior a 300 horas-aula, e acrescentada à carga horária citada acima.

O Curso poderá ser oferecido em regime semestral, anual ou modular, respeitando a LDB, os mínimos de conteúdo e duração aqui apresentadas:

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Carga horária Mínima..... 2.400 hs/aula

(+) Estágio Supervisionado..... 300 hs/aula

Mínimo de duração..... 700 dias letivos

ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES ARTICULAÇÃO TEORIA X PRÁTICA

O estágio curricular do Curso de Administração e/ou Habilitação, realizado ao longo do curso, deve consolidar, no mínimo, os seguintes objetivos:

- proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário;
- complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estagiário mais oportunidades de conhecimento da filosofia, diretrizes,

organização e funcionamento das organizações e da comunidade;

- facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externos, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas.
- promover a integração da IES/Curso- Empresa- Comunidade;
- atuar como instrumento de iniciação científica a pesquisa e ao ensino (aprender a ensinar).

O estágio supervisionado I deve ser iniciado no primeiro ano do curso/habilitação e acompanhado pela coordenação de forma integrada às organizações profissionais, sociais, sindicais (estágio como mapeamento da realidade). Deve motivar o aluno a construir sua grade curricular específica e a optar pelos cursos sequenciais afins.

O Estágio Supervisionado I deve ter por objetivo a familiarização do acadêmico do Curso de Administração com a realidade empresarial e/ou societária. O acadêmico deverá atuar como um observador do que ocorre na praxis administrativa e organizacional, como forma de adquirir uma visão crítica do seu ambiente e, em especial, do universo em que se situa a sua profissão.

O estágio supervisionado II deve ser iniciado a partir do segundo ano. Tem por objetivo aprofundar os estudos acerca dos fenômenos administrativos e organizacionais, assim como suas interrelações com a realidade social na sua totalidade, como forma de dispor de maiores condições para o acadêmico verificar a aplicabilidade dos métodos e técnicas da administração junto a realidade organizacional e social.

O estágio supervisionado III deve ser iniciado no terceiro ano. Tem por objetivo capacitar o aluno a dominar todo instrumental necessário para intervir na dinâmica organizacional, gerencial, operacional e ambiental através do aprofundamento dos conhecimentos vinculados aos Campos de Conhecimento do Curso e/ou dos conteúdos

incluídos para consolidar a vocação e as particularidades do curso.

No Estágio Supervisionado III o aluno, independente do Campo de Conhecimento de realização, para intervir na realidade com a intenção de propor mudanças para os fenômenos observados, deve, necessariamente, levantar e analisar a situação organizacional e do contexto onde se encontra localizada a organização objeto de estudo.

O estágio supervisionado I, II e III pode ser desenvolvido na própria empresa, quando o estagiário for proprietário de qualquer tipo de iniciativa privada ou quando este for titular de cargo executivo, de qualquer tipo de instituição privada ou pública.

O aluno não sendo proprietário e/ou titular de cargo executivo pode realizar o estágio supervisionado em organizações públicas e privadas e/ou em comunidades.

O estágio supervisionado deverá estar respaldado por um instrumento legal, celebrado com a organização e a interveniência da IES, podendo ser remunerado ou não e com seguro de acidentes pessoais.

As IES deverão definir e implementar um Regulamento de estágios que contemple, no mínimo, a legislação básica com destaque para o Termo de Compromisso; as competências da Coordenação de estágios; as competências do Professor Orientador e do Supervisor da empresa, bem como dos estagiários; a matrícula, pré-requisitos e período de realização; plano de trabalho; política de acompanhamento e de avaliação pela Coordenação e pelo Professor Orientador e composição estrutural do relatório de conclusão do estágio.

As IES deverão assegurar para o estagiário ou grupo de estagiários Professores Orientadores para realizarem o acompanhamento das atividades definidas no Plano de Trabalho. O Plano de Trabalho deverá ser resultado da discussão entre professor orientador e aluno. Também o horário do estágio deverá ser livre, ou seja, deverá ficar sob a responsabilidade do Professor Orientador e do estagiário.

Para tanto, as IES deverão estabelecer, no mínimo, 10 horas-aula para os Professores Orientadores, correspondendo 01 hora-aula semanal para cada aluno.

As IES deverão por meio da Coordenação de Estágios promover, no mínimo, um encontro mensal com os Professores Orientadores por área de conhecimento, estagiários e supervisores de empresas.

Compete as IES:

- a) a distribuição das cargas horárias do estágio I, II e III, bem como os períodos em que deverão ser realizados;
- b) decidir pelo tipo de trabalho de conclusão do curso.

- c) a formação de um banco de dados dos trabalhos realizados;
- d) a criação de um periódico para publicação em forma de artigo técnico-científico com características de “CASES EMPRESARIAIS” dos resultados dos estágios por áreas de conhecimento.

RECONHECIMENTO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS EXTRA-ESCOLARES: ESTUDOS INDEPENDENTES

As IES deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo graduando, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, desde que atendido o prazo mínimo, estabelecido pela instituição, para a conclusão do curso. Podem ser reconhecidos: estudos de “casos empresariais”, viagens de estudos, estudos desenvolvidos em empresas juniores, monitorias, programas de iniciação científica, estudos complementares, cursos realizados em outras áreas afins, integração com cursos sequenciais correlatos à área.

As IES deverão assegurar o controle e a conferência de créditos aos alunos para integralização do currículo através dos estudos independentes. Fica a cargo das IES a definição de critérios que incrementem os padrões de qualidade dos segmentos envolvidos no processo.

ESTRUTURA GERAL DO CURSO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

As IES devem respeitar os princípios de valor, como por exemplo, o fortalecimento dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca; formação de valores; aprimoramento como pessoa humana; formação ética e exercício da cidadania quando da elaboração do currículo.

A escolha do regime didático e/ou do tipo de estrutura curricular fica a critério das IES. As mesmas poderão adotar estruturas curriculares do tipo híbridas, ou seja, seriada anual, seriada semestral, aproveitamento de créditos e pré-requisitos ou módulos. Os módulos podem ser: Módulo Básico; Módulo Específico e Módulo Sequencial.

Independente do tipo de estrutura curricular e do regime acadêmico adotado pela IES, a organização curricular do curso deve ser orientada por alguns pressupostos:

- visão orgânica do conhecimento, afinada com as mutações que estão acontecendo a cada dia;

- disposição para perseguir esta visão, por meio do tratamento dos conteúdos com as situações de aprendizagem, de modo a destacar as múltiplas interações entre as disciplinas do currículo;
- abertura e sensibilidade para identificar as relações que existem entre os conteúdos do curso e das situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal, de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, a teoria e suas consequências e aplicações práticas;
- reconhecimento e aceitação de que o conhecimento é uma construção coletiva e que a aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais.

Uma organização curricular que responda a esses desafios requer:

- desbastar o currículo enciclopédico, congestionado de informações, priorizando conhecimentos e competências;
- adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas superiores, bem como potencializem a interação entre aluno-professor e aluno-aluno para a construção de conhecimentos coletivos;
- organizar os conteúdos do curso em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber;
- tratar os conteúdos de modo contextualizado, por meio do aproveitamento das relações dos conteúdos e dos contextos com o intuito de se dar significado e utilidade ao aprendido;
- lidar com os sentimentos associados às situações de aprendizagem para facilitar a relação do aluno com o conhecimento.

Por meio desta leitura, a formação básica a ser buscada deverá ser realizada mais pela constituição de competências, habilidades e disposições de condutas do que pela quantidade de informação. Isso representa aprender a aprender a pensar, a relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, a dar significado ao aprendido e a captar o significado do mundo, a fazer a ponte entre a teoria e a prática, a fundamentar a crítica, a argumentar com base em fatos, a lidar com o sentimento que a

aprendizagem desperta.

Na construção do currículo as IES devem respeitar os princípios pedagógicos da IDENTIDADE, DIVERSIDADE E AUTONOMIA, DA INTERDISCIPLINARIEDADE, DA CONTEXTUALIZAÇÃO E DA FLEXIBILIDADE.

Em relação a **identidade, diversidade e autonomia**, vale dizer que o seu exercício pleno se manifesta na formulação de uma proposta pedagógica própria. A proposta pedagógica de cada IES deve refletir o melhor equacionamento possível entre recursos humanos, financeiros, técnicos, didáticos e físicos, para garantir tempos, espaços, situações de interação, formas de organização da aprendizagem e de inserção do curso no seu ambiente social.

Por meio da **interdisciplinariedade** as IES deverão organizar um currículo que vá além da mera justaposição de disciplinas como da diluição delas em generalidades. As IES deverão relacionar as disciplinas em áreas de projetos de estudo, pesquisa e ação. Todo conhecimento deverá manter um diálogo permanente com outros conhecimentos. Um diálogo que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos. O que deve ser ensinado no curso deve ir além da descrição como forma de constituir nos alunos a capacidade de analisar, explicar, prever e intervir. A aprendizagem deve ser vista como decisiva para o desenvolvimento dos alunos e por esta razão as disciplinas deverão estar didaticamente solidárias para favorecer o atingimento desse objetivo, de modo que as disciplinas diferentes estimulem competências comuns. Cada disciplina deve contribuir para para a constituição de diferentes capacidades por meio da complementariedade entre as disciplinas a fim de facilitar as alunos um desenvolvimento intelectual, social, afetivo mais completo e integrado. A interdisciplinariedade amplia significativamente a responsabilidade da IES na constituição de identidades que integrem conhecimentos , competências e valores que permitam o exercício da cidadania e a sua inserção flexível no mundo do trabalho.

No que tange a **contextualização**, o conhecimento deve ser transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido. Por causa desta transposição didática deve ser relacionado com a prática ou com a experiência do aluno a fim de adquirir significado e utilidade. A relação teoria versus prática requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania. A proposta pedagógica do curso deve demonstrar que a cidadania não é dever e nem privilégio de uma área específica do

currículo como nem deve ficar restrita a um projeto determinado. Exercícios de cidadania deverão ser vistos por meio da convivência cotidiana. As práticas sociais e políticas e as práticas culturais e de comunicação são parte integrante do exercício cidadão. A aplicação de conhecimentos constituídos no curso às situações da vida cotidiana e da experimentação espontânea permite seu entendimento, crítica e revisão. O tratamento contextualizado dos conteúdos representa um recurso para os cursos tirarem o aluno da situação de mero expectador passivo. O contexto mais próximo do aluno e mais facilmente explicável para dar significado e utilidade aos conteúdos de aprendizagem é o da vida pessoal, do cotidiano e da convivência. O cotidiano e as relações estabelecidas com o ambiente social e físico deverão permitir dar significado a Qualquer conteúdo curricular, fazendo a ponte entre o que se aprende no curso de Administração e o que se faz, vive e observa no dia-a-dia. O respeito ao outro e ao público, essenciais à cidadania, também deve ser iniciado nas relações de convivência cotidiana, na família, no curso, no grupo de amigos e na empresa.

A **flexibilidade** deve estar presente nas propostas curriculares como forma das IES não terem mais um currículo fechado e congestionado de informações. As IES deverão elaborar um currículo que permita aos alunos aproveitarem os estudos independentes, ou seja, os não ministrados em sala de aula. A flexibilidade deve ser vista como alternativa de oxigenação curricular.

A **identidade, a diversidade e autonomia, a interdisciplinariedade, a contextualização e a flexibilidade** como princípios orientadores do currículo expressos na LDB abrigam uma visão do conhecimento e das formas de tratá-lo para ensinar e para aprender os significados dos conteúdos curriculares como forma de se evitar novas dualidades ou reforçar as já existentes.

Quanto à base nacional comum expressa por campos de conhecimento e parte diversificada, deve-se observar que:

- a) tudo o que foi até então mencionado se aplica para ambas as partes, tanto a nacional comum como a diversificada. Numa perspectiva de organicidade, integração e contextualização do conhecimento não faz sentido que elas estejam divorciadas;
- b) no seu artigo 26, a LDB buscou preservar a autonomia da proposta pedagógica para contextualizar os conteúdos curriculares de acordo com as características regionais, locais e da vida dos seus alunos. Assim entendida, a contextualização pode ser a forma de organizar a parte diversificada do currículo, sem criar divórcio ou dualidade entre elas e a base nacional

expressa por campos de conhecimento;

- c) a parte diversificada deverá ser organicamente integrada à base nacional dos campos de conhecimento para que o currículo faça sentido como um todo. E essa integração poderá ocorrer por meio do enriquecimento, ampliação, diversificação e contextualização.

Cada IES, assim, deverá definir e implementar um Projeto Pedagógico que contemple a base nacional de conhecimentos e a diversificada sem perder de vista os princípios orientadores do currículo do curso e/ou da habilitação (a **identidade, a diversidade e autonomia, a interdisciplinariedade, a contextualização e a flexibilidade**), bem como os outros aspectos que se encontram relacionados: bases filosóficas e sociológicas do curso; missão; objetivos do curso; perfil do egresso; competências e habilidades; organização curricular; conteúdos básicos e específicos; duração do curso; estágios e atividades complementares para reforçar a articulação da teoria versus prática; reconhecimento de habilidades e competências extra-curriculares; práticas pedagógicas/métodos de ensino-aprendizagem; sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem; sistema de avaliação dos segmentos envolvidos no processo; interface do curso com a pós-graduação e com a comunidade/mercado, dentre outros aspectos considerados relevantes pela IES.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS/ MÉTODOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As IES deverão adotar práticas pedagógicas/métodos de ensino-aprendizagem que tragam inovação em prol da melhoria da qualidade do curso/habilitação como um todo. Além do caráter inovativo as mesmas também deverão ser diversificadas.

A apropriação do perfil que contemple a vocação da região em que se encontra localizado o curso em relação ao perfil brasileiro requer a superação da pedagogia tecnicista. A implementação da formação profissional “saber fazer” deve envolver a incorporação de uma pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho, para que os cursos de graduação em Administração possam:

- a) contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar, a todos, um ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

- b) demonstrar que o processo de aquisição de conhecimento deve ser compreendido como decorrência das trocas que o graduando estabelece na interação

com o meio (natural, social e cultural), cabendo ao professor exercer a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados.

c) utilizar métodos de ensino fundamentados nos princípios da psicologia cognitiva, que privilegie a atividade e iniciativa dos graduandos. Os métodos de ensino utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos graduandos, devem favorecer a autonomia e a transferência de aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer, mas sobretudo, ao “aprender a aprender”.

d) assegurar ao corpo docente a autonomia e o controle de seu próprio processo de trabalho.

e) utilizar uma abordagem que privilegie a sua dimensão crítica e criativa. O resgate da dimensão humana do trabalho é uma opção na medida em que possibilita a intervenção consciente no processo produtivo, fortalecendo o exercício da cidadania.

f) adotar procedimentos que visem à problematização dos assuntos tratados e à assimilação ativa de conhecimentos.

g) criar condições para o desenvolvimento das capacidades de abstração e reflexão sobre a atividade realizada.

h) ajudar o aluno a incrementar o próprio processo de aprender, a ter controle sobre sua capacidade de processar informações.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As IES deverão adotar formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e multidisciplinar e não a segmentação. As IES devem verificar o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado não de forma isolada, mas conjunta, ou seja, **as avaliações deverão abranger o conjunto de conhecimentos que está e/ou foi ministrado.**

As IES deverão realizar, no mínimo, uma avaliação conjunta dos conhecimentos ministrados no semestre para reforçar e consolidar a integração dos conhecimentos, bem como para incrementar a comunicação horizontal entre os pares.

As IES não deverão privilegiar a verificação do ensino-aprendizagem por meio de questões objetivas, já que a mesma tem por finalidade a busca da averiguação do estoque de conhecimentos simplesmente armazenado, decorado e aprendido à base do condicionamento. Esta consiste em reforço ao “ensino” de macetes, que gera uma falsa aprendizagem, contrariando, em muitos casos, o perfil de egresso desejado pelo curso.

As IES deverão privilegiar questões do tipo situações – problema para que o aluno tenha a noção do todo. Ela deve levar o aluno a pensar, fazendo com que, na resposta, ele demonstre saber raciocinar, compreender e interpretar o problema proposto.

As IES deverão escolher instrumentos de verificação do rendimento do aluno que sejam eficazes e efetivos no sentido de propiciar o entusiasmo e a motivação para o exercício profissional, ao invés de se preocuparem em colocar no mercado meros reprodutores de conhecimento que não tenham quaisquer compromissos com o curso e ainda com a sociedade.

As IES não podem esquecer duas dimensões na verificação do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, o aluno e o professor devem verificar em conjunto o resultado que alcançaram para saberem o aprendizado que realizaram. A verificação do processo de ensino-aprendizagem deve ser a mais coerente possível e não esporádica.

As IES devem Ter em mente que todo processo é contínuo e como tal deve ser verificado em vários intervalos para que as partes envolvidas possam discutir os problemas que estão ou não facilitando o aprendizado contínuo e não simplesmente a “decoreba”, por si só, do aluno sem nenhuma relação com o curso e, principalmente, com as disciplinas do curso.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOCENTE E DISCENTE

As IES deverão adotar formas alternativas de avaliação que favoreçam a verificação do: a) **Desempenho técnico-científico** (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, interrelação e domínio de conteúdos, questionamento, síntese, soluções alternativas); b) **Desempenho Artístico-cultural nas áreas pertinentes**: desempenho didático-pedagógico (cumprimento de objetivos, integração de conteúdos, procedimentos e materiais didáticos/bibliográficos) e; c) **Desempenho dos Aspectos atitudinais e filosóficos** (aspectos éticos, clima livre de tensão, orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos

As IES deverão escolher técnicas de coleta de dados alternativas com o intuito de ultrapassar as fronteiras do modelo quantitativista.

As IES deverão valorizar a verificação do desempenho docente e discente por processo, pelo fato da mesma permitir a implementação de estratégias para a melhoria dos pontos críticos observados.

As IES deverão realizar, no mínimo, uma avaliação docente por semestre. Compete as IES a escolha da metodologia a ser utilizada, bem como formas de divulgação dos resultados.

Além da verificação do desempenho docente, as IES devem possuir um sistema de acompanhamento do rendimento dos discentes ao longo do curso com o intuito de descobrir as razões do baixo desempenho, ou seja, se o mesmo é decorrente do perfil do aluno ou do professor e do curso como um todo, dentre outros aspectos.

INTERFACE DO CURSO COM A PÓS-GRADUAÇÃO

As IES devem escolher formas alternativas que assegurem a interface da graduação com a pós-graduação, como por exemplo:

- a) estimular a disseminação e divulgação da produção científica da pós-graduação (artigos, cases, pesquisas) nos meios de comunicação (internet, jornais, revistas, televisão);
- b) envolver os alunos da graduação em atividades como monitoria, tutoria, pesquisador auxiliar;

- c) Integrar os alunos da graduação com a pós-graduação através da promoção conjunta de seminários, debates, fóruns, workshops e outros eventos, pesquisas, troca de informações e experiências;
- d) Assegurar a participação dos mestrandos nas atividades da graduação e dos graduandos nas atividades da pós, visando intercâmbio de experiências e informações;
- e) Incentivar a discussão em conjunto dos conteúdos com os da pós-graduação de modo a identificar conteúdos afins, revisar e/ou aprofundar conhecimentos;
- f) Incentivar a formação de grupos de estudos da pós-graduação a nível regional de modo a discutir problemas, trocar experiências e idéias, visando a melhoria da qualidade dos cursos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundamentos aqui apresentados, acerca das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Administração, bem como para as Habilitações decorrentes dos mais diversificados fóruns, encontros e seminários realizados ao longo da década de 90, servem como parâmetros orientadores para o desenvolvimento, implementação e monitoração do Projeto Pedagógico definido para o curso e/ou habilitação.

Cabe a cada IES evidenciar as suas necessidades com o intuito das mesmas poderem fazer a escolha estratégica mais condizente com a realidade em que opera sem deixar de considerar os princípios orientadores do currículo do curso e/ou da habilitação (**a identidade, a diversidade e autonomia, a interdisciplinariedade, a contextualização e a flexibilidade**), bem como os outros aspectos que se encontram relacionados com o Projeto Pedagógico: bases filosóficas e sociológicas do curso; missão; objetivos do curso; perfil do egresso; competências e habilidades; organização curricular; conteúdos básicos e específicos; duração do curso; estágios e atividades complementares para reforçar a articulação da teoria versus prática; reconhecimento de habilidades e competências extra-curriculares; práticas pedagógicas/métodos de ensino-aprendizagem; sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem; sistema de avaliação dos segmentos envolvidos no processo; interface do curso com a pós-graduação e com a comunidade/mercado, dentre outros aspectos considerados relevantes pela IES.

Anexo 5

Os padrões para Avaliação de Instituições

Os padrões para Avaliação de Instituições

Boas avaliações de instituições, programas, projetos e materiais educacionais em uma variedade de situações devem ter quatro atributos básicos:

- 1 – Utilidade
- 2 – Viabilidade
- 3 – Propriedade
- 4 – Exatidão

1 – UTILIDADE

Os padrões de utilidade têm por objetivo garantir que uma avaliação atenderá as necessidades de informação dos usuários preferenciais.

U1 – Identificação dos Grupos de Interesse: Pessoas envolvidas com a avaliação ou afetadas por ela devem ser identificadas, para que seus interesses possam ser atendidos.

U2 – Credibilidade dos Avaliadores: Para que os resultados tenham o máximo de credibilidade, as pessoas responsáveis pela avaliação devem ser confiáveis e competentes para conduzir o processo avaliativo.

U3 – Abrangência e Seleção da Informação: A informação coletada deve ser suficientemente abrangente de modo a tratar de questões pertinentes à instituição e dar respostas às necessidades e interesses dos solicitantes e outros grupos de interesse especificados.

U4 – Identificação de valores: AS perspectivas, procedimentos e a justificativas usada para interpretar as descobertas devem ser cuidadosamente descritas, de modo a deixar bem claras as bases que sustentam os juízos.

U5 – Clareza dos relatórios: Os relatórios da avaliação devem descrever com clareza a instituição sob avaliação e o seu contexto. Devem igualmente descrever os propósitos, procedimentos e descobertas da avaliação, disponibilizando a informação essencial e tornando-a facilmente inteligível.

U6 – Oportunidade e Disseminação dos Relatórios: descobertas significativas ocorridas durante o processo avaliativo devem ser relatadas aos usuários preferenciais, para que as mesmas possam ser utilizadas no momento oportuno.

U7 – Impacto da Avaliação: As avaliações devem ser planejadas, conduzidas e relatadas de modo a encorajar o acompanhamento constante dos interessados, tornando mais provável o uso efetivo da avaliação.

2 - VIABILIDADE

Os padrões de viabilidade têm por objetivo assegurar que a avaliação será realista, prudente, diplomática e econômica.

V1 – Procedimentos Práticos: Os procedimentos avaliativos devem ser práticos, para reduzir ao mínimo os transtornos durante a busca de informações necessárias.

V2 – Viabilidade Política: A avaliação deve ser planejada e conduzida de modo a levar em conta as diferentes posições dos vários grupos de interesse, possibilitando assim obter a sua cooperação, minimizando e neutralizando possíveis tentativas de algum destes grupos de restringir as operações avaliativas ou de deturpar ou aplicar mal os resultados.

V3 – Custo-Benefício: A avaliação deve ser eficiente e produzir informações suficientes e valiosas, de modo a justificar os recursos investidos.

3 - PROPRIEDADE

Os padrões de propriedade têm por objetivo assegurar que a avaliação será conduzida legalmente e eticamente, e com adequada atenção ao bem-estar das pessoas envolvidas no processo, bem como das pessoas afetadas pelos resultados.

P1 – Orientação para o Serviço: As avaliações devem ser desenhadas de forma a ajudar as instituições a dar atendimento efetivo às necessidades de todos os que dela dependem.

P2 – Acordos Formais: As obrigações das partes envolvidas no processo avaliativo (o que deve ser feito, como, por quem, quando) devem ficar registradas por escrito, de modo a exigir que as partes adiram às condições do acordo ou que formalmente as renegociem.

P3 – Direito dos Sujeitos: As avaliações devem ser desenhadas e conduzidas de modo a respeitar e proteger os direitos e o bem-estar dos sujeitos.

P4 – Interações Humanas: Os avaliadores devem respeitar a dignidade e os valores humanos em suas interações com as pessoas associadas à avaliação, de modo a não intimidar ou magoar os participantes.

P5 – Aferição Completa e Justa: A avaliação deve ser completa e justa em seu exame e registro das forças e fraquezas de uma instituição, permitindo reforçar os seus pontos fortes e lidar com os seus aspectos problemáticos.

P6 – Revelação de Descobertas: As partes formalmente envolvidas na avaliação devem garantir que as pessoas afetadas por ela tenham acesso a todas as descobertas, bem como as limitações pertinentes, devendo ficar assegurado o seu direito legal de ser informado dos resultados.

P7 – Conflito de Interesses: Os conflitos de interesses devem ser discutidos abertamente e honestamente, para que eles não comprometam os processos e resultados da avaliação.

P8 – Responsabilidade Fiscal: A alocação e os gastos do avaliador devem refletir procedimentos adequados e responsáveis, além de serem prudentes e éticos, para que os gastos sejam apropriados e justificáveis.

4 – EXATIDÃO

Os padrões de exatidão têm por objetivo assegurar que uma avaliação revele e transmita informações tecnicamente adequadas sobre os aspectos que determinam valor e mérito da instituição sob avaliação.

E1 – Documentação da Instituição: A instituição sob avaliação deve ser descrita e documentada claramente e com exatidão, para que a instituição seja identificada com clareza.

E2 – Análise Contextual: O contexto no qual a instituição existe deve ser examinado detalhadamente, de modo a identificar as suas prováveis influências sobre a instituição.

E3 – Propósitos e Procedimentos Descritos: Os propósitos e procedimentos da avaliação devem ser monitorados e descritos detalhadamente, para que possam ser identificados e aferidos.

E4 – Fontes de Informações Defensáveis: As fontes de informações utilizadas na avaliação de uma instituição devem ser detalhadamente descritas, para que a adequação da informação possa ser aferida.

E5 – Informação Válida: Os procedimentos de coleta de informação devem ser escolhidos ou desenvolvidos e implementados de modo a assegurar que a interpretação final seja válida para o uso pretendido.

E6 – Informação Confiável: Os procedimentos de coleta de informação devem ser escolhidos ou desenvolvidos e implementados de modo a assegurar que a informação obtida é suficientemente confiável para o uso pretendido.

E7 – Informação Sistemática: A informação Coletada, processada e relatada num processo avaliativo deve ser sistematicamente revisada e os erros devem ser corrigidos.

E8 – Análise de Informações Quantitativas: As informações quantitativas em uma avaliação devem ser apropriadamente e sistematicamente analisadas, para que perguntas avaliativas possam ser efetivamente respondidas.

E9 – Análise de Informações Qualitativas: AS informações qualitativas em uma avaliação devem ser apropriadamente e sistematicamente analisadas, para que perguntas avaliativas possam ser efetivamente respondidas.

E10 – Conclusões Justificadas: As conclusões tiradas a partir da avaliação devem ser explicitamente justificadas, para que os grupos de interesse possam aferi-las.

E11 – Relatório Imparcial: Os relatórios devem prever salvaguardas contra distorções produzidas por sentimentos pessoais e por preconceitos de alguma das partes para com a avaliação, para que os relatórios reflitam com justeza as descobertas avaliativas feitas.

E12 – Meta-Avaliação: A própria avaliação deve ser avaliada formativa e somativamente a partir destes e de outros padrões, para que a sua condução seja apropriada e, uma vez concluído o processo, para que os grupos de interesse possam examinar minuciosamente as suas forças e fraquezas.

Anexo 6

Parecer 1.081, DE 06/07/73

Resolução 21, de 15/08/73

“Cria a habilitação em Comércio Exterior e aprova o novo Currículo Mínimo”

Processo GM/BSB n.º 4.539-73
Processo CFE n.º 2.154-72
Parecer CFE n.º 1.081-73

Nos termos e para os efeitos do artigo 14, do Decreto-lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969, homologo o Parecer n.º 1.081-73, do Conselho Federal de Educação, fixando o currículo mínimo da habilitação de Comércio Exterior, no curso de graduação de Administração.

N.º 21 DE 15 DE AGOSTO DE 1973

O Presidente do Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõe o artigo 26 da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1962, tendo em vista as conclusões do Parecer n.º 1.081/73, homologado pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, que a esta se incorpora,

RESOLVE

Art. 1.º — Fica criada a habilitação em Comércio Exterior, que integrará o curso de graduação em Administração.

Art. 2.º — A habilitação em Comércio Exterior terá o currículo mínimo seguinte :

a) **Matérias básicas** — correspondentes ao curso de Administração :

Matemática
Estatística
Contabilidade
Teoria Econômica
Psicologia Aplicada à Administração
Direito Público e Privado
Economia Brasileira (Atualidade Econômica Brasileira)
Legislação Tributária
Teoria Geral da Administração
Sociologia Aplicada à Administração

b) **Matérias de formação profissional :**

Economia Internacional
Teoria e Prática Cambial
Direito de Navegação
Direito Comercial
Transportes e Seguros
Mercadologia
Legislação Aduaneira Comparada
Sistemática do Comércio Exterior

Parágrafo único — Serão obrigatórios :

- a) o ensino de, pelo menos, duas línguas estrangeiras modernas, dentre Inglês, Francês, Espanhol e Alemão;
- b) o Estudo de Problemas Brasileiros;
- c) Educação Física.

Art. 3.º — O curso de Administração, com habilitação em Comércio Exterior, terá sua duração fixada em 2.700 horas-aula, a ser integralizada no mínimo de 3 (três) e no máximo de 7 (sete) anos.

Art. 4.º — Poderá também obter a habilitação em Comércio Exterior o diplomado em outros cursos superiores, mediante o aproveitamento de estudos regularmente realizados e o desenvolvimento de currículo especial, de modo que ao graduar-se haja o aluno sido aprovado em todas as matérias relacionadas no artigo 2.º desta resolução.

Parágrafo único — Somente poderão ser aproveitados para os fins deste artigo os estudos realizados em escola ou universidade reconhecida ou

autorizada a funcionar na forma da lei, excluídos os chamados "cursos livres".

Art. 5.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Federal de Educação, em Brasília, DF, 15 de agosto de 1973

Roberto Figueira Santos

Anexo 7

Parecer 433, de 05/08/93

“Aprovação do novo Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Administração”

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Aprovação do novo currículo mínimo do curso de graduação em Administração.

CCC – Par. 433/93, aprovado em 5/8/93 (Proc. 23001.000926/91–47)

I – RELATÓRIO

1. Justificativa

O ensino da Administração, no Brasil, teve seus primórdios na década de 30, tendo como embrião o Instituto de Organização Racional do Trabalho, mais conhecido pela sigla IDORT, fundado em 23 de junho de 1931, por iniciativa de Armando Sales de Oliveira, assistido tecnicamente pelo Prof. Roberto Mange.

Nascido em Genebra, na Suíça, e naturalizado brasileiro, tinha sido contratado pela Universidade de São Paulo como professor de sua Escola de Engenharia, vindo a ser, seguramente, o introdutor no Brasil, dos fundamentos da Racionalização e da Organização.

Em conseqüência dessa e de outras contribuições pioneiras, o Governo, sob a inspiração de Luiz Simões Lopes, criou, em 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), verdadeiro alicerce da Administração no Brasil, com sua Escola de Serviço Público, que já enviava seus primeiros Técnicos de Administração para aperfeiçoamento no exterior, muitos dos quais vieram a se constituir em verdadeiros pioneiros da

Administração no Brasil, como profissão.

Como se vê, a Administração Pública teve, portanto, marcante precedência sobre o estudo da Administração em nível empresarial.

Todavia, já em 1944, ainda sob a orientação de Luiz Simões Lopes, era criada a Fundação Getúlio Vargas, cuja influência chega até os dias de hoje por meio de suas duas criações: a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP).

A própria nomenclatura de suas escolas já indicava todo o objetivo da Fundação Getúlio Vargas de atuar amplamente na área administrativa, tanto do setor público quanto no privado ou empresarial.

Naquilo que se refere aos aspectos profissionais, o Administrador teve, na Lei Federal 4.769/65, definidos seus direitos, prerrogativas e deveres, sendo ainda regulamentada nos seus pormenores exegéticos pelo Decreto 61.934/67.

Regulamentada a profissão, nos termos da legislação referida, o Conselho Federal de Educação, no cumprimento do disposto no art. 26, da Lei 5.540/68, fixou, mediante o Parecer-CFE 307/66, o currículo mínimo para o curso de graduação de seus profissionais, assim entendido como o núcleo de matérias considerado o mínimo indispensável para uma adequada formação profissional.

Considerando a rapidez de alterações dos paradigmas da área de Administração e a conseqüente necessidade de agilidade de revisão dos pressupostos que orientam a construção das propostas curriculares, já em 1982, a SESU/MEC constituiu Grupo de Trabalho com o propósito de produzir um anteprojeto de Reformulação Curricular dos Cursos de Administração e submetê-lo à avaliação crítica de universidades, faculdades, associações de profissionais e segmentos outros da área da Administração.

Incorporando-se ao movimento, o Conselho Federal de Administração optou pela estratégia de promoção de um Seminário Nacional, com a participação de todos os segmentos interessados na formação desse profissional.

Aquele Conselho, na oportunidade, fixou como objetivos essenciais, a justificarem a iniciativa, os seguintes:

"1. favorecer intercâmbio de experiências e informações com as demais faculdades de Administração do País, nos níveis federal, estadual e particular;

2. propiciar reflexões sobre a atual sistemática do currículo de Administração e as necessidades do mercado de trabalho;

3. possibilitar o estudo e a análise dos currículos de Administração adotados no País;

4. permitir a discussão e a apresentação de propostas para inclusão, exclusão e/ou aglutinação de disciplinas obrigatórias e optativas;

5. contribuir para o estreitamento das relações da universidade com o Conselho Federal de Administração, com os Conselhos Regionais, com Sindicatos de Administradores, com órgãos

representativos do meio empresarial, com órgãos estudantis e com o Ministério da Educação;

6. apresentar moção ao Ministério da Educação e ao Conselho Federal de Educação, com vistas à implantação de um Currículo de Ensino de Gestão e Administração, em nível nacional, compatível com as atuais necessidades do planejamento e gestão da economia brasileira e suas peculiaridades.

Ainda dentro da estratégia adotada pela Coordenação do Seminário, foram realizados seminários regionais com a participação de universidades e faculdades nos níveis estadual e municipal.

A realização desses seminários regionais concorreu para o êxito do Seminário Nacional, já que o assunto havia sido debatido amplamente, propiciando o amadurecimento de idéias, favorecendo, desse modo, o consenso nacional."

O Seminário Nacional sobre Reformulação Curricular dos Cursos de Administração ocorreu de 28 a 31 de outubro de 1991, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluindo pela apresentação de proposta formal de um currículo mínimo a ser submetido ao juízo e aprovação do Conselho Federal de Educação.

A proposta original compõe o quadro a seguir:

Conselho Federal de Administração

Grupos	Matérias	%	Total/Horas
1	Formação Básica e Instrumental - Economia - Direito - Métodos Quantitativos - Contabilidade - Filosofia - Informática - Comportamento Humano nas Organizações	24	720
2	Formação Profissional - Administração Mercadológica - Administração da Produção - Administração de Recursos Humanos - Teorias da Administração - Organização, Sistemas e Métodos - Administração Financeira e Orçamentária - Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais - Administração de Sistemas de Informação	48	1.440
3	Estágio Supervisionado	10	300
4	Disciplinas Complementares	18	540
	Totais	100	3.000

2. O Currículo Mínimo

Faz-se indispensável partir-se da preliminar de que qualquer proposta de mudança curricular não implica simples alteração de uma listagem de matérias, disciplinas e carga horária.

O currículo pleno há de ser entendido dentro de sua dimensão mais ampla de desempenhos esperados, de desejado relacionamento com o meio a que serve, suas instituições, organizações, professores, alunos, empresas, devendo se sobrepujar mesmo ao pragmatismo da própria escola, envolvendo-se com sua ideologia e filosofia de educação.

No caso específico da Administração, deve responder não somente às necessidades do mercado de trabalho, mas também mudar seu enfoque de solucionador de problemas, reprodutor das forças produtivas e das relações sociais, *para promotor de novas relações produtivas e sociais.*

Constituir-se em agente transformador capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços das ciências e da tecnologia no estabelecimento de uma nova ordem.

A síntese de sua metodologia deve implicar integração dos conhecimentos parciais, num todo orgânico e lógico, podendo dar origem a um novo conhecimento ou a novas formas de ação.

Discussões acadêmicas estão, cada vez mais, deixando um enorme vazio no plano das efetivas ações educacionais.

Devemos, por isso mesmo, dentro da estruturação hoje existente, aproveitar ocasiões como esta, de atualização curricular, para nos incomodarmos mais diante da falta de respostas do ensino brasileiro às verdadeiras demandas da realidade social.

O impacto da tecnologia no desenvolvimento, por exemplo, está a requerer uma permanente atualização daquelas ações educacionais, ante as transformações que se sucedem, principalmente em nível das técnicas, das ciências, da organização e do controle do processo de trabalho.

É exatamente dentro desse quadro de considerações que a escola tem que construir suas propostas curriculares, com elevado comprometimento metodológico com o permanente repensar do seu cotidiano.

A universidade brasileira parece ter dificuldades em livrar-se do *pensamento organizatório, reflexo da cultura regulamentadora e legiferante do País.*

Forjada pelos tecnocratas do Estado, essa atitude tem dissolvido a responsabilidade fundamental do docente, de ter, frente às propostas curriculares, uma postura realmente criadora que faça possível o desenvolvimento de atividades que incentivem a orientem os alunos na perspectiva de suas futuras atividades escolares e profissionais.

É imperioso que se consolide, na ação educativa, a convicção de que precisamos *educar para o desconhecido*, ante um mundo de complexidade crescente que se transforma rapidamente.

Antes que treinar e adestrar alunos, é indispensável iniciá-los na *ultrapassagem das fronteiras do já conhecido.*

É preciso perder o culto idolátrico de modelos consagrados de ensino, visto que não existe um caminho único para objetivos diferentes, e o meio e as demandas daqui quase que necessariamente não serão idênticos aos de acolá.

Tudo isto está a indicar uma imperiosa mudança de atitude ante a posição convencional de tratamento do chamado *currículo mínimo*...

As instituições devem convencer-se de que *o currículo é apenas um instrumento a serviço da aprendizagem* e não um fim em si mesmo.

Sua concepção há de ser a de *um conjunto solidário de matérias suficientemente nucleares para atenderem, na sua fecundidade e segundo uma metodologia dinâmica, aos objetivos gerais e específicos de determinado curso*.

É a chamada matéria prima a ser *convenientemente trabalhada no currículo pleno* de cada escola.

Toda uma liberdade criadora em torno daquelas matérias, entendidas como *fontes exploratórias*, constitui o princípio mais importante nessa mudança de atitude já referida e que implica ter *no currículo mínimo um parceiro indicativo e não uma norma limitativa e inibidora*.

Significa dizer que o currículo mínimo constitui-se em uma fonte onde a escola deve promover as mais diversas explorações, combinando livremente os seus elementos sob a forma de atividades ou disciplinas, no jogo *situações concretas x conhecimentos sistematizados*.

Com a liberdade que sempre deteve e raramente exercitou, a escola pode ministrar as matérias do currículo pleno com diferentes dosagens em função de seus objetivos, assim como explorar temas que, via de regra, estão, senão expressa, implicitamente associados a elas.

Nesse particular, tem sido freqüente a solicitação de se incluir, no currículo mínimo, questões que constituem temas às vezes até bastante oportunos, mas que não chegam a caracterizar matérias, no sentido mais orgânico que se empresta ao termo.

Cumprido, portanto, à escola, no exercício da competência que é sua, construir com esses elementos novos pontos de enfoque, ou mesmo novas disciplinas.

O problema essencial não é criar uma arquitetura curricular com uma lista de tópicos a serem atingidos, em uma visão empobrecida, negativa, que, usualmente, tem limitado e inibido a autonomia e criatividade da escola na formulação e implementação de sua proposta pedagógica.

O fundamental é a utilização na construção do *currículo pleno*, de uma metodologia que utilize o currículo como um instrumento que propicie desempenhos esperados e não como proposta acabada em si mesma.

Uma metodologia que enseje, no caso da Administração, por exemplo, a cada escola conferir organicidade ao estudo de todas as variáveis que interferem no *fato administrativo*, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, em função de seus objetivos, sua história e herança e em função das necessidades de sua clientela. Uma metodologia que enfatize uma sólida formação intelectual, que estimule o senso crítico e a mente analítica. Pois, se

há uma lógica e uma metodologia quase imanente para as matérias tradicionais de um curso de Administração, o mesmo não se pode dizer para os demais *aspectos hoje necessariamente envolvidos com a evolução da Administração*.

Uma estrutura curricular, segundo este senso de organização, envolve um trabalho metodológico das matérias de *cultura geral, instrumentais e as de formação profissional*, despojado de fronteiras rígidas e conseqüente compartimentação estanque.

A incorporação de algumas características intelectuais indispensáveis a um moderno curso de Administração, tais como: *comunicação interpessoal, ética profissional, capacidade de adaptação, vida acadêmica ativa, motivação para atualização contínua, competência conceitual e capacidade de integração*, passa a se constituir numa exigência dos dias de hoje.

Nesse contexto, alguns tópicos emergentes já se apresentam com marcas de atualidade: *a ética administrativa, a globalização, o meio ambiente, a administração da tecnologia, os sistemas de informações, o controle de qualidade total e outras*.

Buscar, portanto, um currículo que atenda às necessidades do meio social e eventualmente aos projetos deste ou daquele segmento da sociedade, significa imprimir a esse currículo, antes que uma arquitetura monolítica, uma construção que, sendo organicamente articulada, também seja permeável às demandas de entradas e reentradas, tanto de clientela, como de conteúdos que venham ao encontro das necessidades de um País em processo de definição como o nosso, ainda em busca de modelos institucionais que estejam mais próximos *dos fatos*, e por isto mesmo, mais aptos a fomentar-lhes a força criadora...

3. A Nova Proposta Curricular

Tendo presentes as considerações já desenvolvidas, a proposta que agora se submete à apreciação deste Conselho traz, a nosso ver, um conteúdo de flexibilidade em sua estruturação, que deve permitir uma vida mais duradoura ao novo currículo, propiciando, ainda, a incorporação das habilitações hoje existentes, ou seja, Comércio Exterior e Administração Hospitalar.

A estrutura, em sua construção, convidz inclusive as instituições à proposição de novas habilitações, algumas delas, talvez, já reclamadas hoje, pela fecunda área da Administração.

Nos seus indicadores fixos, o curso de graduação terá uma duração mínima de 3.000 horas-aula, integralizáveis, no mínimo, em quatro e, no máximo, em sete anos letivos, tanto para os turnos diurnos como para os noturnos.

Em sua organização estrutural, o currículo mínimo reserva, para a área de *Formação Básica e Instrumental*, a duração de 720 horas-aula, ou seja 24% da duração total do curso, enquanto a área de *Formação Profissional* fica contemplada com uma duração de 1.020 horas-aula, ou seja, 34% da duração

total do curso.

As chamadas *Disciplinas Complementares* comparecem obrigatoriamente por meio de programação a cargo da escola, com um total de 960 horas-aula, ou seja, 32% da duração total do curso, que se completa com 300 horas-aula de *Estágio Supervisionado*, a ser implementado nos termos da Lei Federal 6.494/77, regulamentada pelo Decreto 87.497/82.

Os grupos nucleares de matérias que compõem o currículo mínimo a ser trabalhado no currículo pleno de cada instituição, ficam assim reunidos:

Matérias de Formação Básica e Instrumental:

Economia
Direito
Matemática
Estatística
Contabilidade
Filosofia
Psicologia
Sociologia
Informática
Total: 720 h/a – 24%

Matérias de Formação Profissional:

Teoria da Administração
Administração Mercadológica
Administração de Produção
Administração de Recursos Humanos
Administração Financeira e Orçamentária
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais
Administração de Sistemas de Informação
Organização, Sistemas e Métodos
Total: 1.020 h/a – 34%

Disciplinas Complementares: 960 h/a – 32%

Estágio Supervisionado: 300 h/a – 10%

Carga horária global: 3.000 h/a – 100%

Cumprir notar que o currículo mínimo, estruturalmente, é composto pelos grupos nucleares de matérias, anteriormente descritos, ou seja:

- a) Matérias de Formação Básica e Instrumental
- b) Matérias de Formação Profissional
- c) Disciplinas Complementares (a cargo da escola)
- d) Estágio Supervisionado.

Este currículo mínimo, no momento em que passa a ser metodologicamente trabalhado sob a forma de atividades, disciplinas, seminários e formas outras de implementação curricular, constitui-se no chamado *currículo pleno da instituição*, visto que, a partir daí, todo o trabalho acadêmico passa a carregar as marcas psico-institucionais da escola.

Surge daí o entendimento genérico, que devemos ter tantos *currículos plenos* de determinado curso quantas forem das escolas que os ministrem, independentemente de nomenclaturas de matérias e disciplinas, possivelmente iguais.

Razões como esta é que aconselham, como faz o Parecer-CEFE 85/70, que estabelece algumas normas orientadoras de condução dos currículos, a que a nomenclatura do currículo mínimo deva ser mantida na escrituração escolar, admitindo-se, contudo, que a denominação geral de uma matéria possa ser explicitada em disciplinas.

II - VOTO DO RELATOR

À vista do exposto, sou por que se submeta ao elevado juízo do Plenário deste Conselho Federal de Educação o anteprojeto de Resolução a seguir.

Resolução Nº de de 1993

Fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Graduação em Administração.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 9º, letra e, e 70 da Lei de Diretrizes e Bases, e tendo em vista o Parecer-CEFE nº que a esta se incorpora,

Resolve:

Art. 1º O currículo mínimo do Curso de Graduação em Administração, que habilita ao exercício da profissão de Administrador, será constituído das seguintes matérias:

Formação Básica e Instrumental

Economia

Direito

Matemática

Estatística

Contabilidade

Filosofia

Psicologia

Sociologia

Informática

Total: 720 h/a - 24%

Formação Profissional

Teoria da Administração

Administração Mercadológica

Administração de Produção

Administração de Recursos Humanos

Administração Financeira e Orçamentária

Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais

Administração de Sistemas de Informação

Organização, Sistemas e Métodos

Total: 1.020 h/a – 34%

Disciplinas Eletivas e Complementares

Total: 960 h/a – 32%

Estágio Supervisionado

Total: 300 h/a – 10%

Art. 2º O curso de Administração será ministrado no tempo útil de 3.000 horas-aula, fixando-se para sua integralização o mínimo de quatro e o máximo de sete anos letivos. Aquele limite incluirá o tempo a ser dedicado ao objetivo de conhecimento da realidade brasileira, de que trata o art. 2º, da Lei 8.663, de 14 de junho de 1993, segundo critérios fixados pelas instituições. A Prática de Educação Física, também obrigatória, terá carga horária adicional.

Art. 3º Além da habilitação geral, prescrita em lei, as instituições poderão criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas nesta Resolução e em outras que venham a ser indicadas para serem trabalhadas no currículo pleno.

Parágrafo único. A habilitação geral constará no anverso do diploma e as habilitações específicas, não mais de duas de cada vez, serão designadas no verso, podendo assim o diplomado completar estudos para obtenção de novas habilitações.

Art. 4º Os mínimos de conteúdo e duração, fixados nesta Resolução, serão obrigatórios para os alunos que ingressarem a partir de 1995, podendo as instituições que tenham condições para tanto e assim desejarem, aplicá-los a partir de 1994.

Art. 5º Na obtenção da graduação em Administração, por diplomados em outros cursos, caberá às escolas o estabelecimento de critérios flexíveis de aproveitamento de estudos obtidos pelo aluno em seu curso anterior, especialmente quanto aos programas de estudos e respectiva dosagem, obedecidas as normas legais. (Súmula 2/92-CFE).

Parágrafo único. A graduação obtida nos termos do artigo deverá ser ministrada no tempo mínimo de 1.350 horas-aula.

Art. 6º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III - CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão Central de Currículos aprova o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1993.

(aa)Virgínio Cândido Tosta de Souza - Presidente/Layrton Borges Miranda Vieira - Relator/Raulino Tramontin/Paulo Alcântara Gomes/Yugo Okida

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.

Sala Barretto Filho, em 5 de agosto de 1993.

(aa)Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Layrton Borges Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Margarida Maria do Rêgo Barros
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Pires Leal
Edson Machado de Sousa	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro de Oliveira	Silvino Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydney Lima Santos
José Francisco Sanchotene	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida
Pe. Laércio Dias de Moura	